



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E**  
**MEIO AMBIENTE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATIVIDADES FÍSICAS E O ESPORTE EM PORTO**  
**VELHO: ENTRE A REALIDADE E A NECESSIDADE, OS DESAFIOS PARA O**  
**PODER LOCAL**

**ELIZÂNGELA DE SOUZA BERNALDINO**

Porto Velho (RO)

2015



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E**  
**MEIO AMBIENTE**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATIVIDADES FÍSICAS E O ESPORTE EM PORTO**  
**VELHO: ENTRE A REALIDADE E A NECESSIDADE, OS DESAFIOS PARA O**  
**PODER LOCAL**

**ELIZÂNGELA DE SOUZA BERNALDINO**

**Orientador:** Prof. Dr. Célio José Borges

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Área de Concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Porto Velho (RO)

2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

B517p

Bernaldino, Elizângela de Souza

Políticas públicas para atividades físicas e o esporte em Porto Velho: entre a realidade, a necessidade, os desafios para o poder local./ Elizângela de Souza Bernaldino. Porto Velho, Rondônia, 2015. 169 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

Orientador: Prof. Dr. Célio José Borges

1. Políticas públicas. 2. Atividade Física. 3. Esporte. 4. Poder local. I. Borges, Célio José. II. Título.

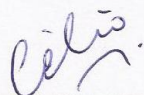
CDU: 352:796(811.1)

**Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina Teixeira Girard/ CRB 11-897**

**ELIZÂNGELA DE SOUZA BERNALDINO**

**“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTES EM PORTO  
VELHO: ENTRE A REALIDADE E A NECESSIDADE, OS DESAFIOS  
PARA O PODER LOCAL”.**

**Comissão Examinadora**



**Dr. Célio José Borges**  
**Orientador**  
**Fundação Universidade Federal de Rondônia**



**Dr. Artur de Souza Moret**  
**Membro**  
**Fundação Universidade Federal de Rondônia**



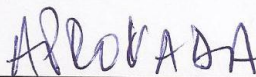
**Dr. Edson dos Santos Farias**  
**Membro Externo**  
**Fundação Universidade Federal de Rondônia**

**Dr. Vanderlei Maniesi**  
**Suplente**

**Fundação Universidade Federal de Rondônia**

**Porto Velho, 19 de Janeiro de 2015.**

**Resultado:**



## **DEDICATÓRIA**

Á minha família pelo apoio, incentivo, amor, confiança e paciência que tiveram comigo no decorrer desta jornada, em especial dedico ao meu pai Joao Barbosa Bernaldino, que não está mais presente em vida, mas permanece nas minhas lembranças como um símbolo, um exemplo de luta, determinação e superação de desafios e obstáculos.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus filhos (Náthaly Caroline, Eduardo e Laís Vitória), que mesmo pequenos e imaturos ainda, demonstraram paciência, amor, interesse e preocupação com os momentos intensos em que estive envolvida com a pesquisa;

Ao meu esposo (Sidnei Figueiredo), pelo companheirismo, apoio, compreensão, preocupação e carinho que teve comigo, durante o curso, e especificamente durante a pesquisa;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Célio José Borges, pela dedicação e empenho que teve para com a pesquisa, e não mediu esforços para me incentivar e estimular para que eu estivesse sempre motivada, a fazer o melhor possível;

Aos meus amigos (Maria Alnecy, Felipe Damião e Monilka Blank), pela ajuda e apoio enquanto colaboradores na coleta de dados da pesquisa;

Ao Prof. Dr. Edson dos Santos Farias, pela ajuda, dedicação, prontidão e orientação no momento do tratamento estatístico dos dados da pesquisa;

A todos os professores do Programa de Mestrado Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, pelos conhecimentos adquiridos que possibilitaram ampliar da minha trajetória acadêmica e profissional.

## RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo identificar as diretrizes que norteiam as Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte em relação aos programas, os espaços, as ações desenvolvidas e o atendimento à população, bem como os desafios do Poder Local, a partir do olhar dos gestores, profissionais de Educação Física e dos frequentadores de espaços públicos disponíveis na cidade de Porto Velho - RO. Para tanto foi feito um estudo de caso, descritivo – exploratório transversal, de natureza quali-quantitativa, na cidade de Porto Velho, no qual participaram dois grupos: grupo 1 - formado por 10 Profissionais da Secretaria Municipal e Estadual de Esporte e Lazer; e o grupo 2 - composto por 204 frequentadores de quatro espaços de Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho. Na coleta de dados utilizou-se como instrumento, um roteiro de entrevista estruturado para o grupo 1 e um questionário com 26 perguntas mistas, para o grupo 2. Para a análise dos dados, recorreu-se a análise de conteúdo, considerando a categorização temática e sequencial dos dados da entrevista e ao teste estatístico qui-quadrado, para associação das variáveis nominais e ordinais proposta no questionário. Como resultados, constatou-se a existência de lacunas no âmbito da gestão pública que permeiam a consolidação das Políticas Públicas institucionais na cidade de Porto Velho de forma articulada, sem interrupções e que possibilitem viabilizar o oferecimento de programas e projetos voltados para a promoção da saúde e qualidade de vida da população. Verificou-se ainda que no grupo de frequentadores, há carências por espaços de Atividade Física e Esporte com estrutura física adequada, aliados à necessidade de recursos humanos, especialmente no que se refere ao atendimento e orientação do Profissional de Educação Física. Em síntese, através dos resultados da pesquisa foi possível apontar caminhos e estabelecer uma reflexão teórica, política e social acerca da realidade, necessidade e desafios no âmbito das Políticas para Atividade Física e Esporte no município de Porto Velho. Desse modo, espera-se que o estudo possa servir como subsídio ao Poder Local, no que se refere ao planejamento, implementação, consolidação e desenvolvimento de tais políticas no município em conformidade com as necessidades da população local.

**Palavras-chave:** Estado; Políticas Públicas; Atividade Física; Esporte; Poder Local.

## **ABSTRACT**

This research aimed to identify the guidelines which lead the public policies for sport and physical activity in relation to the programs, spaces and actions taken as well as the service to the population, as well as the challenges of Local Government, from the managers, Physical Education professionals and patrons of spaces available in the city of Porto Velho - RO. For achieving that purpose a case study was performed, a qualitative and quantitative descriptive - cross exploratory study in the city of Porto Velho, in which two groups were established: Group 1 - composed of 10 professionals from the City and State Sports Secretary; and group 2 - comprising 204 goers of four Public Physical Activity and Sport spaces in the city of Porto Velho. For data collection the used instrument was: a script structured interview for group 1 and a questionnaire with 26 mixed questions for group 2. For the data analysis, we used the content analysis, considering thematic categorization and sequence of the interview data and the chi-square statistic test for association of nominal and ordinal variables proposed in the questionnaire. As a result, it was found that there were gaps in the public management that permeate institutional public policy consolidation in the city of Porto Velho in an articulated manner, without interruptions and that enables facilitation of program offering and projects to promote population health and life quality. It was also found that for the regular goer group there is a need for Physical Activity and Sport spaces with an adequate physical structure, combined with the need for human resources, especially with regard to the care and guidance of Physical Education Professionals. In short, through the search results it was possible to point out ways and establish a theoretical, political and social reflection about reality, needs and challenges in the context of policies for sport and physical activity in Porto Velho city. Thus, it is expected that the study can serve as a subsidy for Local Government, with regard to the planning, implementation, consolidation and development of such policies in the municipality in accordance with the needs of local people.

**Keywords:** State; Public policy; Physical activity; Sport; Local Government.



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AGEVISA** – Agencia Nacional de Vigilância em Saúde

**ANS** – Agência Nacional de Saúde

**DCNTs** – Doenças Crônicas Não Transmissíveis

**DECOM/RO** – Departamento de Comunicação de Rondônia

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IMC** – Índice de Massa Corporal

**MEC** – Ministério da Educação

**NASF's** – Núcleo de Atenção a Saúde da Família

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**ONGs** – Organizações Não Governamentais

**PAC** – Programa Aceleração do Crescimento

**PAS** – Plano de Desenvolvimento Sustentável

**PELC** – Programa Esporte e Lazer da Cidade

**PNS** – Política Nacional de Saúde

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PPP** – Parceria Público Privada

**SECEL/RO** – Secretaria Estadual de Esporte e Lazer de Rondônia

**SEME/PVH** – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Porto Velho

**SEMED** – Secretaria Municipal de Educação

**SEMFAZ** – Secretaria Municipal da Fazenda

**SNDL** – Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer – SNDL

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Educação

**VIGITEL** – Vigilância dos Fatores de Risco das Doenças Crônicas Degenerativas por Inquérito Telefônico

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1.</b> Demonstrativo da sistematização qualitativa da Categoria 2 - Caracterização dos Espaços de Atividade Física e Esporte, Frequentadores, Porto Velho – RO, 2013.....	58
<b>QUADRO 2.</b> Demonstrativo da sistematização qualitativa da categoria 3 - diagnóstico do atendimento e prática da Atividade Física e Esporte nos espaços, Porto Velho – RO, 2013.....	61
<b>QUADRO 3.</b> Diretrizes norteadoras para planejamento, implantação e oferecimento da Atividade Física e Esporte, 2013.....	74
<b>QUADRO 4.</b> Políticas e Programas que norteiam os projetos de Atividades desenvolvidas nas Secretarias, 2013.....	75
<b>QUADRO 5.</b> Programas e projetos desenvolvidos nas secretarias, 2013.....	76
<b>QUADRO 6.</b> Público atendido pelos programas e projetos das Secretarias, 2013.....	77
<b>QUADRO 7.</b> Organização das atividades para atendimento a população do município, 2013.....	78
<b>QUADRO 8.</b> Estrutura Física dos espaços públicos para oferta da Atividade Física e Esporte, 2013.....	79
<b>QUADRO 9.</b> Espaços públicos disponíveis para a prática de Atividade Física e Esporte na cidade, 2013.....	80
<b>QUADRO 10.</b> Quantidade de espaços públicos disponíveis para o desenvolvimento dos programas das secretarias, 2013.....	81
<b>QUADRO 11.</b> Necessidade de planejamento e/ou construção de novos espaços públicos para atendimento da demanda populacional na cidade, 2013.....	82
<b>QUADRO 12.</b> Espaços públicos de Atividade Física e Esporte mais frequentado pela população do município de Porto Velho, 2013.....	83
<b>QUADRO 13.</b> Aproveitamento de espaços públicos ociosos por parte da secretaria para atendimento a população do município, 2013.....	84
<b>QUADRO 14.</b> Oferecimento e avaliação das Atividades Físicas e Esporte por parte da secretaria a população do município de Porto Velho, 2013.....	85
<b>QUADRO 15.</b> Recursos humanos profissionais das secretarias para atendimento da Atividade Física e Esporte no município, 2013.....	86
<b>QUADRO 16.</b> Quantidade de profissionais de Educação Física para atendimento nos Espaços de Atividade Física e Esporte, 2013.....	87

<b>QUADRO 17.</b> Finalidades e objetivos dos projetos desenvolvidos pela secretaria para atendimento a população do município, 2013.....	88
<b>QUADRO 18.</b> Projetos e programas da secretaria voltados para a promoção da saúde e qualidade de vida da população do município, 2013.....	89

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1.</b> Características do perfil dos frequentadores dos espaços de Atividade Física e Esporte da cidade de Porto Velho – RO, 2013.....	90
<b>TABELA 2.</b> Estrutura, organização e disponibilidade dos espaços públicos de atividade Física na cidade de Porto Velho – RO, 2013.....	92
<b>TABELA 3.</b> Oferecimento, atendimento e prática da atividade Física e/ou Esporte na cidade de Porto Velho – RO, 2013.....	95

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPITULO I - ESTADO, DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>21</b>
1.1 ESTADO E DESENVOLVIMENTO .....	21
1.2 DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	25
1.3 ESTADO, GOVERNO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS .....	29
1.4 AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS .....	33
<b>CAPITULO II - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PODER LOCAL: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E ATIVIDADE FÍSICA.</b>	<b>41</b>
2.1 ESPORTE E ATIVIDADE FÍSICA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA .....	42
2.2 O ESPORTE E ATIVIDADE FÍSICA COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A PERSPECTIVA DO LAZER E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE .....	44
2.3 PODER LOCAL E A GESTÃO PARTICIPATIVA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E ATIVIDADE FÍSICA .....	48
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA: UMA INTEGRAÇÃO NECESSÁRIA .....	52
<b>CAPITULO III - A METODOLOGIA E SEUS PROCEDIMENTOS .....</b>	<b>56</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	56
3.2 SUJEITOS E LOCAIS DA PESQUISA .....	58
3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	58
3.2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DA PESQUISA .....	62
3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS .....	65
3.3.1 DA PESQUISA NA SECRETARIA ESTADUAL DE ESPORTES E LAZER – SECEL .	67
3.3.2 DA PESQUISA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SEMES/PVH.....	68
3.3.3 DA PESQUISA COM OS FREQUENTADORES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS PARA ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE.....	70
3.3.4 DOS PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA .....	72
3.4 PROCEDIMENTOS PARA SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	73
3.4.1 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	73
3.4.2 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS .....	81

<b>CAPITULO 4 – A PESQUISA: DIMENSÕES DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>82</b>
4.1 DIMENSÕES DOS RESULTADOS .....	82
4.1.1 DIMENSÃO POLÍTICA – O OLHAR DOS GESTORES E PROFISSIONAIS .....	82
4.1.2 DIMENSÃO SOCIAL: A VOZ E OLHAR DE QUEM UTILIZA OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE NA CIDADE DE PORTO VELHO. ....	114
4.2 ANÁLISE OU DISCUSSÕES DOS RESULTADOS .....	122
4.2.1 MAPEAMENTO DAS DIRETRIZES, POLÍTICAS E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS SECEL/RO E SEMES/PVH.....	123
4.2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E A OFERTA DA ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE PELA SECEL/RO E SEMES/PVH.....	133
4.2.3 PERFIL DO FREQUENTADOR, DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO E PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	137
<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>158</b>
APÊNDICE 1 – Carta de Autorização de Pesquisa SECEL .....	159
APÊNDICE 2 – Carta de Autorização SEMES .....	160
APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	161
APÊNDICE 4 – Roteiro de Entrevista Estruturado .....	162
Apêndice 5 – Questionário de pesquisa .....	164
<b>ANEXOS .....</b>	<b>166</b>
ANEXO 1 – Parecer consubstanciado do Comitê de ética Da Universidade Federal de Rondônia - CEP/UNIR .....	167

## INTRODUÇÃO

A necessidade da prática da Atividade Física e Esporte no cotidiano da população vêm sendo discutida e defendida na literatura em diferentes contextos e perspectivas, dos quais cabe destacar o social, econômico, cultural, e ainda, salientar que estes cada vez mais têm contribuído para justificar o planejamento e a consolidação das políticas públicas para a Atividade Física e Esporte como sendo fundamental para a prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida da população (FARINATTI & FERREIRA, 2006; BARROS, 2009; NAHAS, 2010; MOREIRA, 2010; BRASIL, 2006; 2008; 2009; 2011).

Deste modo, pretende-se iniciar aqui uma reflexão acerca da relevância das Políticas Públicas na área de Atividade Física e o Esporte para fins de promoção da saúde e qualidade de vida na população da cidade de Porto Velho, ao mesmo tempo em que são levantadas inquietações de como o processo de consolidação de tais políticas ao longo dos anos vem se desenhando, estruturando e qual a responsabilidade assumida pelo poder local para sua implementação mediante ações integradas entre a esfera municipal e estadual.

Do ponto de vista social, nos últimos 50 anos, em virtude de mudanças sociais e ambientais, houve, por exemplo, a explosão populacional e urbanização acelerada, o aumento significativo da expectativa de vida (envelhecimento populacional), e a inversão nas principais causas de morbidades, que passaram de doenças infectocontagiosas para doenças crônicas degenerativas, como doenças do coração, diabetes, e câncer (NAHAS, 2010; FARINATTI & FERREIRA, 2006).

Neste contexto, as Políticas Públicas, enquanto campo de conhecimento tem procurado integrar, a própria Política Pública, a política, a sociedade política e as instituições onde as Políticas Públicas são decididas, desenhadas e implementadas, sendo assim no estudo teórico das Políticas Públicas viabilizado pelas diferentes áreas de conhecimento, são contemplado, por exemplo, problemas oriundos dos setores da economia, cultura, educação, saúde, meio ambiente, esporte, lazer e atividade física, para fins de evidenciar as lacunas existentes e apontados caminhos para o sucesso no desenvolvimento de tais políticas (SOUZA, 2006).

Em outra vertente, pode-se destacar que em decorrência das grandes mudanças estruturais do mundo moderno, a globalização, urbanização, divisão social do trabalho e, acima de tudo, o advento da economia monetária, existe uma preocupação emergente na literatura no que se refere ao desenvolvimento de ações determinantes para os setores da saúde, lazer e a qualidade de vida dos indivíduos (RECHIA, 2009).

Tal inquietação se deve ao fato de que com a modernização, houve a revolução do trabalho (mecanização e automação) e urbanização acelerada, concomitante, a prevalência dos fatores do estilo de vida negativo e lazer passivo, cresceu muito, ao ponto que se tornou um marco do comportamento humano no século XX (GUARDA, MARIZ & SILVA, 2009; NAHAS, 2010).

Sobre este assunto, Nahas (2010), enfatiza que com a revolução tecnológica e consequente predominância do estilo de vida negativo, houve crescentes reflexões acerca do sedentarismo como principal fator de risco para a saúde. Neste âmbito, a prática da Atividade Física foi sendo configurada e defendida como um fator fundamental para prevenção e tratamento de inúmeras doenças, bem como faz parte dos componentes para um estilo de vida saudável.

Com relação aos aspectos econômicos, cabe salientar que os recursos financeiros investidos em programas de Atividades Físicas podem contribuir de forma imediata na implantação de estratégias que possibilitem gerar importantes impactos sobre o quadro clínico de saúde da população, além da diminuição das despesas do Sistema Único de Saúde – SUS com procedimentos e medicamentos, sobretudo tratamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNTs (GUARDA, MARIZ & SILVA, 2009).

No Brasil, historicamente, no âmbito das Políticas Públicas de Atividade Física e Esporte, inúmeras tentativas e ações teóricas tem sido viabilizada dentro de uma perspectiva intersetorial entre os Ministérios da Saúde e Educação, e em parte pelo Ministério do Esporte. Mas, contudo, na prática, os resultados perpassam pela existência de lacunas oriundas da má gestão do poder público, bem como permeiam a ausência efetiva de políticas consolidadas, programas e projetos articulados e integrados entre as esferas nacional, estadual e municipal (RECHIA, 2009; AMARAL & PEREIRA, 2009).

Como consequência disso, pode-se destacar no âmbito nacional a existência de cidades e/ou estados em que a efetivação das políticas públicas voltadas para a Atividade Física e Esporte perpassa por algumas lacunas, seja na consolidação, resultados e/ou continuidade das ações. Assim como também necessitam serem reestruturadas em consequência de fatores sociais, econômicos e culturais relacionados ao crescimento populacional desordenado e estrutura física da cidade, presente na grande maioria das regiões do país (MEZZADRI et al, 2006; RECHIA, 2009, AMARAL & PEREIRA, 2009; BAHIA & LIMA, 2010; BANKOF & ZAMAI, 2011).

Dentro deste contexto, este estudo chama a atenção para a realidade vivenciada no município de Porto Velho – RO, em virtude de processo migratório recentes, em particular da



construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. A cidade se apresenta com crescimento desordenado, tendo em vista a migração de muitas famílias das mais variadas regiões e/ou municípios do país para buscar melhores oportunidades econômicas, e acabaram por fixar residência na cidade (BERNALDINO et al, 2010; SILVA et al, 2011).

De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo 2000, a construção das hidrelétricas, possibilitou um crescimento populacional, passando de 334.661 mil habitantes em 2000, para 410.520 mil habitantes em 2010. Isso significa que teve um acréscimo de 75.859 pessoas, resultando num aumento de aproximadamente (22,6%) numa década, percentual bem acima da média Nacional.

Além disso, o fluxo populacional recebido na cidade desencadeou uma série de mudanças na configuração das moradias através do crescimento das construções verticais, aumentou o tráfego de veículos, números de acidentes no trânsito, assim como também contribuiu diretamente com os impactos ambientais, na saúde e a violência de forma geral. Neste cenário, Porto Velho vivencia um período de transição no qual passa a compor uma estrutura de metrópole em desenvolvimento sem as condições estruturais básicas de expansão.

Cabe destacar que no cenário da saúde, em Porto Velho, dados epidemiológicos do VIGITEL – Vigilância dos Fatores de Risco das Doenças Crônicas Degenerativas por Inquérito Telefônico (2011), identificaram (12,9%) dos homens obesos em 2006, em 2011, subiu para (16,6%). Entre as mulheres, os números passaram de (12,7%) para (16,2%). O percentual de homens com excesso de peso aumentou de (46,2%) para (52,3%), em 2011, e entre as mulheres o número foi de (36,7%), em 2006, para (45,4%), em 2011. Além disso, conforme informações do VIGITEL, apenas (26%) de adultos praticam alguma atividade física em seu tempo livre, fazendo do município, o mais sedentário do país, e consequentemente, encontra-se mais predisposto ao aparecimento das DCNT's, que na atualidade é considerado um problema de saúde pública.

A partir de estudos realizados nas secretarias de Esporte e Lazer no município Porto Velho, foi identificada uma necessidade emergente de ampliação dos espaços públicos para a prática do esporte e lazer para a população na cidade. Tendo em vista a insuficiência de espaços públicos estruturados para prática do esporte e lazer (BERNALDINO et al, 2010; SILVA et al, 2011).

Diante desse quadro, determinou-se como problema de pesquisa: Quais as diretrizes que norteiam as Políticas Públicas para a Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho, e os desafios para o Poder Local com vistas à promoção da Atividade Física e Esporte em espaços públicos para atender as necessidades da população na cidade de Porto Velho?

Do mesmo modo, possibilitou levantar como os seguintes pressupostos teóricos: “na cidade de Porto Velho, não há Políticas Públicas institucionalizadas para Atividade Física e Esporte consolidadas de forma articulada entre as esferas nacionais, estaduais e municipais, bem como existe uma carência de programas, espaços públicos e ações para a promoção da saúde e qualidade de vida que viabilizem a prática da Atividade Física e Esporte, e que contribuam para a diminuição do sedentarismo da população do município”.

A partir do problema e dos pressupostos teóricos foi possível estabelecer o seguinte objetivo geral: Identificar as diretrizes que norteiam as Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte, em relação aos programas, os espaços, as ações desenvolvidas e o atendimento à população, bem como os desafios do Poder Local, a partir do olhar dos gestores, profissionais de Educação Física e dos frequentadores de espaços disponíveis na cidade de Porto Velho – RO.

Estabelecido o objeto de estudo, o objetivo geral possibilitou visualizar as questões de pesquisa, permitindo estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- Verificar as diretrizes que orientam as Políticas Públicas em nível estadual e municipal e os programas para promoção do Esporte e da Atividade Física no município de Porto Velho;
- Analisar no âmbito das secretarias estadual e municipal de esportes e lazer, a partir da voz dos gestores e profissionais de Educação Física, as políticas e/ou programas que norteiam o planejamento e organização das ações destinadas às Atividades Físicas, o esporte, o lazer e a promoção da saúde no Município de Porto Velho;
- Descrever os espaços disponibilizados pelas secretarias de Esporte e Lazer para a prática da Atividade física e do Esporte, bem como o atendimento profissional destinado e as atividades oferecidas para os frequentadores desses locais no município de Porto Velho;
- Verificar o perfil e a opinião dos frequentadores de espaços distintos de Atividade Física e Esporte, no que se refere à estrutura dos espaços, o atendimento da secretaria e a prática de atividades no local; e
- Identificar os desafios para o Poder Local, com relação à realidade, atendimento e as necessidades existentes para planejamento e consolidação das Políticas para Atividade Física e Esporte no município de Porto Velho, a partir da voz dos gestores e olhar dos frequentadores.

A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade emergente de espaços e da implementação e consolidação das Políticas Públicas para a Atividade Física e Esporte pelo Poder Local da Cidade de Porto Velho, aliados aos aspectos históricos, ambientais, culturais e sociais que permeiam o cenário de uma cidade em crescimento populacional e a expansão urbana desordenada, sob as quais as opções de espaços públicos para o lazer, promoção da saúde e qualidade de vida se revelam insuficientes.

Concomitante, vislumbram-se lacunas no oferecimento e disponibilidade do Profissional de Educação Física pelo Poder Local, para orientar a prática da Atividade Física e Esporte nos espaços públicos, de modo a contribuir para diminuição dos fatores de riscos presentes no estilo de vida negativo, como o sedentarismo, associados à prevenção das doenças crônicas degenerativas, e que nos dias atuais são considerados um problema de saúde pública.

Como respaldo teórico para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se literaturas variadas que possibilitasse ampliar o conhecimento acerca do objeto de Estudo, Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte numa perspectiva interdisciplinar. Para tanto, como literatura base para a pesquisa, buscou-se embasamento teórico nos seguintes autores: Bobbio (1997; 2007); Heidman & Salm (2010); Hochman, Arecthe & Marques (2007) e Piana (2009) para contextualizar e relacionar o Estado e as Políticas Públicas Sociais no âmbito da promoção da saúde, lazer e qualidade devida e os impactos para o desenvolvimento do país; e aos autores, Unesco (1978); Tubino (1996); Veiga (2010); Marcellino (2002); Zingoni (2002); Souza (2006); Barros (2009); Nahas (2010); Moreira (2010); Silva (2012) e Brasil (2006; 2008; 2009; 2011) para fundamentar o objeto de Estudo Atividade Física e Esporte e relacionar com as políticas sociais de Desenvolvimento Regional.

A pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feito um levantamento conceitual, teórico, histórico, político e econômico acerca do papel e atuação do Estado na sociedade e no desenvolvimento e gestão das Políticas Públicas no Brasil e na Amazônia. Por conseguinte, são estabelecidas relações entre Políticas Públicas Sociais, Estado e Desenvolvimento.

A partir do segundo capítulo, contextualiza-se o objeto de estudo, Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte no Brasil e suas relações com o desenvolvimento e a responsabilidade do Poder Local. Neste capítulo são estabelecidas relações do objeto de estudo com as políticas de promoção do lazer, saúde e qualidade de vida no intuito de explicar a relevância do assunto para o desenvolvimento regional da cidade de Porto Velho, aliado a importância de ações intersetoriais e participação social.

No terceiro capítulo, são descritos os métodos e procedimentos de coleta dos dados da pesquisa que possibilitaram a realização da pesquisa, bem como o processo de sistematização, análise dos resultados.

Por fim, o quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa em duas dimensões: a Dimensão política, sob o olhar dos gestores e técnicos e a Dimensão social a partir do olhar e opinião dos frequentadores de espaços de Atividade Física e Esportes pesquisados.

# CAPITULO I - ESTADO, DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

## 1.1 ESTADO E DESENVOLVIMENTO

A discussão sobre Estado e desenvolvimento tem assumido particular importância do ponto de vista teórico, político, (BOBBIO, 1997; 2007; LENIN, 2010), social e econômico (SALLUN JR, 2003; CARLEIAL, 2004; POCHMANN, 2004; BOITO JR, 2007), principalmente no que se refere à constituição, papel e relações do Estado com o surgimento e desenvolvimento da sociedade. Desta forma, pretende-se aqui levantar a perspectiva teórica e conceitual sobre: “o que é Estado”, “seu papel” e as “consequências de sua atuação para a sociedade”.

No que se refere à perspectiva teórica, tomando por base as ideias de Bobbio (1997; 2007), esta pesquisa destaca que para o estudo do Estado devem ser consideradas duas fontes principais: a história das instituições políticas e a história das doutrinas políticas, dada a importância individual e coletiva de cada uma para a compreensão de ambas, e ainda a ligação do estudo da história das instituições políticas e doutrinas com o entendimento das leis, que regulam as relações entre governantes e governados.

Entre as teorias sociológicas do Estado, duas mantiveram-se em campo nos últimos anos: a teoria marxista e a teoria funcionalista. A teoria marxista se preocupa com a mudança social, caracterizam-se pela *“ruptura da ordem e a passagem de uma ordem à outra, sendo concebida como passagem de uma forma de produção a outra através da explosão das contradições internas do sistema”*, especialmente as contradições entre as forças produtivas e relações de produção. Enquanto que a teoria funcionalista, *“na sua versão parsoniana é dominada pelo tema hobbesiano da ordem e preocupa-se essencialmente com a conservação social”* (BOBBIO, 2007).

Com relação à análise do conceito, há na literatura uma diversidade de estudos que estabelecem ligações diretas entre Estado, política, economia e sociedade. Sendo que a partir destas relações, o Estado é apontado como sendo um mecanismo de *“poder”*, *“instância burocrática de gestão dos serviços públicos”*, *“dominação de classe”*, e/ou *“repressão e força social”*. Para Bobbio (2007), o Estado enquanto teoria política parte de forma direta ou indireta de uma definição de *“poder”* e de uma análise do fenômeno do poder. E assim, a

teoria do Estado, apoia-se sobre a teoria dos três poderes (o legislativo, o executivo e o judiciário) e das relações entre eles.

De acordo com Moreira (2010), o Estado apresenta-se definido como uma “*instância burocrática que gerencia serviços públicos*” a uma população compreendida como cliente e que reproduz valores de um sistema econômico elitista globalizado, que opera para manter, dirigir mudanças e deflagrar a descentralização.

Na visão de Marx, o Estado é um órgão de “*dominação de classe*”, em que há submissão de uma classe por outra, e consequente criação de uma ordem econômica e política que legalize e consolide essa submissão amortecendo a colisão das classes (LENIN, 2010).

Engels (2012) utilizando-se de uma perspectiva ontológica retrata o Estado como sendo um instrumento especial de “*repressão*” da classe dominante contra os trabalhadores, sob o qual o Estado pode ser caracterizado a partir do desenvolvimento de uma “*força*” proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela se afasta cada vez mais.

No que se refere ao papel e atuação do Estado, observa-se na literatura um entendimento de que o Estado apresenta-se condicionado “*aos interesses econômicos setoriais burgueses*”; “*às relações entre direito e poder e/ou direito e Estado*”; e “*regulados por normas gerais no âmbito das leis que os regulam*”.

Segundo Boito Jr (2007), a partir do emprego da expressão “*bloco de poder*”, caracterizado pelas frações da classe dominante como força social, houve a “*representação dos interesses econômicos setoriais burgueses*”, que acabaram por ensejar objetivos próprios diante da Política de Estado e na formação de grupos políticos diferenciados.

Bobbio (1997; 2007), complementa e enfatiza que ao lado do problema do fundamento do poder, a doutrina clássica do Estado também se ocupou de aspectos relacionados aos limites do poder no que se refere “*às relações entre direito e poder e/ou direito e Estado*”. A partir desta relação, o autor destaca a existência de duas manifestações extremamente reveladoras da tendência de submissão do poder público ao direito: a primeira é a interpretação Weberiana do Estado moderno como estado racional e legal, cuja legitimidade repousa exclusivamente no exercício do poder em conformidade com as leis; a segunda é a teoria Keysiana do ordenamento jurídico como cadeia de normas que criam poderes e de poderes criam normas, cujo marco inicial é representado não pelo poder dos poderes, como concebido na teoria do direito público, mas pela norma das normas, a *Grundnorm*.

Por outro lado, numa perspectiva histórica, as experiências vivenciadas pelo Estado enquanto fenômeno de dominação, repressão, poder e força social, sofreram avanços no meio político, econômico e social, advindos das revoluções e do capitalismo mundial. Dentre tais

avanços, pode-se evidenciar a “*constituição do Estado de Bem Estar Social*”, como “*principio básico para o pleno emprego e menor desigualdade social entre os cidadãos*”.

Sobre este assunto, Pochmann (2004) evidencia que as experiências a respeito de um novo papel do Estado, até a década de 30 eram definidas fundamentalmente pelo setor privado. Por conseguinte, a “*constituição do Estado de Bem estar Social*” foi peça fundamental para o estabelecimento da cidadania regulamentada e desenvolvimento da economia, tida como sendo o centro do capitalismo mundial. Para tanto, foram considerados a lógica industrial, o acesso à democracia de massa e a conformação da sociedade salarial, e coube ao Estado um papel singular como participante do intenso processo de expansão econômica e das transformações no interior das sociedades capitalistas.

Oliveira (2007), a partir da análise da proposta de Bobbio acerca dos aspectos positivos do liberalismo e socialismo, evidencia o Estado de direito como sendo um Estado em os que os poderes públicos são “*regulados por normas gerais e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam*”.

Piana (2009) chama a atenção que o ideário de Bem – Estar Social, consolidado após a Segunda Guerra Mundial, foi proposto pela teoria Keysiana em países da Europa e nos Estados Unidos, tinha como “*principio básico o pleno emprego e menor desigualdade social entre os cidadãos*”.

Com relação ao caráter de desenvolvimento na sociedade, inicialmente, o Estado “*dependia diretamente das forças do mercado para se consumir, e, portanto caracterizado como autorregulado*” posteriormente, assumiu a função “*reguladora*”, e “*empresarial*”. Como consequência disso, instituiu-se “*a burocracia e o exercito permanente como representatividade da formação e atuação do poder estatal*”.

Heidemann & Salm (2010), se utiliza dos aspectos históricos e afirmam que no século 20, o progresso, nome atribuído ao desenvolvimento que alavancava a Política, a Economia e a Sociedade, *dependia diretamente das forças do mercado para se consumir, e, portanto caracterizado como autorregulado*. No decorrer dos anos, a ação política dos governos, no campo da economia, chamada pelos liberais de intervenção, caracterizava-se agora de duas formas: como “*ação reguladora*”, a partir da criação de leis que imprimiam direcionamentos específicos de ordem política as iniciativas econômicas; e pela participação direta do Estado na economia, com função “*empresarial*”, como por exemplo, na criação e na administração das empresas estatais.

Nesse cenário, Lenin (2010) ressalta que o poder centralizado do Estado característico da sociedade burguesa, nascido na época da queda do absolutismo, no decorrer dos anos

constituíram-se duas instituições consideradas típicas dessa máquina governamental: “*a burocracia e o exercito permanente como representatividade da formação e atuação do poder estatal*”.

[...] Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, nos mostra uma luta de classe descoberta, põe em evidencia como a classe dominante se empenha em reconstituir, ao seu serviço, corpos de homens armados e como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados (LENIN, p. 30, 2010).

Levando em consideração a citação acima, observa-se que as relações de poder entre o Estado e a classe oprimida estão diretamente relacionadas ao exercício da força física e coerção social como sendo instrumentos fundamentais do poder estatal, e consequente repressão da classe explorada. Por outro lado, fica evidente no texto, que o caráter transformador das mudanças ocorridas a partir das revoluções, influenciou sobremaneira no papel e atuação do Estado e consequente destruição do aparelho governamental.

Entretanto, ao estabelecer uma reflexão teórica entre os estudos analisados, pode-se enfatizar que o Estado desempenhou papéis importantes na organização e estruturação da sociedade política e econômica, bem como no campo da ciência política ora como instância burocrática (MOREIRA, 2010); poder e força social (BOITO JR, 2007; LENIN, 2010); ora como órgão de dominação e repressão de classe trabalhadora (LENIN, 2010; ENGELS, 2012), ora enquanto fenômeno do poder regulado por leis (BOBBIO 1997, 2007) e como Direito e Bem – Estar Social (POCHMANN, 2004; PIANA 2009).

No decorrer dos anos, as relações do Estado com a ordem social e econômica vigente nos anos 30, foram alteradas pelos processos de democratização política e liberalização econômica (SALLUN JR, 2003; POCHMANN, 2004; BOITO JR, 2007). Em contrapartida, corroborando com Moreira (2010), o processo de redemocratização do Estado brasileiro iniciado no final da década de 70, ampliado nas décadas de 80 e 90, articulou a reforma do Estado, mas não objetivou a transformação do Estado em um espaço público com democracia e controle popular. Ao contrário, o que se objetivava, era cada vez mais, submetê-lo a lógica do mercado.

Nesta perspectiva, torna-se relevante evidenciar que a política econômica e social do Estado brasileiro ao longo das décadas, conferiu ao capitalismo brasileiro, características estáveis que permearam um modelo desenvolvimentista, na fase racional reformista (1930-1964) e um período pró-monopolistas na época da ditadura militar (1964-1985). E, por



consequente, permitiu a discussão e reflexão teórica, social e política acerca de um novo modelo de desenvolvimento capitalista, chamado neoliberal (BOTO JR, 2007).

Segundo Carleial (2004), no Brasil a dinâmica de crescimento e desenvolvimento até os anos 80 foi comandada de forma decisiva pela ação do Estado e por seu esforço industrializante. A estrutura produtiva diversificou-se, com ênfase na grande empresa estatal e privada, provocando grandes fluxos migratórios e um rápido processo de urbanização do país. Com a crise dos anos 80, o país atravessa um período de endividamento interno e externo, concomitante com a incapacidade do Estado brasileiro em continuar mantendo um padrão de financiamento de longo prazo para o desenvolvimento do país.

A partir da década de 90, o desenvolvimento no Brasil foi marcado por profundas transformações tanto no cenário econômico nacional, como no internacional, resultantes de modificações de fundo nas estruturas produtivas de cada país, da universalização dos padrões de consumo e oferta de produtos nos diferentes países. Além disso, a derrubada das fronteiras nacionais, a intensificação do comércio e dos investimentos em nível mundial, favoreçam inúmeras mudanças políticas, econômicas e sociais vivenciadas no país na atualidade (CAMARGOS, 2002).

## **1.2 DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL**

No tópico anterior, foi contextualizado de forma sucinta o conceito, papel e atuação do Estado, dada a importância atribuída nesta pesquisa para a compreensão do Estado como sujeito e/ou instituição política detentora de poder, responsável e reguladora das Políticas Públicas.

Neste tópico, tomando por base a retomada histórica dos aspectos teóricos, sociais, econômicos e políticos presentes no cenário mundial que influenciaram no desenvolvimento e nas Políticas Públicas, pretende-se estudar os aspectos conceituais e teóricos do Desenvolvimento das Políticas Públicas, na tentativa de compreender os mecanismos envolvidos na consolidação, implementação, gestão e participação social no âmbito das Políticas Públicas Sociais no Brasil.

Com base em Souza (2006), o desenvolvimento das Políticas Públicas enquanto área de conhecimento se deu a partir dos anos 30, e contou com quatro grandes precursores: H. Laswel, H. Simon, L. Lindblom e D. Easton. Inicialmente, em 1936, Laswel por meio da expressão “*policy analysis*” conciliou o conhecimento acadêmico e científico com a produção

empírica do governo e a necessidade de diálogo entre os cientistas sociais. Nos anos 50, Simon introduziu o conceito de “*policy makers*”, e defendeu que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Posteriormente, Lindblom questionou as ideias de Laswel e Simon e propôs a reformulação e análise das políticas públicas a partir da incorporação das relações de poder e integração nas fases decisórias dos diferentes processos. Em 1965, Easton, definiu a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Dentre os países que se destacaram nas pesquisas, disseminação e consolidação das Políticas Públicas como áreas de estudos das ciências políticas, é importante ressaltar que nos Estados Unidos, a pesquisa em Políticas Públicas sob o rótulo de “*policy science*”, começou a se estabelecer nos anos 1950 como uma vertente de pesquisa da ciência política. Neste período, não se estabeleciam relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, mas sim tinha ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Na Europa, em 1970, mais especificamente na Alemanha, a preocupação com o estudo do campo das Políticas Públicas se desenvolveu como forma de um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas do papel do Estado, na qual o governo além de ser o incremento fundamental para a instituição do estado, também representava o produtor por excelência das Políticas Públicas (FREY, 2000; SOUZA, 2006).

Em se tratando da relação desenvolvimento e Políticas Públicas no Brasil, historicamente, as Políticas Públicas sofreram influências diretas do período que compreendeu o fim da Segunda Guerra Mundial até aproximadamente o começo dos anos 1970, época essa em que o desenvolvimento confundia-se com crescimento econômico, bem como era entendido, fundamentalmente como processo pelo qual o sistema econômico criava e incorporava progresso técnico e ganhos de produtividade no âmbito, sobretudo das empresas (IPEA, 2010).

Cabe salientar que no período anterior, mais especificamente na revolução de 30, concomitante com o estabelecimento do projeto de industrialização no país, ganharam importância à estrutura tributária com vistas ao financiamento, pelo Estado, das políticas públicas de educação, saúde, previdência e assistência (POCHMANN, 2004). Entretanto com a constatação de que projetos de industrialização, por si só, haviam sido insuficientes para engendrar processos socialmente excludentes, capazes de eliminar a pobreza e combater as desigualdades, buscou-se de forma teórica e política estabelecerem diferenças entre crescimento e desenvolvimento (IPEA, 2010).

Deste modo, tem – se o entendimento de que a implementação das Políticas Públicas Sociais no Brasil é reflexo de uma política ajustada as particularidades das democracias mais consolidadas do Ocidente (HEIDEMAN & SALM, 2010), bem como se apresentam inter-relacionadas com as ideias de progresso, desenvolvimento, Estado, mercado e os principais processos políticos que caracterizam a formulação, implementação e avaliação dos programas e projetos de desenvolvimento (FREY, 2000).

Hochman, Arretche & Marques (2007) complementam e chamam a atenção que até aos anos 1970, o estudo do funcionamento das Políticas Públicas no aparelho estatal orientava para o desenvolvimento de uma nação, a partir da interpretação das bases sociais e suas relações com o sistema político. Todavia, tomando por base as ideias de Heidman & Salm (2010), por força da crise pela qual o mercado passou no período entre as duas guerras mundiais, o Estado e os mercados passaram a promover em conjunto o desenvolvimento da sociedade.

Nos dias atuais, no contexto prático das Políticas Públicas Sociais no país, os arranjos institucionais e os processos de negociação entre executivo, legislativo e sociedade civil são pouco formalizado, institucionalizado e consolidado, de modo que se tem um entendimento de que no âmbito das Políticas Públicas brasileiras, há “instabilidade” que acaba dificultando que se chegue a afirmações de caráter teórico com maior grau de generalização (FREY, 2000).

Neste sentido, é pertinente assinalar que essa falta de consolidação traz inúmeras dificuldades para a prática das Políticas Públicas Sociais, bem como para o desenvolvimento de arranjos institucionais e os processos de negociação entre executivo, legislativo e sociedade civil (FREY, 2000; SOUZA, 2006).

Frey (2000), tomando como exemplo a política municipal no Brasil, identificou vários problemas que contribuíram com conhecimento científico limitado no que se refere à configuração dos arranjos institucionais e das características dos processos políticos municipais; a autonomia financeira e administrativa como política; as forças políticas atuantes na arena política municipal; bem como a falta de consolidação e consumação da determinação político ideológica tanto da população, do eleitorado, como também dos políticos e até mesmo dos partidos.

Por outro lado, visões menos ideológicas também defendem que mesmo diante de limitações e constrangimentos, as capacidades das instituições governamentais de governar, não são inibidas (FREY, 2000; SOUZA, 2006). Cabe salientar que o crescente interesse pelas Políticas Públicas está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira,

tais como: a inovação e experimentação em programas governamentais – resultantes da competição eleitoral, autonomia dos governos locais e dos programas de reforma do Estado; e a oportunidade de participação aberta nas mais diversas políticas setoriais (ARRETCHE, 2003).

No que se referem aos aspectos conceituais das Políticas Públicas, diversas pesquisas foram realizadas no intuito de compreender criticamente as Políticas Públicas, em particular, como as Políticas Sociais são constituídas. E assim, têm-se examinados desenhos de políticas e suas relações com a cidadania, cultura política, Estado, economia, os padrões de financiamento estatal, entre outras (FREY, 2000; TEIXEIRA, 2000; POCHMANN, 2004; ARRETCHE, 2003; SOUZA, 2006; HOCHMAN, ARRETCHE & MARQUES, 2007; HEIDMANN & SALM, 2010; MOREIRA, 2010; HOLFING, 2011; SILVA, 2012; PASTORINI et al, 2012).

No campo conceitual não existe uma única e/ou nem melhor definição sobre o que seja Política Pública, tendo em vista que no decorrer das décadas o conceito de Políticas Públicas permeou diferentes contextos e mudanças que estiveram associados diretamente e/ou em partes a Política, a Economia, o Desenvolvimento, o Estado e os aspectos sociais (SOUZA, 2006).

Na visão de Teixeira (2002) as “Políticas Públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, sob a qual há uma forma de mediação entre atores da sociedade e do Estado. Do ponto de vista de Souza (2006), a Política Pública em geral e a Política Pública Social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da Política Pública e seus processos.

Heidemann & Salm (2010) por sua vez se utiliza do termo “política” para explicar as várias acepções retratadas em distintos estudos de referências na literatura, e propõe três definições: a primeira retrata a política como sendo algo capaz de englobar tudo o que diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade e em organizações; a segunda destaca a política como sendo um conjunto de processos, métodos e expedientes usados por indivíduos ou grupos de interesses para influenciar, conquistar e manter o poder; e por último, enfatiza a política com a arte de governar e realizar o bem público.

Contudo, em sua acepção mais operacional, a Política Pública é entendida como ações práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de estado por um governo para resolver questões gerais e específicas da sociedade. Isso porque é pelo Estado

que as Políticas Públicas são encaminhadas e por meio delas se apresenta a materialidade da intervenção do Estado na sociedade (HEIDMANN & SALM, 2010; MOREIRA, 2010).

### **1.3 ESTADO, GOVERNO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**

A participação social é uma das ações centrais para o exercício da autonomia e socialização da política efetivamente democrática (PASTORINI et al, 2012). Assim, considerando que nos tópicos anteriores foi contextualizada a representatividade do Estado para o desenvolvimento do país na implementação das Políticas Públicas, bem como os aspectos conceituais e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.

Neste tópico, pretende-se fomentar a reflexão a respeito representação do governo, enquanto representante de Estado, bem como destacar a importância da participação dos órgãos públicos e sociedade civil no planejamento, estruturação, discussão, implementação, avaliação e consolidação de forma efetiva das Políticas Públicas Sociais.

Inicialmente, a compreensão acerca das relações entre Estado, Governo e participação da sociedade no âmbito das políticas públicas sociais, permeia o entendimento da política pública propriamente dita como sendo responsabilidade do Estado, entretanto para sua implementação e manutenção, esta requer um processo de tomada de decisão que envolve o além do governo, os órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada (HOLFING, 2011).

Tomando por base a influencia do projeto neoliberal de governo implementado a partir da década de 90, a gestão das Políticas Públicas Sociais no Brasil tem sido influenciada pelo chamado neo-institucionalismo, que defende a importância crucial das instituições para a decisão, formulação e implementação das Políticas Públicas e o controle dos impactos das políticas (FREY, 2000; SOUZA, 2006).

Ademais, com a implantação do projeto neoliberal de governo, o Estado buscou controlar a inflação mediante a abertura comercial internacional para fins de ampliação da competitividade, privatização das grandes empresas governamentais, desregulamentação financeira e dos mercados de trabalhos; bem como objetivou controlar os gastos públicos e o papel do Estado. Mas, contudo, a estrutura produtiva do país ficou atravessada pela internacionalização, e, agora contemplava desde o agronegócio, rede automotiva, bancos, até

as grandes empresas de prestação de serviços essenciais (CARLEIAL, 2004; BOITO JR, 2007).

Sobre este assunto, podem-se fazer aproximações com as grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, como é o caso da construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau em Porto Velho.

Por outro lado, há uma crescente discussão na literatura quanto à representatividade e gestão dos governos, bem como há constantes relações entre a função governativa no Estado liberal e no Estado democrático. Quanto à representatividade e gestão dos governos, Bobbio (1997, p. 152), destaca que *“o bom governo é aquele em que os governantes são bons porque governam respeitando as leis ou aquele em que existem boas leis porque os governantes são sábios”*.

Segundo, Boito Jr (2007), o regime político atual reduziu muito a função governativa dos partidos correspondentes e sua função representativa também ficou minada, ao ponto que os diferentes setores sociais diante da percepção de que o partido não é um instrumento importante de poder, acabam por dirigir suas lutas e pressão diretamente para a burocracia de Estado.

Deste modo, o autor propõe a seguinte reflexão:

No neoliberalismo brasileiro, não existe governo de partido, mas partido do governo. Os deputados do partido de onde saiu o Presidente da República funcionam como mera base de apoio do governo no Congresso Nacional, tendo de enquadrar-se em decisões políticas para cuja elaboração não foram nem sequer consultados. Foi assim com o Partido da Social Democracia (PSDB) nos dois governos FHC e está sendo assim, ao contrário do que muitos podiam esperar com o PT durante os dois governos Lula (BOITO JR, p. 69, 2007).

A partir da reflexão acima, e considerando o caráter regulador e empresarial destacado por Heidman & Salm (2010), observa-se que há um indicativo de instabilidade na política brasileira, no que se refere à ausência de ações e tomadas de decisões de forma integradas e articuladas, especificamente quanto à atuação do governo na elaboração e implementação de leis de forma democrática.

E assim, Oliveira (2007), propõe importantes reflexões no que se refere às relações entre Governo democrático e Estado Liberal. Com relação ao Governo democrático, tomando por base a doutrina marxista, defende que a democracia é entendida como a melhor forma de governo, entretanto, tal modelo democrático só será possível sob a ótica do desenvolvimento econômico socialista.

Por outro lado, o autor destaca que o discernimento entre a perspectiva de Estado liberal, requer a compreensão do papel de Estado e de Governo a partir das relações entre a

democracia e poder. E assim, no ideal de Estado liberal, o poder é limitado, porém não é necessariamente democrático; já no governo democrático, o Estado é necessariamente liberal e o poder é distribuído.

Do ponto de vista de Bobbio (1997), a melhor forma de governo democrático, consiste primeiramente em considerar não só a quantidade e o tipo de governantes, mas também o modo de governar. Desta forma, há de se considerar um delineamento de forma de governo que contemple as virtudes e os defeitos advindos da monarquia, aristocracia e democracia, mas que eventualmente, supere os contrastes entre elas, formando assim o chamado governo misto.

Silva (2012) complementa e ressalta que a efetivação dos direitos no Estado Liberal limita-se a constitucionalização dos direitos naturais, ou seja, à transformação desses direitos em leis jurídicas, ou nos chamados direitos positivos, os quais devem ser respeitados e invioláveis. Nesta perspectiva, a consolidação do Estado liberal pelos mecanismos do Estado de Direito, permeia diretamente a garantia à liberdade individual e à propriedade individual do cidadão.

Souza (2006) utilizando-se da expressão “novo gerencialismo público” nas Políticas Públicas, evidencia que as tentativas do Estado em implementar as Políticas Públicas Sociais em caráter participativo em vários países em desenvolvimento no mundo, possibilitaram a vivência de várias experiências de inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento das Políticas Públicas, principalmente nas Políticas Sociais no Brasil.

Entretanto, tomando por base o pensamento de Silva (2012), no âmbito das Políticas Sociais, mediante a consolidação do projeto neoliberal de governo em 1990 no Brasil, o Estado assumiu apenas o papel de regulador social, e desse modo, na medida em que se cria uma esfera pública não estatal financiada parcial ou total pelo Estado, esta exerce funções públicas e obedecem as leis do mercado e não os princípios constituintes propostos na Constituição Federal. Tendo em vista que a concepção de direito social de cidadania vem sendo substituída pelo discurso de solidariedade social, e com particular parceria das Organizações Não Governamentais – ONGs, através do projeto de Parceria Público – Privado – PPP.

Diante desses olhares, cabe ressaltar:

Em realidade, o Estado brasileiro não tem assumido a contento sua responsabilidade na promoção dos direitos sociais, optando por intervenções focais, emergenciais, destinadas principalmente a grupos de riscos. Ainda que essas intervenções sejam necessárias nesse contexto de carências agudas, o Estado tem

como dever primordial implementar políticas extensivas, universais e emancipatórias que garantam níveis de Bem – Estar social (SILVA, p. 36, 2012).

Do mesmo modo, vislumbra-se a partir das contribuições teóricas do autor, a presença marcante no país de um Governo assistencial que tem como paradigma o trato compensatório da pobreza. Sendo que com esse mecanismo, conforme defende o próprio autor se almeja manter patamares assistenciais compensatórios em níveis de baixos gastos com as Políticas públicas Sociais de corte focal e emergencial.

Segundo Pochmann (2004), a fragmentação do gasto social com ações setorializadas implica somas elevadas no custo-meio das operações das políticas públicas, e esta na maior parte das vezes concentram-se em medidas de natureza assistencial. Além disso, a atuação das Políticas Sociais no Brasil é operada por um padrão de gestão pública ultrapassada em que permanece o clientelismo e paternalismo de tais políticas, que influenciam diretamente na perspectiva de emancipação social e econômica necessária a sociedade brasileira.

De acordo com o pensamento de Souza (2006), as Políticas Públicas fundamentalmente necessitam ser constituídas como uma ação intencional abrangente, com objetivos a serem alcançados, que não se limita a leis e regras. O que se pretende, é que as Políticas Públicas sejam consolidadas por ações planejadas para longo prazo, mas com impactos em curto prazo. E ainda, que a Política Pública seja materializada através dos governos, mediante o envolvimento dos vários atores, e necessário distinguir o que o governo pretende fazer, com o que de fato faz.

Neste âmbito, Silva (2012); Pastorini et al (2012), estabelecem importantes relações entre o papel e responsabilidade do Estado e participação social nas Políticas Públicas Sociais. Para o autor, à sociedade civil cabe o papel cooperativo na produção de serviços sociais e na gestão da denominada sociedade providência, em substituição ao Estado providência. Sob esta vertente, o fortalecimento do controle social através da atuação de conselhos setoriais de forma articulada e intersetorial é uma estratégia para a superação da fragmentação dos desmontes dos direitos sociais.

Para Heidemann & Salm (2010) o desenvolvimento eficiente das Políticas Públicas no Estado requer decisões formuladas e implementadas em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo, as forças de mercado em sentido lato. Mas concomitante, há de se preocupar com as exigências do ciclo conceitual das Políticas Públicas que compreendem pelo menos quatro etapas: 1) as decisões políticas tomadas para resolver problemas sociais, previamente estudados; 2) implementação da política decidida, pois sem ações elas não passam de boas intenções; 3) consulta as partes interessadas pela política implementada e 4)



avaliação da política, com vistas a sua continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou, simplesmente descontinuidade. Categorias essas que ajudam a compreender o papel governo, do Poder Local e a realidade das estruturas encontradas no âmbito da pesquisa.

Nesta vertente, Teixeira (2002), aponta que elaborar uma Política Pública significa definir *quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem*. Isso porque tais definições estão diretamente relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, o autor defende a necessidade de distinção entre “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”, pois nem sempre “Políticas Governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “Públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Dentro do campo da Política Pública Governamental, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para se entender melhor como e porque os governos fazem ou deixam de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos. Como modelos estudados, pode-se destacar: 1. O tipo da Política Pública (distributiva, regulatória, redistributiva, constitutiva); 2. O ciclo da Política Pública (definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação); 3. As arenas sociais (ver a política como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de Políticas Públicas); 4. e os modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal, sendo que este último tem sido responsável por influenciar no alcance de novos formatos de Políticas Públicas voltadas para a busca da eficiência, aliada a importância do fator credibilidade e a delegação de políticas públicas para instituições com independência política (SOUZA, 2006; FREY, 2000).

#### **1.4 AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

A abordagem para o desenvolvimento na Amazônia tem sido contextualizada inicialmente sob uma perspectiva “desenvolvimentista” e posteriormente sob uma base “sustentável” (SANCHS 2009, BECKER, 2009; VEIGA, 2010).

Sendo que a disseminação em caráter desenvolvimentista relaciona-se diretamente com as características econômicas e políticas provenientes do sistema capitalista e as respectivas transformações ocorridas no mundo, tais como: Segunda Guerra Mundial, Revolução Industrial e globalização. Atrrelados a isso, os avanços tecnológicos do capitalismo,

e a ocupação desordenada na Amazônia possibilitaram grandes impactos demográficos, sociais, culturais, bem como mudanças na infraestrutura, no setor de transportes, energia e comunicações (BRASIL, 2008).

Na visão de Becker (1999), sobre a ótica desenvolvimentista, o processo de ocupação da Amazônia foi intensamente afetado e marcado por díspares estratégias consideradas prioritárias em termos de exploração econômica da região. E muito embora, como legados da ocupação amazônica, tenha havido o crescimento da economia regional e a modernização da estrutura produtiva, e ainda que nas últimas três décadas, a urbanização e industrialização da Amazônia tenham apresentado os mais elevados índices de crescimento urbano.

Os resultados desse processo em termos de desenvolvimento foram extremamente limitados e maléficos para os recursos naturais e potenciais da Amazônia. Em razão disso, a reversão desse processo conflitivo que marcou sua ocupação, acabou por exigir um padrão de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente eficaz, para fins de atender as novas demandas regionais, nacionais e globais (BECKER, 1999; VEIGA, 2010).

Na década de 90, como estratégias para o desenvolvimento regional e na tentativa de conciliar produção, conservação ambiental e integração da Amazônia com o resto do país e o mercado mundial foram criadas pelo Governo Federal, Eixos de Integração e Desenvolvimento (BECKER, 1999; IPEA, 2009; 2010; VEIGA, 2010).

Através dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, definiram-se as políticas de investimentos em obras de infraestrutura forma direcionados os investimentos públicos, privados, nacionais e internacionais para implantação, pavimentação de estradas e projetos na área energética. Ademais, com a criação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento também foram retomados os investimentos produtivos internos e externos, e redefinido o papel do Estado, tendo em vista que se pretendia a inserção competitiva no cenário internacional e a redução das disparidades econômicas entre os Estados (BECKER, 1999; IPEA, 2009; 2010)

Na Amazônia, os Eixos de Integração e Desenvolvimento, criarão um novo desenho ampliado do macrozoneamento regional, e a por intermédio da integração terrestre e fluvial do território, foram formados os eixos de transporte e infraestrutura que permitiram a concentração da população migrante, a formação de núcleos urbanos, e consequente pressão sobre o meio ambiente no que se refere ao desmatamento, queimada e conflitos fundiários. Entretanto, Entretanto, cabe salientar que a opção pelas obras de infraestrutura como estratégia para o desenvolvimento, muito embora signifique por um lado, a reiteração do padrão concentrado da vida regional. O sucesso dessa estratégia depende de uma série de

políticas e medidas integradas que precisam levar em consideração o contexto histórico e a complexidade atual da região (BECKER, 1999).

Neste sentido, no que se refere à utilização dos recursos naturais e potenciais da região amazônica. No primeiro momento, a exploração ocorreu através do incentivo para plantações de frutas tropicais e por meio do uso da indústria de biodiversidade e biomassa, bem como por meio do ecoturismo. No segundo momento, surgiram oportunidades econômicas para o desenvolvimento da aquicultura em geral, piscicultura, geração de energia em pequenas hidrelétricas, modernização das frotas de navegação fluvial, construção de redes de abastecimento para o consumo residencial econômico e produção agrícola (BECKER, 1999; IPEA 2009; 2010).

No terceiro momento, na região Amazônica, surgiram os grandes projetos de exploração de minérios nos garimpos. E, por conseguinte, a *agropecuária* constitui um quarto potencial regional, que foi desenvolvido em áreas limitadas que ofereciam condições propícias. É o caso das várzeas que, fertilizadas sazonalmente pelas cheias dos rios, merecem ser pensadas em termos de uma agricultura moderna, além da melhoria da criação de búfalos que aí já se efetua em alguns locais. A pecuária de corte, pesadela das décadas de 1970 e 1980, pode ser uma atividade lucrativa se realizada em moldes racionais, e particularmente em áreas que já foram desflorestadas (BECKER, 1999).

Com relação à perspectiva e/ou entendimento acerca do conceito de desenvolvimento na região amazônica, é importante ressaltar que inicialmente esteve relacionada ao crescimento econômico, e nos dias atuais, em sua lógica conceitual, tem-se dado ênfase no século XXI a um tripé formado por três dimensões básicas: a ideia de desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado (SANCHES 2009, VEIGA, 2010).

Segundo Becker (2009), o desenvolvimento numa perspectiva sustentável ainda não é um conceito claro e operacional, e desse modo, tem se tornado uma bandeira em que todos atribuem significados diferentes. Entretanto, o que se quer em termos de desenvolvimento é harmonizar o crescimento econômico com a inclusão social e a conservação ambiental.

Como ponto de partida para os avanços alcançados no século XXI na ótica do desenvolvimento, Veiga (2010) evidencia que a partir do lançamento na década de 1990, do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a ONU passou a divulgar anualmente um Índice de Desenvolvimento que não se resumia somente a renda per capita ou renda por trabalhador.

Através do IDH, tornou-se possível a análise do desenvolvimento em três dimensões: renda; longevidade e escolaridade da população.

À medida que foram sendo divulgados os relatórios do IDH, surgiram questionamentos quanto à importância de estabelecimento de Indicadores que possibilitassem o desenvolvimento de medidas acerca do desenvolvimento de forma mais ampla. Como exemplo disso surgiu: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) que mede os três componentes (renda; longevidade e escolaridade) na esfera municipal; o Índice de Desenvolvimento Social, que mede 05 componentes (expectativa de vida ao nascer e taxa de sobrevivência; taxa de alfabetização e indicadores de escolaridade; trabalho e rendimento); e o DNA Brasil, indicador que mede o desenvolvimento de 10 componentes: bem-estar; economia; competitividade econômica; condições socioambientais; educação; saúde, proteção social; saneamento básico e inserção social (VEIGA, 2010).

Em se tratando da relação entre as Políticas Sociais e o Desenvolvimento no cenário amazônico, é importante retomar discussões anteriores para estabelecer relações e explicar que os padrões de ocupação amazônica passaram por fases distintas, que obedeceram às mudanças e interesses econômicos relacionados ao processo de desenvolvimento ocorrido no Brasil (BRASIL, 2008, IPEA, 2009; 2010).

De acordo com Castro (2007), a ideia de desenvolvimento sustentável, consiste em um conceito mal definido, que na prática inspira projetos pequenos e, quase sempre, mais conservadores do que conservacionistas. Além disso, o autor tece críticas ao modelo agrário que somados aos grandes projetos de mineração, geração de energia e implantação de indústrias, representaram formas de ocupação estigmatizada das quais predomina uma posição atrasada e corporativa.

Outro ponto refere-se aos modelos de planejamento e gestão governamental implementado na Amazônia. De acordo com Castro (2007), predominou na região amazônica o desenvolvimento de um planejamento regional superficial, no a qual a gestão governamental praticamente inexistiu. Como resultados, o processo de ocupação territorial ocorreu de forma caótica, contemplou modelos de ocupação mediante desmatamento e pecuária extensiva na região, bem como originou inúmeras críticas no âmbito nacional e internacional no que se refere aos vários problemas sociais e impactos ambientais, advindos das queimadas, extração descontrolada de madeira e extermínio de espécies nativas.

Tal situação deve-se ao fato que desenvolvimento amazônico, em sua fase inicial, caracterizou-se pela viabilização de estratégias de desenvolvimento que possibilitassem maximizar ganhos imediatos (IPEA, 2010). Nesta vertente, os Eixos de Integração e

Desenvolvimento da Amazônia foram apontados como importantes componentes da política territorial da região e estratégias decisivas para o desenvolvimento da região, pois tenderão a atrair investimentos, imigrantes, intensificar a pressão sobre a floresta, ao mesmo tempo em que abrirão novas oportunidades econômicas para a população amazônica (BECKER, 1999).

Conforme Castro (2007, p. 21), historicamente, o processo de ocupação da Amazônia seguiu o curso dos rios. A geopolítica portuguesa, as drogas do sertão, a escravização de índios e, mais tarde, a exploração da borracha impulsionaram essa piracema humana. A partir do século XX, a região viveu uma nova forma de ocupação. Estando, ao sul e ao leste, cercada de cerrados e caatingas, como áreas de expansão da fronteira agrícola, a floresta sofreu as primeiras significativas ondas de colonização a partir dessas vizinhanças, na sequência da construção de Brasília e de uma rede de rodovias.

No âmbito social, as discussões em torno da consolidação das políticas públicas sociais, têm suas raízes em movimentos populares do século XIX, voltados aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HOFLING, 2011). Todavia, tais discussões foram intensificadas a partir do fenômeno da globalização, na qual foi evidenciado o intercâmbio mundial mediante a interação entre os povos, e concomitante o surgimento de uma série de contradições, divergências e desigualdades sociais, como o aumento do desemprego estrutural, a exclusão social, o aumento da pobreza, guerras políticas e religiosas (PIANA, 2009).

Ademais, numa perspectiva histórica, as Políticas Sociais foram introduzidas no Brasil a partir da abolição da escravatura e da implantação do regime republicano em 1888 sob a ótica de proteção social. Posteriormente, com a depressão econômica de 1929, houve no Brasil uma nova fase de avanço nas atividades produtivas e no desenvolvimento do sistema de proteção social. Nos anos de 1930 a 1980, a proteção social ganhou importância através do crescimento nacional da estrutura produtiva de base industrial, contudo, tal situação mostrou-se insuficiente para que o país combinasse crescimento econômico com a melhoria dos níveis de pobreza, homogeneização do mercado de trabalho e desigualdade social de forma significativa (POCHMANN, 2004).

Assim, na tentativa de atenuar as contradições postas pela lógica do capitalismo, a consolidação do chamado Estado de Bem – Estar Social aparece como um mecanismo político e econômico que pode garantir a reprodução de um sistema a partir da formação de um aparato ideológico que neutraliza e perpetua o modelo de sociedade em três pilares: pleno emprego masculino; universalização dos direitos sociais e assistência social (PIANA, 2009).

Todavia, tomando por base as ideias de Pochmann (2004), os avanços na consolidação das políticas sociais enquanto um Estado de Bem – Estar Social, na prática reproduziu algumas lacunas que permearam a estagnação produtiva, o ciclo de financeirização da riqueza, acompanhados da desestruturação do mercado de trabalho e desenvolvimento das políticas de corte neoliberal.

Nesta perspectiva, Piana (2006) evidencia que a efetivação das políticas sociais é reflexo marcante de um país dependente e condicionado ao modelo neoliberal, sob o qual se prevê que cada indivíduo garanta seu bem-estar em vez da garantia do Estado de direito. Muito embora, o neoliberalismo enquanto arcabouço teórico e metodológico tenha surgido na década de 1940 a partir de combates entre as teses Keysianas e o ideário do Estado de Bem – Estar, no Brasil, a garantia do Bem – Estar da população foi conquistada por meio da universalização de direitos e serviços públicos especificados na Constituição Federal.

Sendo assim, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve no Brasil a conquista e constitucionalização dos direitos sociais, como condição para ofertar mais conteúdo ao desenvolvimento brasileiro (HOCHMAN, ARRETCHE & MARQUES, 2007; IPEA, 2009), bem como a ampliação dos direitos sociais no campo da Educação, Saúde, Assistência, Previdência Social, Trabalho, Lazer, Maternidade, Infância e Segurança, entre outros (PIANA, 2006).

No entanto, o ideal republicano que prevê a conquista de políticas sociais de forma igualitária e universal por parte dos cidadãos brasileiros através da Carta Constitucional de 1988, também conhecida como Constituinte Cidadã, nem se quer foi implementada. Tendo em vista que nos anos 1990, houve no Brasil um desmonte das políticas sociais e dos serviços a elas inerentes, e foi instituído o projeto neoliberal de governo, que enalteceu o mercado, propôs a mercantilização do atendimento as necessidades sociais, com destaque para o processo de financeirização de parte significativa dos recursos públicos destinados às políticas sociais (SILVA, 2012).

Ainda nos dias atuais, por causa do seu elevado grau de urbanização, a Amazônia sente os mesmos problemas que afetam três quartos da população brasileira que vivem em cidades. O ritmo de crescimento, a pobreza da população migrante, a falta de recursos dos governos municipais e estaduais, no contexto de crise econômica e fiscal, assim como as características ambientais tropicais e urbanas tem contribuído para tornar alguns problemas ambientais e sociais ainda mais graves do que nas regiões mais desenvolvidas (BRASIL, 2008, IPEA, 2010).

Com relação aos indicadores sociais do desenvolvimento na Amazônia, Brasil (2008) tomando por base o indicador de qualidade vida IDH, cabe ressaltar que quase sempre o desenvolvimento nesta região encontra-se abaixo da média nacional. Conforme dados estatísticos especificados no Plano Amazônia Sustentável - PAS, oito dos nove estados pertencentes a região amazônica apresentaram IDH inferior a média nacional (0,753), com exceção do Estado do Mato Grosso, cujo IDH é (0,773).

No caso do Estado de Rondônia, mais especificamente no município de Porto Velho, esta pesquisa chama a atenção que a cidade perpassa por um processo de estruturação urbana e desenvolvimento social que permeiam impactos diretos na economia, meio ambiente, saúde e qualidade de vida da população, e, portanto, sinalizam para o poder local a necessidade do estabelecimento de Políticas Públicas consolidadas, integradas e institucionalizadas de Estado, entre os diversos setores para atender as necessidades da população.

De acordo com Silva et al (2011), a construção do Porto Graneleiro na Capital de Porto Velho, em 1995 e abertura em 1997, da hidrovia do rio Madeira, mudaram o perfil econômico do Estado. E com destaque, atualmente, a sociedade enfrenta os impactos ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos advindos da construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

Por outro lado, é importante destacar que o desenvolvimento econômico no Brasil nas décadas de 50 a 80, adotou um estilo de desenvolvimento autárquico ou voltado "para dentro", apoiado na proteção generalizada ao mercado interno e nos controles cambiais. Além disso, os incentivos fiscais seriam concedidos pelo governo federal com o propósito de estimular as atividades voltadas para a exportação em benefício das empresas privadas. Este programa, na verdade, marcou uma importante mudança na política governamental brasileira, que passou a priorizar as grandes companhias agroindustriais, a produção agropecuária e os projetos de colonização privada, associados aos investimentos em infraestrutura e em extração e beneficiamento de minerais (BRASIL, 1974).

Nesta vertente, considerando a relação de tais impactos com a qualidade de vida e promoção da saúde, no meio acadêmico existe uma diversidade de estudos que fomentam a discussão e sinalizam para a necessidade da adoção de um estilo de vida saudável para manutenção de níveis satisfatórios de saúde e consequente prevenção das doenças, bem como destacam acerca da importância do desenvolvimento de Políticas Públicas que contemplem as medidas preventivas, educativas e ações de intervenção por parte dos governos e Poder Local (SCHIMIDT, 2006; MALTA et al, 2009; MORETTI et al, 2009; COSTA et al, 2012).

Sobre este assunto Andrello et al (2012), enfatiza que as mudanças demográficas e epidemiológicas acontecidas no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX, fizeram com que novas ações em saúde pública se fizessem necessárias, especialmente em função do aumento da participação relativa das DCNTs. Uma destas prioridades tem sido a incorporação da atividade física enquanto uma questão de saúde pública, uma vez que a prática regular de atividade física é indicada para promover a saúde individual e coletiva.



## **CAPITULO II - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PODER LOCAL: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E ATIVIDADE FÍSICA**

Na visão de Nahas (2010), as grandes concentrações urbanas, redução de espaços livres, maquinam que poupam esforços e a glorificação da vida sedentária como símbolos de status social acabam por contribuir para o cenário ideal para as chamadas doenças da civilização que estão associadas à inatividade.

Na mesma linha de pensamento, Farinatti & Ferreira (2006); Guarda, Mariz & Silva (2009) chamam a atenção que com o advento da revolução industrial, o interesse das classes dominantes pela saúde da população foi reforçado. Todavia, tal fato não ofereceu garantia de condições mínimas de saúde, e desse modo, bem – estar e saúde relacionavam-se diretamente com a certeza de aumento da produção, força de trabalho, consumo e mercado.

À medida que surgiram as novas tecnologias do mundo moderno, aumentaram os desafios e impasses na forma de viver em sociedade. Cresceram os indicativos de doenças associadas aos maus hábitos de vida (sedentarismo, alimentação inadequada, níveis elevado de estresse, fumo, entre outros), principalmente as doenças crônicas degenerativas (GUARDA, MARIZ & SILVA, 2009). Deste modo, cabe enfatizar que no Brasil, a maior parte dos casos de doença e morte prematura apresenta como causa direta, condições desfavoráveis de vida e estilo de vida negativo, tais como: sedentarismo, níveis elevados de estresse, maus hábitos alimentares e o fumo (NAHAS, 2001; FARIAS & SALVADOR, 2005; BRASIL, 2006).

De acordo com as informações do VIGITEL (2012), cabe enfatizar que (32,8%) da população geral e (29%) dos adultos brasileiros são sedentários. Sendo que cerca de (43,4%) da população adulta está com excesso de peso -  $IMC > 25$ . Para Agência Nacional de Saúde - ANS (2007), o estilo de vida negativo consiste no fator isolado mais importante na determinação da mortalidade por todas as causas. A inatividade física é responsável por quase dois milhões de mortes.

Em contrapartida, se os fatores de risco fossem eliminados através de mudanças no estilo de vida, pelo menos 80% das doenças do coração, derrames e diabetes tipo II, poderiam ser evitados, bem como haveria diminuição dos custos médicos hospitalares e melhoria da qualidade de vida das pessoas (FARIAS & SALVADOR, 2005; BRASIL, 2006).

## 2.1 ESPORTE E ATIVIDADE FÍSICA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA

Na atualidade, a prática de atividades esportivas e atividades físicas tem se constituído no meio acadêmico, contemplando diferentes aspectos, conceitos e formas. Sendo que com relação à atividade Física, é comum observar associações da atividade física com as práticas corporais (MORETTI et al, 2009; MALTA et al, 2009); como atividade de lazer e inclusão social (MARQUES, GUTIERRES & ALMEIDA, 2011); como qualidade de vida, prevenção, intervenção e tratamento de doenças (SOUZA, 2006; ZAMAI & et al, 2011; HALLAL et al, 2010); e como aspecto essencial para a manutenção da saúde e adoção de um estilo de vida saudável (MORETTI et al, 2009; MALTA et al, 2009; BARROS & CATUZZO, 2009; NAHAS, 2010; HALLAL et al, 2010; COSTA et al, 2012). E no caso específico do esporte, existem relações expressivas com as competições esportivas (rendimento e alto rendimento), com o aspecto educacional; na perspectiva de lazer (CASTELLANI FILHO, 1994; TUBINO, 1996, TUBINO 1997; BASTOS, 2008).

Segundo Caspersen, Powell & Christenson (1985), a atividade física é definida como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que resulta em gasto energético. Na vida diária, a Atividade Física pode ser categorizada em atividades ocupacionais, esportivas, de condicionamento, condicionado e lazer. O exercício é um subconjunto da atividade física que é planejado, estruturado e repetitivo como objetivo final a melhoria ou manutenção da aptidão física.

Nesse sentido, este estudo chama a atenção que mesmo diante da diversidade de conceitos e importância atribuída para o Esporte e Atividade Física, na sociedade, vislumbra-se a presença de certo desconhecimento e/ou confusão conceitual do que vem a ser Esporte e Atividade Física, e suas relações e inter-relações. Partindo desse pressuposto, pretendeu-se aqui especificar as diferentes nomenclaturas e particularidades atribuídas ao Esporte e Atividade Física, bem como caracterizar de forma conceitual o que é Esporte; O que é Atividade Física; suas relações e inter-relações com a saúde, lazer e qualidade de vida.

Partindo da caracterização “*gasto energético acima dos níveis de repouso*” e “*movimento corporal*” (NAHAS, 2010), considera como relacionadas diretamente a Atividade Física, Exercício Físico e Esporte. Há de se considerar também que no meio acadêmico, existem nomenclaturas e conceitos para ambos nos quais estão explícitas diferenças e/ou particularidades que devem ser consideradas, no que se refere ao tipo, frequência, volume e

intensidade da atividade, bem como no que se refere aos objetivos, acompanhamento e orientação profissional (ACSM, 2000; ROBERGS & ROBERTS, 2002).

No que se refere à Atividade Física, a mesma tem sido disseminada de forma acentuada na sociedade nos mais variados locais, como praças, clubes, ruas, escolas, entre outros. Sua prática geralmente está associada a atividades do cotidiano, lazer e trabalho. Todavia, na literatura, o conceito e características da Atividade Física sofrem variações significativas e importantes de serem consideradas. Com relação ao conceito, há um consenso que a Atividade Física é caracterizada como sendo qualquer movimento corporal produzido pela musculatura esquelética, resultantes de gasto energético acima dos níveis de repouso (PITANGA, 2010; NAHAS, 2010).

Entretanto, é comum as pessoas confundirem Exercício Físico e Atividade Física (ROBERGS & ROBERTS, 2002; NAHAS, 2010). Segundo Nahas (2010), a Atividade Física e o exercício físico, não devem ser entendidos como sinônimos, tendo em vista que o exercício físico requer que a atividade física seja, repetitiva, planejada, estruturada, e, portanto, requer um acompanhamento por um profissional de Educação Física.

De acordo com Robergs & Roberts (2002), a separação entre exercício físico intencional e organizado e Atividade Física é complicado. Entretanto, o exercício físico consiste em uma “*atividade realizada com objetivo de melhorar, manter ou expressar um tipo específico de aptidão física*”. Já a Atividade Física consiste na “*Atividade realizada pelo corpo com objetivos diferentes do desenvolvimento específico da aptidão física*”.

Pitanga (2010) complementa e enfatiza que o Exercício Físico além de ser uma atividade repetitiva, planejada e estruturada, tem por objetivo a manutenção e a melhoria de um ou mais componentes da aptidão física. E muito embora seja comum observar as pessoas com práticas de Atividades Físicas em academias e clubes, tal prática só pode ser considerada exercício físico, desde que respeitado os princípios de treinamento (frequência, duração e intensidade) e o planejamento e acompanhamento do por um profissional habilitado.

Sob outra vertente, observa-se que há um grupo de autores que relacionam a atividade Física em conformidade com a inserção do indivíduo no meio social (trabalho, cotidiano, transporte, e lazer), e desse modo, caracteriza a Atividade Física em quatro grupos: atividades ocupacionais (trabalho); atividades de vida diária (cotidiano); atividades de deslocamento (transporte); e atividades de lazer (PITANGA, 2010; NAHAS, 2010).

No âmbito da saúde pública, a Atividade Física, enquanto característica inerente ao ser humano com dimensões biológica e cultural representa um tema interdisciplinar e complexo que tem atraído à atenção de pesquisadores da mídia e da saúde pública em todo o mundo nas

últimas décadas (NAHAS, 2010), principalmente devido à presença marcante do sedentarismo como fator de risco do estilo negativo.

Considera-se sedentário um indivíduo que tenha um estilo de vida com um mínimo de Atividade Física, equivalente a um gasto energético (trabalho, lazer, atividades domésticas e locomoção) inferior a 500 kcal por semana. Para uma pessoa ser considerada moderadamente ativa, ela deve realizar atividades físicas que acumulem gasto energético semanal, de pelo menos 1000 kcal (NAHAS, 2010).

Em se tratando de Esporte, Marques, Gutierrez & Almeida (2010) salientam que a noção e as formas de percepção de qualidade de vida em muito se relacionam e até em certos casos se confundem com a prática de Atividade Física e, mais especificamente, do esporte. Desse modo, é comum as pessoas confundirem Atividade Física e Esporte como sendo atividades inerentes exclusivamente ao lazer, tendo em vista sua importância como forma de transmissão e transformação sociocultural, somado ao destaque da atividade física como um meio um indicador de saúde que contribui para manutenção e promoção da saúde, capaz de ampliar expectativa de vida e diminuir os custos e despesas médicas hospitalares com doenças associadas ao estilo de vida negativo.

## **2.2 O ESPORTE E ATIVIDADE FÍSICA COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A PERSPECTIVA DO LAZER E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE**

O lazer como indicador e fator de desenvolvimento é reconhecido em praticamente todas as declarações e tratado internacionais, e consagrado na Constituição brasileira, como um dos direitos sociais (MARCELINO, 2002; ETGES, 2002).

Deste modo, Marcelino (2002), tomando por base as ideias de Dumazedier, defende que o desenvolvimento do lazer seja considerado numa perspectiva individual e social, tendo em vista que o lazer abre múltiplas possibilidades em termos de políticas setoriais, considerando-se uma especificidade, enquanto manifestação humana, em relação às demais esferas socioculturais e, portanto, dentro de políticas de intervenção mais abrangentes.

Segundo Marcelino (2001, p. 46), *“o lazer como manifestação do ócio, é um espaço privilegiado à efervescência do prazer, que atua no campo da subjetividade e favorece modificações importantes de valores, conceitos, significados e representações da realidade”*.

Atualmente, sob uma perspectiva cultural, o lazer é indicado como uma possibilidade e/ou forma de antídoto para as consequências da internacionalização dos conteúdos da indústria cultural no mercado globalizado, tendo em vista que o lazer não significa apenas uma possibilidade de descanso, mas também de desenvolvimento pessoal e social (MARCELINO, 2002; ETGES, 2002).

Neste contexto, Dias & Fonseca (2011), chamam a atenção que o lazer tem sido visto sob três perspectivas: o lazer como atividade de consumo que tem como foco principal o divertimento, a distração e descanso; o lazer como atividades de compensação às horas trabalhadas; e o lazer como possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Isso porque na medida em que a qualidade de vida da população melhora, aumenta a busca por opções de lazer, fenômeno hoje observado em várias regiões do mundo. Além disso, tem-se observado na sociedade, diferentes formas de usufruir do lazer: a recreação e o esporte ocupam lugar de destaque, uma vez que nesse campo, o lúdico está associado à busca de sensação de bem-estar (ETGES, 2002). De acordo com Zingoni (2002), a realidade das grandes cidades e o estresse da vida moderna tem gerado uma demanda cada vez maior por atividades de lazer, tendo em vista os crescentes problemas de saúde pública advindos do estilo de vida negativo.

Para Marcelino (2002), o lazer numa perspectiva de desenvolvimento regional, relaciona-se diretamente a questões de trabalho, educação e estilo de vida das pessoas, e, portanto, enquanto política pública não pode ser tratada de forma isolada de outras questões sociais. Há necessidade de um trabalho integrado entre políticas setoriais que contemplem: os órgãos da chamada área cultural (artes, cultura, esporte, meio ambiente, turismo, entre outros) e órgãos que extrapolem a questão cultural, como por exemplo, a Educação e Saúde.

Tomando por base a referência de classificação de desenvolvimento proposta pelo Banco Mundial, no ano de 2002, Zingoni (2002) considera quatro formas de capital, para fazer associações do lazer como fator de desenvolvimento e evidenciar a importância, a realidade e a necessidade das atividades de lazer para a promoção do estilo de vida saudável na sociedade. Sendo eles:

1. *Capital natural* – constituído a partir da dotação de recursos naturais existentes na região. No âmbito do lazer, a autora associa as relações do lazer com o crescimento das atividades relacionadas ao ecoturismo (caminhadas, escaladas, acampamentos e outras) como valores cultivados no contexto do desenvolvimento sustentável;
2. *Capital físico* – caracterizados como sendo provenientes da infraestrutura, bens de capital financeiro, comercial, entre outros. Nesta forma de capital, partindo do princípio de mudança

de estilo de vida, a autora associa o lazer como um produto e/ou mercadoria lúdico cultural da indústria do entretenimento (cinemas, teatros, shows e exposições, shopping, livrarias, aulas de ginástica, entre outras) que estão presente no mundo globalizado.

3. *Capital Humano* – determinado pelo grau de nutrição, saúde, educação, moradia, emprego e trabalho da população. Para este tipo de capital, a autora considerando as carências sociais de atividades de lazer nos centros urbanos (marginalização e desigualdades sociais), chama atenção para o lazer como sendo um privilégio da minoria na sociedade, pois as classes sociais distintas têm oportunidades diferenciadas de apropriar-se do lazer.

4. *Capital Social* – representado pelo grau de confiança entre os atores sociais de uma sociedade e as atitudes positivas que contribuem para o bem-estar geral. Como associações estabelecidas com o lazer, utilizando-se da vivência cultural do lazer como um direito social, a autora estabelece relações acerca da importância da atuação do poder público em definir e construir “portas de entrada” para as políticas de lazer para o público historicamente excluído do acesso aos bens culturais.

Neste âmbito, é pertinente destacar que a perspectiva do Lazer na sociedade, enquanto direito social garantido na Constituição Federal, apresenta-se inserido na sociedade de forma ampla, e deste modo pode permear e/ou contemplar diferentes formas e áreas distintas. No que se refere à relação com o Esporte e Atividade Física, entende-se a partir do pensamento de Zingoni (2002), que o lazer pode vir a ser motivo para iniciar, permanecer e/ou finalizar as práticas corporais no cotidiano das pessoas.

Segundo Dias & Fonseca (2011), pelo menos duas perspectivas podem ser identificadas na forma como o lazer pode vir a ser tratado pelo Estado. A primeira coloca o lazer no campo de atividades de consumo, isto é, como mercadoria; a segunda aponta para o entendimento do lazer como direito social público.

Em se tratando da promoção da saúde e sua relação com o desenvolvimento regional, conforme Buss (2000), nos últimos 20-25 anos a promoção da saúde tem sido entendida como uma estratégia promissora para enfrentar os múltiplos problemas de saúde que afetam a população humana. Para tanto, a atenção à saúde no Brasil tem investido na formulação, implementação e concretização de políticas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Neste âmbito, ao longo dos anos a importância da inserção da Atividade Física no âmbito das políticas públicas, tem sido fomentada e divulgada em documentos oriundos das conferências internacionais e nacionais que versam sobre a perspectiva de desenvolvimento e necessidade de tais políticas para diminuição dos problemas de saúde pública ocasionados pelo estilo de vida negativo, com destaque para o sedentarismo.

Há, pois um grande esforço na construção de um modelo de atenção à saúde que priorize ações de melhoria na qualidade de vida e promoção da saúde nos sujeitos e coletivos. Como ações e estratégias desenvolvidas no âmbito da promoção da saúde, Guarda, Mariz & Silva (2009) destacam que a discussão e utilização da Atividade Física como estratégia de saúde pública, fundamentam uma rica gama de evidências que contribuíram tanto para efetivar a estratégia global de promoção da Saúde, proposta pela Organização Mundial de Saúde - OMS, bem como fornecem subsídios importantes para consolidar a Política Nacional de Saúde (PNS) no Brasil.

De forma mais específica, sob o caráter de intervenção, o Ministério da Saúde, através dos NASFs - Núcleo de Atenção a Saúde da Família, mobiliza e disponibiliza profissionais da área para atuar nos postos de saúde, promovendo ações educativas e preventivas no que se refere à prevenção de agravos à saúde, e a promoção do estilo de vida saudável na população adulta. Em relação às diretrizes e bases conceituais para efetivação das políticas voltadas para promoção da saúde no Brasil, pode-se destacar que estas sofreram influencia direta das seguintes conferências internacionais: Alma-ata, 1978; Ottawa, 1986; Adelaide, 1988; Sundvall, 1991; Jacarta, 1997.

Historicamente, no Brasil as ações de promoção da saúde tiveram início na década de 70 a partir dos movimentos sanitários instalado no país. Neste período, a Declaração de Alma-Ata desempenhou um papel fundamental na definição dos novos rumos das ações em saúde do país, bem como o processo de redemocratização acabou por contribuir na construção dos princípios constitucionais norteadores da promoção da saúde. Posteriormente, a Carta Magna Brasileira, delineou as bases para a PNS, que foi regulamentada pelas Leis 8080/90 e 8142/90 e aprovada em 2006 como um mecanismo de fortalecimento e implantação de uma política transversal, integrada e intersetorial (BRASIL, 2006; GUARDA, MARIZ & SILVA, 2009).

Atualmente, algumas ações e medidas têm sido efetivadas em nível de ministério (Saúde, Esporte e Educação) sob a forma de Políticas Públicas. Dentre as ações cabe destacar as iniciativas do Ministério do Esporte com a Criação do Programa de Esporte e Lazer da Cidade – PELC (PINTO et al, 2011), as ações do Programa Segundo Tempo, associadas às ações do Ministério da Saúde e Educação que a partir da PNS, incentivaram através da intersetorialidade a promoção da saúde na escola, através de Programas: Escolas Promotoras de Saúde, e de forma mais abrangente propõe o desenvolvimento integral do aluno, a partir do Programa Mais Educação. Ademais, mais recentemente, a Agência Nacional de Vigilância em Saúde – ANVISA está propondo ações e estratégias para associação dos NASFs com as academias de saúde ao ar livre (BRASIL, 2006; GUARDA, MARIZ & SILVA, 2009).

Partindo dessa visão, há um consenso na literatura acerca de que as ações de promoção da saúde contemplam diversos espaços, nos quais estão incluídos: os órgãos definidores de políticas, as universidades e, sobretudo, os espaços sociais onde vivem as pessoas. Nesta vertente, as cidades, os ambientes de trabalho e as escolas tem se mostrado como sendo os locais mais propícios para o desenvolvimento de tais ações que possibilite a melhoria da qualidade de vida da população (BUSS, 2000; SICOLI & NASCIMENTO, 2003; VILARTA, 2004).

Dentre esses aspectos, o oferecimento e disponibilidade da Atividade Física, Esporte e Lazer numa perspectiva integrada, tem sido defendida e evidenciada na literatura como sendo fundamental tanto para promoção da saúde como para o adequado desenvolvimento de crianças, jovens, adultos e idosos (VILARTA, 2004). Por outro lado, a criação de condições favoráveis à prática de Atividade Física é um desafio para gestores em saúde, tendo em vista que as políticas públicas com esta finalidade têm sido lançadas por diferentes esferas de governo (ANDRELLO et al, 2012), de forma aleatória, sem a continuidade e intervenção necessária.

Outro ponto importante refere-se que na sociedade moderna, as cidades passaram a ter espaços reduzidos para potencializar experiências lúdicas no âmbito do tempo-espaço do lazer. Tal fato se dá em função das várias transformações sociais percebidas nas cidades, que permeiam: a sensível limitação dos espaços destinados a essas experiências, a fragmentação no tecido urbano; a rígida separação de funções sociais institucionalizadas; o aumento do tráfego e do nível de poluição ambiental; e contemplam os problemas relacionados à saúde dos sujeitos que vivem nos grandes centros urbanos (RECHIA, 2009).

### **2.3 PODER LOCAL E A GESTÃO PARTICIPATIVA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E ATIVIDADE FÍSICA**

A discussão do tema políticas públicas tem recebido contínuas contribuições de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais, Ciência Política, Serviço Social, dentre outras. Entretanto, muito embora se admita a existência de atenção ao estudo do tema, é importante ressaltar que diferentes áreas dedicam-se e/ou concentram-se em promover debates relacionados ao trabalho e economia, que podem desembocar, inclusive, para setores como saúde e educação, mas que acabam por esquecer e/ou não se projetam para o esporte e lazer



(BANKOFF & SAMAI, 2011), bem como apresentam lacunas no oferecimento da atividade física sistematizada.

A presença do esporte e do lazer como direitos sociais trouxe como uma de suas consequências à aprovação do Regulamento Geral da Conferência Nacional do Esporte, e posteriormente essa Conferência institui em sua essência os princípios da democratização do acesso ao esporte e ao lazer, e para tal, propõe os princípios e diretrizes voltados para a elaboração da Política Nacional do Esporte e do Lazer (DIAS & FONSECA, 2011).

As políticas públicas para o setor de esporte e lazer no Brasil são exemplos reais de como essa perspectiva vem sendo materializada pelo Estado conservador, burguês e elitista. Dentre as legislações que tratam do setor esportivo e de lazer no Brasil, com destaque para a Lei nº 3.199/41, a Lei nº 8672/93 (Lei Zico) e a Lei nº 9615/98 (Lei Pelé), em seu conteúdo predominam a supervalorização do esporte de alto rendimento, pelo favorecimento de grupos particulares ligados ao setor e mediante o empresariamento do esporte e do lazer, e não há garantia de financiamento no âmbito do esporte educacional e de lazer (DIAS & FONSECA, 2011).

Entretanto, o processo de organização institucional do Esporte do Brasil teve início em 1937, na fase de consolidação do Estado Novo. Nesse período, na ordem esportiva brasileira, predominava a ordem liberal sob a qual atuavam as entidades de direito privado, clubes, ligas, federações e confederações sem interferência do Estado. Posteriormente, 1941, no Governo de Vargas, em razão do decreto Lei nº 3.199, foram estabelecidas as bases organizacionais do Desporto no Brasil com a Criação do Conselho Nacional e os Conselhos Regionais de Desporto, para fins de orientar, fiscalizar e incentivar a prática do desporto em todo o país.

Todavia, considerando que o Decreto Lei para organização das bases do Desporto no Brasil foi elaborada nos moldes de um governo ditatorial, sua representatividade, conseqüentemente ocorreu como instrumento de soberania nacional e de caráter exclusivamente disciplinador, e moralista e nacionalista. De modo que, o esporte dessa época, além de fortemente institucionalizado, era também reprodutor de uma ideologia elitista e centralizadora do Estado, e sob a qual não se tinha referência da prática esportiva pelo povo (CASTELLANI FILHO, 1994; TUBNO, 2004).

Neste contexto, o Esporte foi regulamentado no Brasil de forma intervencionista, controladora e para fins de atingir objetivos políticos de controle da ordem, como meio de afirmação nacional no contexto internacional, como política de saúde/lazer e de interesses econômicos conscientes com os de outras nações (BRACHT, 1997). Sendo que no que se refere aos recursos para área, em 1971, foi criada a Loteria Esportiva no País com a finalidade

de destinar parte do prêmio líquido a ações de desenvolvimento do Esporte, uma vez que era marcante a falta de investimento no setor. Entretanto, os recursos obtidos acabavam sendo direcionadas ao Esporte de Alto Rendimento (MELO, 2005; TUBINO, 1996).

Em termos legais, a relação de controle do Estado sobre o Esporte implantada no Estado Novo permaneceu até o período da Nova República, sendo reforçada pela reforma legal de 1975, através da Lei nº 6.251. Nesta lei foi delegada ao então Ministério da Educação e Cultura, a função de elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos, bem como definiu-se a composição do Sistema Desportivo Nacional em: Desporto Comunitário, Desporto Educacional, Desporto Classistas e Desporto Militar.

Até a década de 80, predominou a visão funcionalista, política, tecnicista e restrita ao Esporte para fins competitivos, e portanto, não se demonstrava um enfoque no sentido da democratização do acesso ao esporte. Entretanto, a partir do movimento Esporte para Todos, realizado na Noruega, em 1967, legalmente a democratização do acesso ao esporte no Brasil foi institucionalizado na forma de Política Pública em 1977 pela Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, no entanto, o Conselho Nacional do Desporto continuou a privilegiar o esporte de Alto Rendimento ou de Elite.

Com democratização do acesso ao esporte, foi institucionalizado com um direito social em consonância com a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO (1978), e introduzido na Constituição Federal em 1988, como sendo dever do estado fomentar as práticas formais e não formais do esporte, especificamente no que se refere à implementação de políticas públicas sociais para atendimento das necessidades da sociedade.

Posteriormente, mediante a participação social em políticas públicas de esporte e lazer e sua aplicação em nível nacional através do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e das Conferências Nacionais do Esporte, foi possível observar avanços importantes em termos políticos no país, tendo em vista que houve fortalecimento da democracia, facilitação do acesso da população, e direcionamento das atividades de acordo com as reais necessidades e demandas das pessoas, com significativo impacto na percepção da qualidade de vida pelos sujeitos sociais (MARQUES, GUTIERREZ & ALMEIDA, 2010).

Os espaços de participação da população nas políticas públicas de esporte e lazer na região ainda não expressa o todo da realidade, em algumas etapas dos programas ou projetos de esporte e lazer, seja na elaboração, na execução ou na avaliação. Anuncia pequenos avanços nestas áreas, porém não aglutina elementos suficientes para uma mudança significativa no funcionamento da máquina estatal (MOREIRA, 2011).

Moreira (2011) defende que a participação social consiste em um desafio para as equipes gestoras das políticas públicas de esporte e lazer, bem como precisa efetivamente substanciar o processo democrático a partir de uma combinação dialética de aspectos tidos como fundamentais: a soberania popular, a autonomia, a cidadania e o controle popular.

Nos últimos anos no Brasil, entre as décadas de 80, 90 e 2000, no âmbito das políticas de esporte e lazer, foram registradas várias experiências participativas, principalmente na esfera municipal, como foi o caso de Porto Alegre, Caxias do Sul, Distrito Federal, Recife, Campinas, entre outros. Na região norte, destacaram-se as experiências nos municípios de Santarém - PA, Belém - PA, Ji-Paraná – RO.

Conforme Marques, Gutierrez & Almeida (2010), pode-se apontar processos diferenciados de trabalho de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Tais variações devem-se aos diferentes panoramas políticos que passou o país em sua história, e a mudança de perspectiva e de importância dada ao lazer e a atividade física.

Neste contexto, Moreira (2010) acrescenta que os princípios e valores de um governo democrático constituem formas ou estratégias para o governo materializar e implementar as políticas públicas. Assim, as experiências de políticas públicas participativas, como a Conferência de Esporte e Lazer, são fundamentais para oportunizar o amadurecimento e fortalecimento de uma nova cultura de participação política, gerando novos desenhos institucionais no aparelho estatal.

A Conferência Nacional do Esporte tem como finalidade democratizar e propor princípios e diretrizes para a elaboração da Política Nacional do Esporte e do Lazer, criando assim o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo por base o regime de colaboração entre União, Estados e município, com ênfase na municipalização (BRASIL, 2009). Porém sua implementação, não se efetiva por consequência da falta de políticas institucionais locais.

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer surge com o objetivo de consolidar a Política Nacional do Esporte, bem como criar mecanismos que garantam sua execução e acessibilidade em todas as esferas da federação, além de definir os papéis das entidades dirigentes do esporte e lazer (BRASIL, 2009; BAHIA & LIMA, 2010).

Para uma política pública efetivamente democrática, a participação da população no planejamento, execução e avaliação das políticas constituem ações centrais para o exercício da autonomia e gestão participativa no Estado. Entretanto, no caso específico da região norte, o estado opera e executa as políticas com “competência técnica” sem precisar efetivar consultas entre a população (MOREIRA, 2010).

De acordo com Peres & Melo (2009), somente a partir da década de 90, a relação entre atividade física e saúde conquistou espaço no cenário, no mundo acadêmico e na prática da prescrição do exercício físico, até então dominado pela relação direta entre a busca do aumento da aptidão física para se alcançar os benefícios para a saúde.

Conforme Sicoli & Nascimento (2003) ao falar de políticas públicas de promoção da saúde, torna-se fundamental o entendimento da mesma enquanto uma prática intersetorial que envolve duas dimensões: a conceitual – princípios, premissas e conceitos que sustentam o discurso da promoção de saúde - e a metodológica – que se referem às práticas, planos de ação, estratégias, formas de intervenção e instrumental metodológico.

Tais aspectos indicam a necessidade de uma combinação de estratégias/ações no estado, comunidade, indivíduos, sistema de saúde e parceiros intersetoriais, que possibilite o entendimento e aplicabilidade da concepção de promoção da saúde como sendo capaz de atuar sobre seus determinantes, as condições de vida e melhoria da qualidade de vida da população, que possibilite extrapolar a prestação de serviços clínicos hospitalares, e não se restrinja apenas ausência de doença, (NAHAS, 2001; SICOLI & NASCIMENTO, 2003).

Por outro lado, muito embora a construção de políticas públicas e intervenções de Atividade Física tenham passado a ser prioridade nas políticas de promoção da saúde, devido principalmente ao crescente comportamento de inatividade física da população e a associação desta com inúmeras doenças e com fatores de risco às doenças cardiovasculares (PERES & MELO, 2009).

Tomando por base as ideias de Marques, Gutierrez & Almeida (2010), é pertinente destacar que no âmbito das políticas governamentais, a oferta da prática esportiva e de Atividades Física apresenta-se vinculadas predominantemente ao lazer e alto rendimento, do que propriamente a promoção da saúde.

## **2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA: UMA INTEGRAÇÃO NECESSÁRIA**

A administração pública do Esporte, Lazer e Atividade Física nas diferentes cidades do Brasil perpassa por desafios que compreendem a necessidade de uma gestão que contemple as necessidades básicas da sociedade. Conforme Heidemann & Salm (2010), “*o novo design da administração pública necessita ensinar que os serviços requeridos pelos*

*cidadãos lhes sejam prestados por sensibilidade e por correspondência aos seus legítimos anseios”.*

Deste modo, muito embora existam estudos que enfatizam o Esporte e Lazer como um direito garantido na Constituição Federal e outros que defendam os benefícios e importância da prática da Atividade Física como uma ferramenta fundamental para a promoção da saúde, estilo de vida saudável e diminuição das doenças crônicas degenerativas. No cenário brasileiro, observam-se lacunas por parte dos governos no que se refere à disponibilidade e oferecimento de profissionais habilitados e capacitados para orientar, instruir e acompanhar a população em suas práticas corporais, em especial no caso da Atividade Física e Esporte.

Segundo Bankoff & Samai (2011), nos grandes centros urbanos, a possibilidade da prática de atividade física, lazer e esportes se vinculam a existência de academias e clubes que oferecem esses serviços, porém observa-se um acesso limitado por parte de toda a população, decorrentes da dimensão do espaço físico ou pelos custos financeiros que representam. Em contrapartida, o acesso limitado, é consequência direta da insuficiência de locais e de apoio por parte das prefeituras na implementação de políticas e programas de atividades físicas, lazer e esportes junto da população.

De acordo com Costa et al (2012) , O Programa Academia da Cidade – PAC, implementado em algumas cidades do Brasil (Aracaju – SE; Recife - PE e em Belo Horizonte – MG) como programas de Atividade Física regular, tem alcançado níveis satisfatórios e/ou aproximados das recomendações mínimas para a prática regular de Atividade Física no que se refere a manutenção de bons níveis de saúde.

Neste sentido Moreira (2010), faz uma reflexão na qual diz que *“pensar em Políticas Públicas de Esporte e Lazer como Políticas de Estado, é entender que tais políticas setoriais passam a refletir programas do governo, sua política econômica, social, cultural, bem como suas formas de gestão”*. Isso porque, segundo o autor a gestão das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, hoje, no Brasil com algumas exceções e experiências vividas em diferentes cidades, perpassa pela necessidade de consolidação de uma nova cultura de participação que integre efetivamente a comunidade nas ações e decisões governamentais do setor.

Desse modo, ainda que haja uma diversidade de literaturas que evidenciam a necessidade do estabelecimento de políticas públicas que integrem Esporte, Lazer e Atividade Física de forma intersetorial. O planejamento, implementação e gestão de políticas que envolvam o Esporte, Lazer e Atividade Física em cidades brasileiras, não ocorre de forma integrada e consolidada, e o que se observa em grande parte das cidades são ações isoladas e

dissociadas, que contemplam parcialmente, e/ou não tem contemplado a necessidades da população brasileira.

Outro ponto importante refere-se às vertentes de difusão e/ou disseminação do Esporte e Atividade Física. Em se tratando do Esporte, há estudos que disseminam apenas seu caráter competitivo e alto rendimento; outros que evidenciam os aspectos do esporte educacional e inclusão social; o esporte como lazer, e mais recente o esporte numa perspectiva ambiental, natural e sustentável.

Constata-se que no âmbito legal, já existem diretrizes e leis que incentivam a prática do esporte competitivo e educacional, como por exemplo, a Lei de incentivo ao esporte de 2006, a existência da rede nacional de treinamento, que seria um legado olímpico, e ainda, existem os centros de iniciação ao esporte, que através do PAC2 estimulam a construção de quadras. Entretanto, tomando por base as ideias de Bankoff & Zama (2011), no âmbito do Ministério do Esporte, ainda há lacunas no que se refere às dimensões de oferecimentos, desenvolvimento de bons projetos e programas que atendam a população de forma eficiente, tendo em vista a carência de dialogo entre estado e município, bem como a inexistência de um sistema articulado.

Com relação à Atividade Física, esta pesquisa destaca a corrente de autores que disseminam o entendimento da Atividade Física numa perspectiva global, e, portanto consideram de forma genérica e primária o gasto energético e o movimento corporal, como pressuposto para tal prática. Em contrapartida, outros estudos evidenciam que o caráter específico do oferecimento da Atividade Física, enquanto uma prática sistematizada (exercício físico), que obedece aos princípios de treino (frequência, duração, intensidade) e que requer orientação por um Profissional de Educação Física, mas que por vezes, acaba sendo esquecida e/ou negligenciada pelos poderes públicos, e passam a ocupar lugar de destaque em locais privados, como academias.

Por outro lado, a partir da análise de alguns estudos realizados no Brasil, podem-se vislumbrar avanços importantes em algumas cidades brasileiras no que se refere à promoção da Atividade Física e Esporte como forma de lazer e saúde, por meio de intervenções propostas a partir de políticas públicas locais. Entretanto, este estudo, chama a atenção para o destaque dado a Prática da Atividade Física e Esporte no âmbito do Plano Nacional de Práticas Corporais e Atividades Física, do Ministério da Saúde. No referido plano, a atividade Física caracterizada como sendo nomenclatura única (Atividade Física) e o Esporte apresenta-se inserido como proveniente de Práticas Corporais.

De acordo com Malta et al (2000), o Plano Nacional de Práticas Corporais e Atividade Física, foi elaborado no ano de 2007, com o objetivo de indução de políticas públicas na esfera municipal (escola, trabalho e unidades de saúde), estando articuladas ações para o plano diretor das cidades, o planejamento urbano, mobilidade urbana e acessibilidade, além de propor a criação de um Comitê Intersetorial da Estratégia Global, com participação da sociedade.

No campo da política pública propriamente dita, o Programa Agita São Paulo, antecipando-se a uma tendência mundial, iniciou as suas atividades em 1996, seis anos antes da publicação da Estratégia Global de Alimentação Saudável e Atividade Física, tornando-se reconhecido no cenário internacional como um modelo de intervenção comunitária, tanto pela sua forma de atuação quanto pelos resultados. Posteriormente, em 2002, foi lançado pelo Ministério da Saúde, o Programa Agita Brasil que durou apenas dois anos, em função das novas diretrizes dadas pelo novo governo que assumiu o Planalto Central em 2004. Nesse período (2002-2004), esse programa conseguiu capacitar um número expressivo de profissionais de saúde em quase todo o território brasileiro (PERES & MELO, 2009).

Na cidade de Curitiba, houve articulação para criação do projeto Vida Saudável e do programa Ambiente Saudável através da Secretaria Municipal da Saúde em parceria com demais secretarias municipais e a universidade, sendo explorados espaços públicos como parques, escolas, praças e espaços comunitários transformando-os em áreas de democratização da educação em saúde, bem como áreas de estímulo à atividade física, adoção de hábitos alimentares saudáveis, atividades culturais e de lazer, educação ambiental, entre outros (MOYSÉS, MOYSÉS & KREMPEL, 2004).

Ademais, outras ações foram desenvolvidas como formas de estímulo para prática da Atividade Física, tais como o Dia do Desafio, atrelados às estratégias de fomento e mobilização por parte do governo federal para que as cidades façam adesão aos equipamentos da academia ao ar livre através do Programa Academia da Cidade. No que se refere ao programa Academia da Cidade a adesão consiste em um mecanismo de ampliar a oferta da atividade física nas cidades do país, mas não prevê recursos humanos para orientar e acompanhar a prática da Atividade Física de forma sistematizada. E desse, modo enfatiza-se o caráter de oferecimento da Atividade Física apenas sob uma perspectiva de lazer.

## **CAPITULO III - A METODOLOGIA E SEUS PROCEDIMENTOS**

### **3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA**

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, do tipo descritiva-exploratória transversal, de natureza quali-quantitativo. A opção pela caracterização da pesquisa como estudo de caso ocorreu em virtude da pretensão deste estudo em investigar com maior profundidade: um local, uma realidade e um grupo específico.

Desse modo, a presente pesquisa teve como objeto de estudo, uma realidade e local específico: “as Políticas Públicas de Atividade Física e Esporte em Porto Velho”. Para tanto foram investigados grupos específicos, “o grupo dos Profissionais da Secretaria municipal e estadual de Esporte e Lazer” (grupo 1) e “o grupo dos frequentadores dos espaços de Atividade Física e Esporte” (grupo 2).

De acordo com Thomas, Nelson & Silverman (2007) no estudo de caso, o pesquisador esforça-se por uma compreensão profunda de uma única situação ou fenômeno. Sendo que uma das principais vantagens do estudo de caso, é que ele pode ser proveitoso na formulação de novas ideias e hipóteses sobre áreas problemáticas, especialmente áreas para as quais não existem uma estrutura ou um modelo bem definido.

Matos (2004) complementa, e evidencia que no estudo de caso, o pesquisador tem a preocupação de estudar determinado indivíduo família ou grupo para investigar aspectos variados ou um evento específico, que possibilitem uma maior compreensão sobre outros casos similares.

Segundo Gil (2010), utiliza-se o estudo de caso quando se pretende o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado de um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade.

Ademais, cabe destacar, que a identificação da pesquisa como estudo de caso, também foi motivada pelo fato que na presente pesquisa, não foi utilizada uma técnica de cálculo amostral, para fins de definir um quantitativo preciso de ser investigado em cada espaço de Atividade Física e Esporte. Tendo em vista que conforme os objetivos da pesquisa foram pretendidos apenas o estudo profundo e maior compreensão do objeto de Estudo “Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte em Porto Velho” a partir do olhar dos profissionais das secretarias e usuários dos espaços de Atividade Física e Esporte. Sendo assim, optou-se pela utilização da estatística não probabilística, e foi considerando que estatisticamente os sujeitos participantes do grupo 2, não é representativo da população dos locais estudados.



Quanto à natureza da pesquisa, para fins de análise aprofundada dos objetivos, recorreu-se aos recursos da análise de conteúdo para explicar a relevância da abordagem quali-quantitativa nesta pesquisa. Conforme Bardin (2011, p. 144 e 145), *“a análise de conteúdo é utilizada como um instrumento de diagnóstico, em que podem ser considerados: inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado”*.

Neste sentido, para a análise qualitativa e quantitativa, Bardin (2011), ressalta que na abordagem qualitativa, *“a análise apresenta certas particularidades, sobretudo na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou variável de inferência precisa. Como exemplo, a presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição”*. Já, na segunda, a análise quantitativa, *“funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem, requerendo, portanto inferências gerais”*.

Assim tomando por base os pensamentos de Bardin (2011), cabe salientar que a escolha pela abordagem quali-quantitativa pode ser justificada nesta pesquisa pelo interesse em analisar inferências específicas ou interpretações causais dos dados, como por exemplo, a presença (ou ausência) de Políticas Públicas para a Atividade Física e Esporte em Porto Velho.

Arelados a necessidade de inferências gerais sobre a frequência de aparição de determinados elementos na mensagem. E por último por entender que ambos se interligam e contribuem sobremaneira para melhor compreensão do objeto de estudo desta pesquisa *“As Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte em Porto Velho”*.

De acordo com Ferreira, Gomes & Minayo (2011, p. 22) *“a abordagem dos dados qualitativa e quantitativa quando bem trabalhada teórica e praticamente produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”*.

Deste modo, pretendeu-se aqui utilizar os recursos da abordagem quali-quantitativa, para análise aprofundada e maior fidedignidade interpretativa dos resultados. Sendo que para análise qualitativa das respostas, recorreu-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin, (2011), optou-se pela categorização temática, e fundamentou-se no método de interpretação de sentidos de Ferreira, Gomes & Minayo (2011).

Na análise quantitativa, foi considerada a categorização prévia de dados provenientes da estatística não paramétrica. E assim, foram analisadas as variáveis nominais e ordinais, mediante aplicação de teste estatístico quiquadrado para medir a associação e impacto entre as variáveis qualitativas que necessitaram ser explicadas de forma isoladas e conjuntas, para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados (BARBETTA, 1999).

A distinção do tipo da pesquisa como sendo descritiva – exploratória, justifica-se devido ao intuito do estudo em descrever as características, propriedades e relações existentes no grupo ou da realidade em que foi realizada a pesquisa, ao mesmo tempo em que se objetivou a familiarização com o fenômeno, a obtenção de uma nova percepção e/ou descobrimento de novas ideias em relação ao objeto de estudo Políticas Públicas de Atividade Física e Esporte (MATOS, 2004; GIL, 2010).

### **3.2 SUJEITOS E LOCAIS DA PESQUISA**

#### **3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Os sujeitos da pesquisa foram caracterizados em dois grupos: Grupo 1 - Profissionais da Secretaria Estadual e Municipal de Esporte e Lazer, localizados na cidade de Porto Velho (gestores públicos; ex-gestores, gerentes, ex-gerentes e profissionais de Educação Física), e Grupo 2 - Frequentadores dos espaços disponíveis para Atividade Física e Esporte no município de Porto Velho.

O grupo 1 formado por 10 (dez) profissionais oriundos da secretaria de Esportes e Lazer estadual e municipal de Porto Velho, sendo cinco da secretaria municipal e cinco da Estadual.

O grupo 2, formado por 204 (duzentos e quatro) usuários de 04 (quatro) espaços disponíveis na cidade, considerados como mais frequentados (Deroche, espaço alternativo, skate parque e Parque da cidade) pela população para a prática da Atividade Física e Esporte.

Como estratégia para seleção dos frequentadores dos espaços participantes da pesquisa (grupo 2), foi utilizado o critério de aceitação e caráter voluntário de participação do usuário no momento em que estavam fazendo Atividade Física e/ou Esporte nos espaços concomitante com o período em que a pesquisadora procedeu a coleta de dados nos locais.

Para composição dos 204 frequentadores foram respeitados dois momentos. No primeiro momento, foi realizado um piloto da pesquisa com 45 frequentadores dos espaços selecionados nesta pesquisa, com o intuito de verificar a estrutura, aceitação e adequabilidade das perguntas para fins de se alcançar os objetivos da pesquisa. Após o piloto, no segundo momento, a pesquisa foi ampliada e participaram mais 159 frequentadores distribuídos em igual número nos espaços investigados (Deroche, Espaço Alternativo, Parque da Cidade e Skate parque).

### **a) Características do Grupo 1**

No grupo 1, estão os 10 (dez) profissionais atuantes nas secretarias de Esporte e Lazer, sendo 05 (cinco) profissionais da Secretaria Estadual de Esporte e Lazer de Rondônia – SECEL/RO e 05 (cinco) profissionais da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Porto Velho – SEMES/PVH.

Contudo, para fins de identificação e a caracterização dos participantes da pesquisa do grupo 1, foram considerados dois subgrupos: Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS-RO) e Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH), bem como a nomenclatura “entrevistado” conjuntamente com a numeração de “1 a 5” para identificar os participantes de cada subgrupo, seguida da variação “RO” e “PVH”.

Sendo assim, em ambos os grupos (GPS-RO e GPS-PVH), utilizou a seguinte identificação (entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3, entrevistado 4 e entrevistado 5), mas concomitante foi considerado a variação “RO” e “PVH”, ou seja, para o grupo (GPS-RO), foi obedecido a identificação: entrevistado 1 (RO); Entrevistado 2 (RO); Entrevistado 3 (RO); Entrevistado 4 (RO) e Entrevistado 5 (RO). E no grupo (GPS-PVH), utilizou-se a seguinte identificação: entrevistado 1 (PVH); Entrevistado 2 (PVH); Entrevistado 3 (PVH); Entrevistado 4 (PVH) e Entrevistado 5 (PVH).

Quanto às características do grupo (GPS – RO), o entrevistado 1 (RO), é formado em Educação Física, aposentado, entretanto, atuou aproximadamente 08 anos na SECEL/RO, na parte de assessoramento técnico do Esporte e Lazer e Gerência de Esporte no Estado de Rondônia, bem como desenvolveu atividades alusivas a sua formação, em clubes e escolas do Município e Distritos de Porto Velho. Para fins da pesquisa, foi considerada como Ex – gerente de Esporte e Lazer da SECEL/RO.

Com relação ao entrevistado 2 (RO), o mesmo é formado em Educação Física, atua há 30 anos na área de esporte no Estado, mas precisamente, desde março de 1983, neste período desempenhou funções de técnico de Esporte, Gerente de esportes e Assessor Técnico nos Departamentos, Instituições e Órgãos destinados para o desenvolvimento do Esporte e Lazer no Estado de Rondônia. No momento da pesquisa, desempenhava a função de Assessor Técnico de Esporte e Lazer da SECEL-RO. Entretanto para fins da pesquisa, foi considerado como Ex- Gerente de Esportes e Lazer da SECEL/RO.

O entrevistado 3 (RO), formado em Educação Física, atua na SECEL-RO como técnico na área de Esporte e Lazer, e assim, para efeitos desta pesquisa será considerado como Profissional da Área.

O entrevistado 4 (RO), formado em Educação Física, já atuou na SECEL – RO na parte administrativa financeira, no momento da pesquisa exercia a função de Gerente de Esportes e Lazer da SECEL – RO, razão pela qual nesta pesquisa foi considerado como Gerente de Esporte da SECEL – RO.

Em se tratando do entrevistado 5 (RO), este foi caracterizado como sendo o Secretário Estadual de Esportes e Lazer de Rondônia em exercício, que seria o Gestor da SECEL/RO. Todavia, no decorrer da coleta de dados da pesquisa, inúmeras tentativas foram feitas, mas não foi possível a realização da entrevista com o mesmo, e como motivo apresentados pela chefia de gabinete da SECEL – RO pode-se destacar as dificuldades de agenda do Secretário em exercício, bem como a dependência de agendamento da entrevista, mediante o retorno da fundamentação teórica solicitada pela chefia de gabinete ao setor de gerência de Esporte da respectiva Secretaria, acerca das possíveis respostas para o roteiro de entrevista apresentado pela pesquisadora, ou seja, não se disponibilizou a responder a pesquisa.

Com relação às características do grupo (GPS – PVH), o entrevistado 1 (PVH), formado em Educação Física, já atuou na área esportiva em clubes e na área educacional, como professor da Educação Básica e Superior. No setor público, atuou na esfera municipal e Estadual, perpassando pelas secretarias Estaduais (SECEL e SEDUC), sob a qual desempenhou respectivamente as funções de Secretário Estadual de Esporte e Lazer – SECEL/RO e Professor de Educação Física. E na esfera municipal, desempenhou funções administrativas na SEMFAZ, SEMED e na SEMES. Sendo que na SEMES, inicialmente assumiu a função de assessoria técnica, e posteriormente atuou como Secretário Municipal de Esporte e Lazer. De modo que para fins desta pesquisa, foi considerado como sendo ex-gestor da SEMES/PVH.

O entrevistado 2 (PVH), formado em Educação Física, atuou na área escolar, como professor de Educação Física na rede estadual e municipal. Na SEMES/PVH, exerceu a função de Secretário Municipal de Esporte por um período de sete meses e 14 dias, e neste estudo foi entrevistado na condição de ex-gestor da SEMES/PVH.

Por conseguinte o entrevistado 3 (PVH), formado em Educação Física, atuou na área de esporte em clubes da cidade, na SEMES/PVH atua como coordenador de projetos, para efeitos da pesquisa, foi considerado como Profissional da Área.

Já o entrevistado 4, também formado em Educação Física, atuante na área de Esporte na SEMES há aproximadamente 07 anos, no momento da pesquisa atuava na Coordenação de Esporte e Lazer, e portanto, foi considerado como gerente de Esporte e Lazer da SEMES/PVH.

O entrevistado 5 (PVH), no Momento da pesquisa, exercia a função de Secretário Municipal de Esporte e Lazer do Município de Porto Velho, tendo assumido recente o cargo na referida secretaria, é formado em contabilidade, informou que já atua a muito tempo na área de Esportes, bem como salientou que teve uma participação significativa na SECEL/RO, no que se refere a construção dos CEDELS. Entretanto, no âmbito desta pesquisa foi considerado como Gestor da SEMES/PVH.

## **b) Características do Grupo 2**

O grupo 2, foi composto pelos frequentadores dos Espaços de Atividade Física e Esportes selecionados nesta Pesquisa como locais mais frequentados pela população na cidade de Porto Velho.

Porém para fins de caracterização do grupo 2 da pesquisa, cabe salientar que mediante opção neste estudo para utilização do método de estudo de caso e objetivos previamente estabelecidos para a pesquisa, foram investigados 204 frequentadores distribuídos de espaços distintos na cidade, que responderam um questionário de pesquisa acerca do objeto de Estudo Atividade Física e Esporte em Porto Velho.

Sendo que para efeitos de caracterização do grupo de frequentadores, no momento da coleta de dados foi levantado um perfil do usuário por zona de localização na cidade e espaço frequentado, e estes estão apresentados nos resultados da pesquisa.

Desse modo, pretende-se aqui enfatizar apenas um contexto geral de identificação do respectivo grupo. E assim, partindo do critério espaço mais frequentado pela população do Município, os frequentadores investigados no estudo foram oriundos dos seguintes Espaços: Deroche (zona central), Parque da Cidade e Espaço Alternativo (Zona norte) e Skate Parque (zona leste).

Em se tratando do quantitativo de frequentadores, é importante destacar que sendo a referida pesquisa um estudo de caso, não foi utilizado técnicas de cálculo amostral, pois se optou na pesquisa pela utilização da estatística não probabilística. Desse modo, considerando que o grupo de frequentadores não é representativo da população da cidade, os participantes da pesquisa foram selecionados de forma aleatória por voluntariado.

Para fins de melhor apresentação dos resultados optou-se por sua distribuição por Zona/Espaço. Na Zona Central (ZC) – foram investigados 51 frequentadores do Espaço Deroche (ED); na Zona Norte (ZN), investigou-se 102 frequentadores, sendo 51 do Espaço

Parque da Cidade (EPC) e 51 do Espaço Alternativo (EA); e na Zona Leste (ZL), foi investigado 51 frequentadores do Espaço Skate Parque (SKP).

Com relação ao perfil geral do grupo 2, os frequentadores investigados, são indivíduos maiores de 18 anos, de ambos os sexos, que possuem no mínimo a educação básica e pertencem a classe econômicas e sociais distintas. Os mesmos utilizam os Espaços de Atividade Física e Esporte, nos períodos manhã, tarde e noite, e no local praticam atividades com objetivos e finalidades diversificadas.

### 3.2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no âmbito da Secretaria Estadual de Esportes e Lazer do Estado de Rondônia – SECEL/RO, na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMES localizadas no Município de Porto Velho, e em 04 (quatro) espaços informados pela SEMES e SECEL como os espaços públicos disponíveis para a prática da Atividade Física e Esporte mais frequentados pela população de Porto Velho, conforme figura, são eles: Deroche; Espaço Alternativo; Parque da Cidade e o Skate Parque.

O motivo da escolha dos referidos espaços públicos, deve-se ao fato de que nesses locais foi possível observar de forma empírica, através de estudo experimental realizado por Bernaldino et al (2010), bem como mediante informações da SEMES, SECEL, que há um fluxo grande de pessoas que praticam atividade física e/ou esporte nos respectivo espaços, o que tem caracterizado os mesmos como sendo os locais mais procurados pela população da cidade de Porto Velho. Desta forma, objetivando uma melhor familiarização e conhecimento dos espaços investigados, segue abaixo a caracterização dos espaços investigados.

O Espaço “Deroche” – sob a responsabilidade da SECEL, está localizado na zona central da cidade Porto Velho. Recentemente, o espaço passou por uma reforma na sua estrutura física, e apresenta-se da seguinte forma: dispõe de duas quadras de areia; duas quadras de futsal; um campo de futebol gramado; uma pista de caminhada. No espaço, também há uma área calçada com brita no qual estão dispostos 09 aparelhos para a realização de exercícios físicos resistidos, e um espaço destinado para musculação que foi construído e organizado pelos próprios frequentadores do local.

No espaço há um fluxo significativo de pessoas que fazem atividades Físicas, nos turnos manhã, tarde e noite. Sendo que no período compreendido entre as 17h00min as 19h00min, o fluxo populacional, apresentam-se mais intenso, ao ponto de que o referido

horário pode ser entendido como horário de maior preferência para a realização de atividades físicas no espaço.

O “Espaço Alternativo” – popularmente conhecido como pista da Jorge Teixeira, no período de realização da pesquisa era constituído como sendo parte da Avenida Governador Jorge de Teixeira de Oliveira, localizado na zona Norte da cidade de Porto Velho. No espaço diariamente, um fluxo intenso de pessoas utilizavam a pista, calçada e grama em horários específicos para a prática de Atividades Física, Esporte e Lazer.

De acordo com informações fornecidas pelas secretarias, estadual e municipal de Esporte e Lazer, o espaço é de responsabilidade da aeronáutica. Entretanto, em virtude dos aspectos históricos, culturais e sociais que permeiam a utilização do espaço ao longo dos anos pela população na cidade, o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, todos os dias interrompia o trânsito na avenida em períodos distintos das 05h00min as 08h00min da manhã e das 16h00min as 21h00min. Para tanto, parte da avenida era isolada, mais especificamente, a via de retorno do Aeroporto Governador Jorge Teixeira de Oliveira.

No perímetro isolado, inúmeras pessoas com faixas etárias variadas, advindas de diferentes zonas da cidade de Porto Velho utilizam o local para a prática Atividade Física de caminhada, corrida, ciclismo e ate mesmo lazer e integração com a família e amigos até o horário aproximado das 21h00min.

Aos finais de semanas, a quantidade de pessoas que utilizam o espaço para a prática da Atividade Física e Esporte, é mais concentrado e significativo. No local, também existia um espaço para realização de exercícios de alongamento, força abdominal e de membros superiores.

Um dado importante que merece destaque, diz respeito que no período posterior a coleta dos dados da pesquisa, de acordo com informações do Departamento de Comunicação de Rondônia – DECOM/RO, divulgadas na mídia (Jornal Amazônia da Gente) em janeiro de 2014, existia um projeto de reforma do Espaço Alternativo no valor de R\$ 20 milhões, sob o qual o Governo Estadual apresenta a proposta de torná-lo um Completo Espaço Público para prática esportiva e atividades de Lazer do Estado de Rondônia (DECOM/RO, 2014).

Segundo o DECOM/RO (2014), neste novo espaço, pretendia-se construir, quadras esportivas, campo com grama sintética, quadras de areia, pista de caminhada, pista de atletismo, pista de skate, quiosques, anfiteatro, além do paisagismo e aparelhamento para uso público, com academia ao ar livre e playgrounds. A construção do novo Espaço Alternativo era parte do Projeto Canais da Cidadania, que prevê a revitalização e urbanização de córregos urbanos, transformando em locais adequados para práticas esportivas.

Mais recentemente, em junho de 2014, conforme informações do DECOM/RO (2014), divulgadas pelo jornal on-line (Rondônia Dinâmica) o espaço já estava em ritmo de construção, conforme o Engenheiro responsável pelo acompanhamento da obra no “Novo Espaço Alternativo”, a obra prevista terá 2,2 km de extensão, a parte de drenagem e movimentação de terra já estão concluídas, e agora começa a parte de urbanização.

O novo Espaço Alternativo tinha um prazo estipulado de entrega para o fim de setembro de 2014. Entretanto, o final desta pesquisa, constata-se uma obra iniciada com as características apresentadas anteriormente, porém, não concluída.

Quanto ao Espaço “Parque da cidade” – o mesmo está sob a responsabilidade da Prefeitura. No que se refere à secretaria responsável pelo espaço, observou-se a presença de divergências, tendo em vista que foi observado no grupo pesquisado de profissionais e gestores das nas secretarias de Esporte e Lazer, que houve afirmações de que o espaço é de responsabilidade da SEMES/PVH, em contrapartida houve aqueles que ressaltaram que responsável é a ENDUR/PVH, a SEMAS/PVH. Todavia, no decorrer da pesquisa foi confirmado pela SEMES/PVH que a secretaria responsável pelo parque era a ENDUR/PVH.

O Parque da Cidade é fruto de uma compensação social decorrente da instalação do Shopping Porto Velho, e dispõe de um campo de futebol, duas quadra de vôlei de areia, um playground, uma pista de caminhada/corrída, duas academia ao ar livre. O espaço é aberto à população nos períodos manhã, tarde e noite, sendo que a noite funciona até as 21h00min, e recebe um fluxo populacional composto por diferentes faixas etárias, oriundas das diferentes zonas da cidade.

Com relação ao Espaço “Parque Jardim das Mangueiras” ou popularmente conhecido “Skate Parque” – está localizado na zona leste da cidade de Porto Velho, e está sob a responsabilidade da Prefeitura do município. O espaço é bem arborizado, possui uma pista de caminhada; três áreas para skate, sendo que uma está em fase de construção e reforma.

Conforme reportagens divulgadas na mídia por intermédio dos jornais on-line, o espaço está em reforma há meses, entretanto visualmente, no espaço destinado para a prática de Atividade Física e Esporte existe muito mato, bem como a iluminação apresenta-se precária.

Segundo o Jornal on-line Imagem News, em uma reportagem divulgada em novembro de 2013 destacou que a reforma do espaço foi iniciada em outubro de 2012, com previsão para ser entregue em quatro meses, e até o presente momento da pesquisa não havia sido concluída. O investimento de recursos para a reforma do espaço é oriundo do tesouro municipal, no valor de R\$ 1 milhão e 300 mil. A previsão é de que o novo Skate Parque terá



um playground, área de conveniência, academia ao ar livre, estação para treinamentos, campo de futebol, duas quadras de areia, duas quadras poliesportivas, espaço exclusivo para práticas de esportes como skate e bicicletas (IMAGEM NEWS, 2013).

A população faz uso do espaço nos períodos manhã e tarde, sendo que o fluxo populacional do local apresenta-se mais intenso no período da tarde. No local frequentam pessoas de diferentes faixas etárias das mais variadas zonas da cidade, porém, de forma mais acentuada, o local recebe pessoas oriundas da zona leste, tendo em vista que este espaço de atividade Física e Esporte, mesmo em reforma é considerado pela população como sendo o único espaço da zona leste com a estrutura mais adequada para a Prática de Atividade Física e Esporte pelos diferentes segmentos da população.

O local é considerado pelos frequentadores como violento (há alto índice de roubos, e consumo de drogas no local, em qualquer horário do dia), devido à falta de segurança e monitoramento do espaço. Mesmo assim, a população permanece fazendo uso do espaço para realização de suas atividades. Conforme relato de policiais que estavam fazendo atividade física no espaço, há um alto índice de roubo no local no momento em que as pessoas estão fazendo atividade física no espaço. Os policiais destacaram que já receberam inúmeros pedidos de registro de ocorrências de assaltos ocorridos no espaço pelos frequentadores. E ainda segundo os policiais, os frequentadores são assaltados em qualquer horário do dia, sendo que no período da noite o risco é maior.

### **3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS**

Para a coleta de dados foram estruturadas três etapas. A primeira etapa caracterizou-se pela realização da entrevista junto ao grupo de profissionais da SECEL/RO (GPS – RO). A segunda etapa correspondeu ao desenvolvimento da entrevista junto ao grupo de profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH).

A terceira etapa consistiu na aplicação do questionário de pesquisa junto ao grupo dos frequentadores dos espaços disponíveis para a prática de Esporte e Atividade com intuito de identificar o perfil e a opinião dos mesmos acerca de como percebem o atendimento, a estrutura existente e necessária, as ações e os espaços disponíveis para as atividades de Esporte e Atividade Física.

Na pesquisa, foi utilizado como instrumentos para coleta de dados, um roteiro de entrevista estruturado, com uma sequência de perguntas fixas para pesquisa junto ao grupo de

profissionais atuantes na secretaria Estadual e Municipal de Esportes e Lazer (apêndice 4). E um questionário estruturado com 26 questões, sendo 24 perguntas mistas (fechadas e abertas) e 02 perguntas abertas, que foi aplicado junto ao grupo dos frequentadores dos espaços de Atividade Física e Esportes selecionados neste estudo (apêndice 5).

Para estruturação dos instrumentos utilizados nesta pesquisa, roteiros da entrevista, questionário, foram considerados observações e reportagens realizadas nos espaços de atividade Física e Esporte, a experiência profissional oriunda da atuação da pesquisadora como profissional de Educação Física, bem como se baseou nos resultados da pesquisa realizada nos espaços Deroche, Skate Parque e Espaço Alternativo (BERNALDINO et al, 2010) e no diagnóstico do acesso ao Esporte e Lazer da população no Estado de Rondônia por meio das Políticas Públicas (SILVA et al, 2011).

Para a realização da entrevista (apêndice 4), foi estruturado um roteiro de entrevista em três grandes áreas: 1. Mapeamento das políticas públicas para a Atividade física e Esporte; 2. Mapeamento dos espaços para Atividade Física e Esporte; e 3. Mapeamento do atendimento a população. Para cada área, foram formuladas perguntas, que foram seguidas pela pesquisadora para realização da pesquisa junto ao grupo investigado.

Na primeira área, mapeamento das políticas públicas para a Atividade Física e Esportes, formulou-se questionamentos relacionados ao diagnóstico das diretrizes e políticas que norteiam o planejamento, implantação e oferecimento dos programas e projetos das secretarias de Esporte e Lazer estadual e municipal no município de Porto Velho – RO.

Na segunda área, mapeamento dos espaços para Atividade Física e Esporte, o roteiro correspondeu à caracterização das condições das estruturas físicas dos espaços, bem como da quantidade e disponibilidade desses espaços para atendimento as necessidades da população de Porto Velho – RO.

Na terceira área do roteiro, foram elaboradas perguntas que possibilitassem o levantamento de informações acerca de como ocorre o atendimento da secretaria de esportes nos espaços de Atividade Física, os objetivos e as ações desenvolvidas.

Com relação ao questionário, o mesmo foi estruturado em três partes (apêndice 5). Na primeira parte, foram elaboradas 10 perguntas mistas (item de 1.1 a 1.10), para levantamento do perfil do frequentador dos espaços. Na segunda parte, formulou-se 07 perguntas (item 2.1, da letra “a” a “g”) para diagnóstico da estrutura, organização e disponibilidade dos espaços de Atividade Física e Esporte em Porto Velho. Dentre as perguntas, seis são mistas, e uma aberta. E na terceira e ultima parte, elaborou-se 04 perguntas sobre o oferecimento e atendimento dos programas e projetos da SEMES e SECEL nos espaços (item 3.1, da letra

“a” a “d”), sendo uma pergunta aberta e três mistas; e 05 questões mistas com relação à prática da Atividade Física nos espaços de Atividade Física e Esporte (item 3.2, da letra “a” a “e”).

### 3.3.1 DA PESQUISA NA SECRETARIA ESTADUAL DE ESPORTES E LAZER – SECEL

Para a coleta dos dados da entrevista nas secretarias (SECEL/RO e SEMES/PVH), foi utilizado um gravador e um caderno de registro. Sendo que em relação à utilização do gravador, no período anterior ao início da entrevista e assinatura do TCLE, foi informado e solicitado aos participantes se os mesmos autorizavam que a entrevista fosse gravada, para fins de melhor aproveitamento dos dados.

No grupo investigado, quatro participantes (entrevistado 1 – RO; entrevistado 2 – RO; Entrevistado 3 – RO e entrevistado 1 – PVH), autorizaram a gravação da entrevista, os demais, cinco participantes (entrevistado 4 – RO; entrevistado 2 – PVH; Entrevistado 3 – PVH; entrevistado 4 – PVH e entrevistado 5 – PVH) salientaram ter preferência que as respostas fossem anotadas durante a realização das entrevistas no caderno de registro da pesquisadora, portanto não autorizaram a gravação.

Durante a coleta de dados na SECEL, teve um participante da pesquisa que por motivos de aposentadoria, já não estava na secretaria, sendo a entrevista realizada na residência do mesmo.

Outro ponto importante refere-se ao tempo despendido para a coleta de dados, pois, em particular durante a pesquisa na SECEL houve inúmeras dificuldades e resistências para a coleta os dados nos dias e horários agendados para a realização da entrevista, e por este motivo a coleta perdurou por um período de seis meses.

Neste contexto, é pertinente salientar que a demora em coletar os dados na SECEL/RO, deve-se principalmente à realização da entrevista com o entrevistado 5 (RO), a secretária em exercício na época, que não foi efetivada. Muito embora, durante todo o tempo de pesquisa no local, tenha havido inúmeras tentativas para marcar um horário com a secretaria em exercício da SECEL para realizar a entrevista. Por várias vezes foi marcada a entrevista, mas em seguida cancelada, e por final, foi informado à pesquisadora que a secretaria não teria como contribuir com a realização da pesquisa.

Sendo assim, para fins de concluir a coleta de dados na SECEL/RO, houve a necessidade de se fazer adaptações para alcançar as informações propostas no roteiro de

entrevista. Desse modo, no âmbito da SECEL, optou-se por realizar as entrevistas junto ao grupo de Profissionais de Educação Física (GPS-RO) que atuam e/ou atuaram na SECEL na área de Assessoramento Técnico, Gerência de Esportes e Lazer e gestores anteriores.

Na gerência de esportes, além do gerente de esportes, participaram mais três profissionais de Educação Física que atuam no setor no assessoramento técnico, sendo que um estava aposentado. E destes, apenas no caso do profissional aposentado, e do gerente de esportes é que existiram desencontros para realizar a entrevista já no primeiro contato. Todavia, de forma geral, houve boa receptividade, aceitação e tranquilidade para a realização da pesquisa com os respectivos profissionais.

### 3.3.2 DA PESQUISA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SEMES/PVH

Para a pesquisa na SEMES/PVH, assim como ocorreu na SECEL/RO, à coleta de dados também perpassou por algumas dificuldades, em virtude dos entraves políticos e humanos oriundos da instabilidade de permanência de profissional na função Secretário Municipal de Esporte e Lazer, tendo em vista que no período de coleta houve mudanças de secretário duas vezes.

Desse modo, em um primeiro momento, após contato formal e conhecimento da situação vivenciada no âmbito da SEMES, a pesquisadora optou por esperar um período equivalente há dois meses na tentativa de que o momento político conturbado, e as mudanças que perpassava na secretaria se estabilizassem, para que a coleta dos dados não fosse prejudicada.

Durante o período dos dois meses, para que a pesquisa não se distanciasse muito, a pesquisadora acompanhou pelos jornais e site da prefeitura, a situação pela qual a secretaria se encontrava.

E assim passado o período de espera, a pesquisadora se dirigiu novamente a secretaria para marcar entrevista com o secretário em exercício da época, que inicialmente demonstrou certa resistência e recusa com a pesquisa.

A partir do segundo contato, mediante a exposição e explicação da finalidade e procedimentos éticos da pesquisa, bem como o detalhamento de sua relevância e contribuição que tal pesquisa poderia trazer para o desenvolvimento da Atividade Física e Esporte na

cidade de Porto Velho. De imediato, houve por parte do secretário interesse, motivação e aceitação em contribuir com a pesquisa.

Durante a entrevista, a pesquisadora observou que o secretário em exercício portou-se de forma prestativa, e demonstrou empenho e preocupação com a oferta de um serviço de qualidade a população, bem como que o mesmo não mediu esforços para que as informações fossem disponibilizadas, sem restrição.

Com relação aos demais profissionais que foram entrevistados na SEMES, não houve dificuldades para a realização das entrevistas. Contudo, apenas o entrevistado 1 (PVH), autorizou a gravação da entrevista, e os demais participantes, não concordaram com a gravação da entrevista, e por este motivo, a entrevista foi transcrita durante no caderno de registro de pesquisa. A realização de entrevista ocorreu em dias e horários diferenciados em conformidade com a disponibilidade de atendimento dos participantes.

Em se tratando do comportamento dos entrevistados, de forma geral foi possível observar que os entrevistados como Profissional da Área e Gerente de Esporte, demonstravam insegurança e receios quanto as suas respostas. Em contrapartida, os entrevistados na condição de gestor e ex-gestor além da segurança demonstrada nas respostas, deixaram explicito o caráter político partidário como sendo nos dias atuais o ponto de partida para a gestão das Políticas Públicas na cidade de Porto Velho, assim como também destacaram que a ausência de uma política de estado, atrelada à dificuldade de se manter gestores com formação e conhecimento na área tem contribuído para a realidade atual da cidade.

No caso específico do gestor em exercício na SEMES/PVH, em virtude de recentemente ter assumido a secretaria na época da pesquisa, para efeitos da entrevista com o roteiro, o mesmo destacou que precisaria responder o roteiro em conjunto com sua equipe, pois ainda estava tomando conhecimento das ações e atividades da secretária. Mas que posteriormente, o mesmo estava à disposição para dúvidas, informações e esclarecimentos que a pesquisadora necessitasse.

A partir da interação com sua equipe técnica, o mesmo entregou por escrito as respostas digitadas, mediante contato formal com a pesquisadora, momento este em que o gestor fez esclarecimentos acerca das informações digitadas, bem como quanto às projeções e desafios para gerenciar uma Secretaria de Esportes e Lazer.

### 3.3.3 DA PESQUISA COM OS FREQUENTADORES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS PARA ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE

Inicialmente foi aplicado um piloto da pesquisa por um período de sete dias, no qual participaram 45 frequentadores distribuídos nos seguintes espaços: Espaço Deroche (15 frequentadores), Skate Parque (08 frequentadores), Espaço Alternativo (12 frequentadores) e Parque da cidade (10 frequentadores), com intuito de testar a adequabilidade e entendimento e viabilidade das perguntas para se alcançar os objetivos de estudo, bem como a motivação e interesses dos frequentadores em participar da pesquisa.

Em se tratando do período e horário, o piloto foi realizado por um período de uma semana contemplando os horários, manhã e tarde no espaço Skate Parque e nos horários, manhã, tarde e noite nos espaços Deroche, Espaço Alternativo e Parque da Cidade.

No que se refere ao tempo médio de duração de cada questionário, observou-se através do piloto que em média o tempo de aplicação do questionário a cada frequentador variou entre 5 e 10 minutos, pois, além da necessidade de se cumprir os procedimentos éticos do estudo (objetivo da pesquisa, participação voluntária, leitura e assinatura do TCLE), os usuários demonstraram interesse e motivação quanto ao tema da pesquisa, ao ponto de que foi possível estabelecer diálogos e levantamento de informações minuciosas que contribuíram diretamente no enriquecimento da pesquisa.

Para aplicação do piloto, os usuários foram abordados no momento em que estavam realizando e/ou finalizando a prática de Atividade Física e/ou Esporte nos espaços selecionados nesta pesquisa.

A abordagem foi realizada individualmente, e na grande maioria dos casos, ocorreu nos aparelhos de alongamento e equipamentos de academia ao ar livre, tendo em vista que este foi o momento observado pela pesquisadora como sendo propício para abordar os frequentadores, pois estavam aparentemente mais tranquilos e a vontade para contribuir voluntariamente com a pesquisa.

Durante o contato formal com os usuários dos espaços, em um primeiro momento, a pesquisadora e os colaboradores informavam aos frequentadores acerca dos objetivos e importância de responder as questões do estudo com seriedade, ao mesmo tempo em que os usuários foram informados do caráter voluntário de sua participação na pesquisa, assim como também acerca dos procedimentos éticos, confidencialidade do nome e sigilo das informações e sua utilização estritamente para fins acadêmicos, conforme proposto no TCLE. A partir da

concordância do usuário em participar da pesquisa, o usuário recebia uma cópia do TCLE assinado pela pesquisadora.

Após a aplicação do piloto, procedeu-se à realização da pesquisa propriamente dita, para tanto foram seguidos os procedimentos de abordagem destacados no piloto da pesquisa, mas com algumas variações para o espaço Skate Parque, que não dispunha de espaço para alongamento e academia ao ar livre, a pesquisa era realizada enquanto as pessoas deslocamento (durante a atividade física de caminhada), e em alguns casos, quando o mesmo estava finalizando sua atividade no espaço.

Neste espaço, houve muita dificuldade para coleta dos dados, devido à amplitude do espaço, que é totalmente aberto (sem delimitação com muros ou grades) e não há um local exato de entrada e saída do espaço. Por este motivo, a pesquisadora e os colaboradores optaram por caminhar juntamente com os usuários para que a pesquisa não fosse prejudicada. Em média para cada questionário aplicado, a pesquisadora e os colaboradores percorriam uma volta completa na pista de caminhada.

No espaço alternativo, a abordagem aos frequentadores foi realizada individualmente nos locais de alongamento e/ou quando já tinham terminado sua Atividade Física e Esporte; e no Espaço Deroche, a abordagem ocorreu de forma individual, nos locais de alongamento e nos aparelhos de academia ao ar livre.

Com relação à aceitação dos frequentadores em participar da pesquisa, durante a aplicação do piloto, no geral, não houve resistências e os frequentadores demonstraram boa receptividade, interesse e motivação em contribuir com a realização da pesquisa, sendo que apenas um frequentador se recusou a participar da pesquisa, alegando falta de tempo.

Em se tratando das dificuldades oriundas do piloto, pode-se destacar que a condição climática, período chuvoso, atrapalhou a coleta, justificando assim o quantitativo de frequentadores diferentes por espaço no estudo piloto.

Com relação aos frequentadores, houve dificuldades por parte dos mesmos no que se refere a explicar o “por que” das respostas afirmativas (sim) e/ou negativas (não). Ademais, no Parque da Cidade, houve dificuldade por parte da pesquisadora em preencher o questionário de pesquisa, devido a pouca iluminação no espaço no período da noite.

Após a realização do piloto, a pesquisadora constatou que não houve dificuldades significativas que pudessem afetar a estrutura do questionário, e ainda que a dificuldade oriunda da explicação do “por que” das respostas afirmativas e/ou negativas por parte dos frequentadores poderia está relacionado com a falta de conhecimento dos mesmos, ou percepção acerca das competências e ações das secretarias de Esportes, no âmbito do estado e

município, tendo então optado por seguir a estrutura do piloto, tendo em vista que a partir dele foi possível visualizar já de forma prévia, a ausência de políticas Públicas consolidadas nos Espaços de Atividade Física e Esporte.

Depois da realização do piloto, foi aplicado o questionário com 159 frequentadores dos espaços selecionados nesta pesquisa, num período equivalente a 07 dias de coleta. Os questionários foram aplicados de forma contínua no período de segunda a domingo, com uma média de 22 questionários por dia, no horário compreendido entre 16h00min e 21h00min, na seguinte ordem: no 1º dia – foram aplicados questionários nos espaços: Parque da Cidade, Espaço Alternativo e Skate Parque; no 2º dia – nos espaços: Skate Parque, Deroche e Parque da Cidade; no 3º dia – nos espaços: Deroche e Parque da Cidade; no 4º dia – nos espaços: Deroche e Parque da Cidade; no 5º dia – no Espaço Alternativo e Skate Parque; no 6º dia – no espaço Skate Parque; e no 7º dia – nos espaços: Alternativo e no Skate Parque.

A escolha do período tarde e noite para a aplicação dos questionários da pesquisa pode ser justificada, devido que nestes horários há maior fluxo de frequentadores nos respectivos espaços. Sendo que no caso, do espaço Skate Parque, o horário foi diferenciado, devido à ausência total de iluminação no período noturno, portanto, a coleta foi realizada no horário das 16h00min as 18h00min.

### 3.3.4 DOS PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Inicialmente foi realizado o contato formal e solicitação de autorização por escrito às secretarias SECEL/RO (apêndice 1) e SEMES/PVH (apêndice 2) e no âmbito dos espaços disponíveis para a Prática do Esporte e da Atividade Física da cidade de Porto Velho, bem como foram explicados os objetivos, procedimentos ético, científicos e a relevância do estudo para a região.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia – CEP/UNIR-RO, e aprovada sob o número CAAE: 33863014.0.0000.5300. Posteriormente, após a oficialização da pesquisa através da carta de autorização para realização do estudo, foi iniciada a coleta de dados, sendo disponibilizado aos participantes da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndice 3). O referido TCLE, foi lido pela pesquisadora e pelos participantes da pesquisa, e mediante a aceitação voluntária para a realização da pesquisa, o TCLE foi assinado pelos mesmos e pela pesquisadora em duas vias.



Concomitante com a assinatura do TCLE, a pesquisadora explicou aos participantes da pesquisa os objetivos e a relevância do estudo, bem como a opção dos mesmos em contribuir voluntariamente com a realização da pesquisa. Desse modo, em comum acordo entre as partes, cada um recebeu uma cópia do TCLE assinado pela pesquisadora.

No caso das entrevistas, os participantes também foram informados e solicitados a autorizar ou não que a entrevista fosse gravada. E uma vez não autorizada à gravação, a pesquisadora durante a realização da entrevista procedeu com as anotações da entrevista em um caderno de registro. Isso porque, no grupo GPS “RO”, das quatro entrevistas realizadas, três autorizaram a gravação da entrevista. E no grupo GPS “PVH”, das cinco entrevistas realizadas, apenas um autorizou a gravação.

Na coleta dos dados junto aos frequentadores dos espaços de Atividade Física e Esporte, a pesquisadora contou com a ajuda de 03 (três) colaboradores atuantes e formados na área de Educação Física. E no período, anterior ao início da coleta da pesquisa foi feito um treinamento quanto aos procedimentos ético-científicos e metodológicos acerca da aplicação do questionário de pesquisa.

### **3.4 PROCEDIMENTOS PARA SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

#### **3.4.1 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

##### **a) Entrevista**

Para apresentação dos dados das entrevistas, as respostas obtidas foram organizadas em quadros demonstrativos obedecendo às categorias de análise temáticas previamente definidas em conformidade com os objetivos de estudo e roteiro estruturado (apêndice 4). Para efeito de organização e exposição cronológica das respostas foi considerado nos quadros demonstrativos, as características profissionais dos grupos estudados (Gestores, ex-gestores e profissionais de Educação Física).

Deste modo para cada quadro, as respostas da entrevista, foram organizadas e apresentada em subgrupo (GPS – RO e GPS – PVH), bem como se utilizou a nomenclatura, “entrevistado” e as variações “RO” e “PVH” para identificação dos participantes da pesquisa nos dois subgrupos, obedecendo a seguinte estrutura:

(entrevistado 1), no GPS - RO considerou-se a característica “ex-gerente” e no GPS – PVH “ex-gestor”;

(entrevistado 2), no GPS – RO “ex-gerente” e no GPS – PVH “ex-gestor”;

(entrevistado 3), considerou-se “Profissional da Área” em ambos os entrevistados do subgrupo (GPS – RO e GPS – PVH);

(entrevistado 4), considerou-se “Gerente de Esportes” para ambos (GPS – RO e GPS – PVH) e

(entrevistado 5), foi considerado a característica “Gestor” para ambos os entrevistados dos subgrupos.

Em se tratando da interpretação dos dados recorreu-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), e buscou-se auxílio no método de interpretação de sentidos de Ferreira, Gomes & Minayo (2011).

Foram considerados: a transcrição das respostas na íntegra, a descrição e análise de fragmentos do conteúdo das respostas e a utilização do método de interpretação de sentidos, para compreensão (hermenêutica) e crítica (dialética) acerca das informações geradas.

Segundo Ferreira, Gomes & Minayo (2011, p. 97), o método de interpretação de sentidos adaptado da obra de Bardin (1979), trata-se de uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa palavras, ações, conjuntos de inter-relações, grupos, instituições, conjunturas, dentre outros campos analíticos.

Foram obedecidas então três etapas para de interpretação dos dados:

Na 1ª etapa – consistiu na observação das particularidades e transcrição em quadro demonstrativo das respostas na íntegra, conforme proposto no roteiro de entrevista (apêndice) e de acordo com as categorias temáticas previamente estabelecidas e sob os quais foram identificados os temas que seriam analisados no conteúdo das entrevistas. E assim foram elencadas três categorias de análise temática:

A primeira categoria refere-se ao “mapeamento das Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte em Porto Velho”;

A segunda correspondeu à “caracterização dos espaços para prática de Atividade Física e Esporte em Porto Velho”;

E a terceira diz respeito à “caracterização do atendimento das secretarias de Esporte e Lazer a população do município de Porto Velho”.

Na 2ª etapa – com base na estrutura de análise montada por categoria temática, esta etapa caracterizou-se pelo recorte dos trechos da fala dos entrevistados e na identificação das

ideias explícitas e implícitas, como por exemplo: questionamentos; pontos em comum; contradições e outras questões existentes.

Na primeira categoria “mapeamento das políticas públicas para atividade física esporte em Porto Velho”, foram considerados e analisados 05 (cinco) núcleos de sentido:

1. Diretrizes norteadoras da Atividade Física e Esporte;
2. Políticas e Programas de Atividade Física e Esporte;
3. Programa e Projetos oferecidos;
4. Público Atendido;
5. Organização das atividades.

Na segunda categoria, “caracterização dos espaços para a prática de Atividade Física e Esporte em Porto Velho”, foram analisados 06 (seis) núcleos de sentidos:

1. Estrutura física dos espaços na cidade;
2. Espaços disponíveis para prática de Atividade Física e Esporte;
3. Espaços existentes para Atividade Física e Esporte;
4. Espaços reformados e/ou a ampliados para a prática da Atividade Física e Esporte;
5. Espaços mais frequentados;
6. Aproveitamento de espaços ociosos.

E na terceira categoria temática, “caracterização do atendimento das secretarias de Esporte e Lazer a população do município de Porto Velho”, analisou-se 04 (quatro) núcleos de sentidos:

1. Oferecimento da Atividade Física e Esporte;
2. Recursos humanos e atendimento profissional nos espaços de Atividade Física e Esporte; e
3. Finalidade dos programas e projetos;
4. Projetos de Promoção da Saúde e qualidade de vida.

N 3ª etapa – representou o momento de diálogo, crítica e síntese interpretativa acerca do assunto, considerando os aspectos teóricos e estudos acerca do objeto estudado.

## **b) Questionário**

Para a sistematização das respostas dos questionários, foram obedecidas três categorias de acordo com o disposto no respectivo instrumento. Para feitos de organização dos dados, a nomenclatura “partes”, foi substituída por categorias da seguinte forma:

- Categoria 1 – perfil do frequentador dos Espaços de Atividade Física e Esporte;
- Categoria 2 – caracterização dos espaços de Atividade Física e Esporte; e

- Categoria 3 – Atendimento e Prática da Atividade Física nos espaços de Atividade Física e Esporte.

Na categoria 1, perfil dos frequentadores, algumas variáveis (idade, grau de instrução, tipo de atividade física e/ou Esporte, horário e motivos da prática) necessitaram ser ajustadas para fins de tratamento estatístico do teste quiquadrado.

De modo que para a análise da variável idade, foi obedecido o proposto na tabela de Winter (1977), e assim adotou-se a seguinte nomenclatura:

- Adulto Jovem (indivíduos com idade entre 18 e 30 anos);
- Adulto Médio (indivíduos com idade entre 31 e 49 anos);
- Adulto Posterior (Indivíduos com idade entre 50 e 70 anos); e
- Adulto Tardio (indivíduos com idade superior a 70 anos).

Quanto à variável grau de instrução, foi considerado para as respostas “Ensino Fundamental” e “Ensino Médio”, a nomenclatura “Educação Básica”, e para os usuários graduados em Curso Superior, a nomenclatura “Educação Superior”.

Em relação à variável, “Tipo de Atividade Física e/ou Esporte” realizada pelos frequentadores, devido à diversidade de respostas múltiplas, ou seja, frequentadores que informaram mais de um motivo foram considerados para efeito de sistematização das respostas, os indivíduos que informaram realizar apenas uma Atividade Física (Caminhada), e o grupo de frequentadores que fazem “Atividades Físicas e Esporte diversificados” nos espaços frequentados.

Portanto, analisaram-se para efeito de categorização duas subcategorias: os que praticam apenas “Atividade Física de caminhada”, e os que praticam “Atividades Físicas ou Esporte diversificados”. Como Atividades Físicas diversificadas, foram consideradas (corrida, exercícios de musculação, ginástica, alongamento) e como Esportes diversificados (ciclismo, esportes radicais, skate, futebol e basquete).

Em se tratando da variável, horário para frequência aos espaços de Atividades Físicas e Esportes, considerou-se para fins de sistematização os turnos manhã, tarde e noite. Sendo que o turno da manhã compreendeu-se o horário das 05h30min as 09h30m; e no turno da tarde, foi representado o período das 16h00min as 18h00min; e no turno da noite, considerou-se o horário compreendido entre as 18h00min as 22h00min.

Para a variável “motivos da prática da Atividade Física e/ou Esportes”, considerou-se na sistematização das respostas dos frequentadores, os que informaram “apenas um motivo” da prática da Atividade Física e Esporte, e outros que ressaltaram “motivos diversos”, dentre

os quais podem destacar: prevenção e promoção da saúde, condicionamento físico, recomendação médica, lazer, estética e por gosto.

Na categoria 2, caracterização dos espaços de Atividade Física e Esporte utilizados pelo frequentador e na categoria 3, Atendimento e prática de atividade Física e Esporte, em virtude da existência de questões mistas (fechadas e abertas) no questionário, considerou-se para fins de tratamento estatístico a apresentação das respostas fechadas afirmativas “sim” e negativas “não”, ao mesmo tempo em que se recorreu ao tratamento qualitativo para explicar nas perguntas os “por quês” das respostas afirmativas e negativas. Com relação às questões abertas, foi feita a categorização por aproximação das respostas.

Porém para fins de tratamento qualitativo dos “por quês” das respostas afirmativas ou negativas, a categorização das respostas por aproximação nas categorias 2 e 3 apresentaram-se de forma diversificada.

Na categoria 2, foi feita a caracterização do espaço de Atividade Física Esporte utilizado pelo frequentador, para o tratamento qualitativo dos “por quês” foram obedecidas as seguintes subcategorias:

1. Adequação do Espaço;
2. Iluminação no local;
3. Disponibilidade e condições dos Equipamentos;
4. Reforma ou ampliação dos Espaços;
5. Necessidade de novos espaços;
7. Demanda populacional por Espaços;
8. Sugestões de melhoria nos espaços.

**Quadro1.** Demonstrativo da sistematização qualitativa da Categoria 2 - Caracterização dos Espaços de Atividade Física e Esporte, Frequentadores, Porto Velho – RO, 2013.

Subcategoria	Por que respondeu “Não”	Por que respondeu “Sim”
<b>1. Adequação do Espaço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta estrutura, segurança, limpeza e manutenção do espaço;</li> <li>- Precisa ampliar os aparelhos; Aparelhos impróprios;</li> <li>- Falta Orientação Profissional;</li> <li>- Pista de caminhada e corrida imprópria.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O espaço é bom para a prática da atividade física de caminhada e corrida;</li> <li>- É uma dentre as poucas opções da cidade para atender a população.</li> <li>- Também houve os “sim” com ressalvas (o espaço é adequado mais precisa melhorar – os aparelhos, a pista, a limpeza; falta um parque para as crianças).</li> </ul>
<b>Subcategoria</b>	<b>Por que respondeu “Não”</b>	<b>Por que respondeu “Sim”</b>
<b>2. Iluminação no local</b>	Não destacou motivos	Não destacou motivos
<b>3. Disponibilidade e condições dos equipamentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os equipamentos que existem são inadequados e impróprios para o uso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Destacou “sim”, com ressalvas:</li> <li>- Os frequentadores que informaram que existem os equipamentos, mas não estão adequados; as condições são precárias e não são suficientes.</li> <li>- Mas os equipamentos estão concentrados em locais específicos na cidade;</li> <li>- Somente Barras de Alongamentos.</li> </ul>

<b>4. Reforma ou ampliação dos espaços</b>	- Não explicou o motivo do “não”.	Tem conhecimento dos seguintes aspectos: - Criação da academia ao ar livre nos espaços da cidade; - Adequação do espaço alternativo; - Reforma do Skate Parque e Parque Circuito; - Reforma e inauguração do espaço Deroche e Areal da Floresta; - Melhorias e ampliação no Parque da Cidade; - Ampliação e cobertura dos aparelhos disponíveis nos espaços da cidade; - Vários, não lembra o nome, mas não foram executados.
<b>5. Necessidade de novos espaços</b>	- Precisa apenas melhorar os locais que existem; - Os locais que existem são suficientes.	- Para incentivar a prática da Atividade Física e Esporte; - Porque são muito concentrados e distantes; - Não tem espaço suficiente para a população; - Precisa oferecer uma opção em cada bairro da cidade; - A demanda da população é grande, os espaços atendem parcialmente a população. - Para estimular a promoção da saúde, lazer e bem-estar da população; - Os espaços não estão adequados;
<b>6. Demanda populacional por espaços</b>	- Os espaços são distantes e mal distribuídos; - Espaços inadequados; falta estrutura; - Existem poucos espaços e a demanda é grande; - Precisa melhorar os espaços existentes e os aparelhos da academia ao ar livre.	- Os espaços são suficientes, o que falta é melhorar a estrutura e atendimento; - Mas ainda há carência de atendimento da população que mora distante dos espaços de atividade física

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

Em se tratando da subcategoria “Sugestões de melhoria no espaço” por se tratar da pergunta aberta, foram consideradas como síntese interpretativa das respostas:

1. Reforma e Manutenção do espaço físico e aparelhos; e
2. Orientação Profissional.

Com relação à “reforma e manutenção do espaço físico e aparelhos” foram consideradas as seguintes respostas dos frequentadores:

- Melhorar a estrutura da quadra de vôlei, basquete e local de alongamento;
- Aproveitar as áreas abandonadas, ampliar os espaços e aparelhos com equipamentos diversificados e sofisticados da academia ao ar livre, para atender todos os segmentos da população, inclusive os idosos; manutenção e cobertura dos equipamentos de academia ao ar livre nos espaços;
- Melhorar a iluminação, segurança, saneamento básico e policiamento no local; disponibilizar espaço para deficiente físico, ciclistas e parque para as crianças;
- Melhorar a estrutura da pista de caminhada e do estacionamento com calçamento dos mesmos, tendo em vista que no período de chuva ficam alagados;
- Adequação dos banheiros e bebedouros as necessidades do espaço;

- Limpeza dos espaços; disposição nos espaços de lixeiras e sinalização, e locais para comercialização de água e alimentos saudáveis;
- Ampliar a área de lazer e campos de futebol.

No que se refere a “Orientação profissional”, foram consideradas as respostas dos frequentadores que:

- Destacaram a necessidade da disponibilidade por parte da secretaria de profissionais qualificados e habilitados para orientar, motivar e acompanhar a prática da Atividade Física e Esporte nos espaços, em especial o profissional de Educação Física e nutricionista;
- As respostas que informaram a ausência de Orientação do Profissional de Educação Física nos espaços e os que salientaram a importância da Promoção de atividades físicas aeróbicas nos espaços pelos profissionais de Educação Física.

Na categoria 3, diagnóstico do atendimento e prática da Atividade Física e Esporte nos espaços, foram obedecidas as seguintes subcategorias:

1. Percepção dos programas e projetos da secretária;
2. Participação em Programas e Projetos;
3. Programas e projetos de Promoção da Saúde;
4. Avaliação do atendimento da secretaria;
5. Orientação profissional;
6. Frequência semanal;
7. Resultados alcançados;
8. Satisfação com a prática da Atividade Física.

Para sistematização das subcategorias foram levados em consideração três aspectos: a presença de perguntas abertas; a existência de questões mistas que dispunham de afirmativas e negativas, concomitante com as perguntas que não dispunham do “sim” e do “não”; e as possíveis justificativas destacadas nas respostas dos frequentadores.

Com relação às perguntas abertas, no caso específico da subcategoria “Percepção dos frequentadores acerca dos Programas e Projeto da SEMES/PVH e SECEL/RO”, no momento da sistematização das respostas, a pesquisadora observou que a partir da aproximação das respostas em geral foram sendo delineadas duas situações: os frequentadores que “não tem conhecimento”, e outros que “tem conhecimento”.

Desta forma optou-se por manter as duas situações como síntese interpretativa da subcategoria, entretanto para fins de melhor compreensão, cabe destacar que foi considerado

como frequentadores de que “não tem conhecimento” aquele que se limitou a responder que “desconhecem” ou “não conhecem” os programas e projetos da SECEL/RO e SEMES/PVH.

Foram considerados como frequentadores que “tem conhecimento”, os que responderam:

- Ter percepção que os programas/projetos são desenvolvidos sem periodicidade a parti do oferecimento de atividades relacionadas ao esporte, lazer e ginástica aeróbica no Parque da cidade;
- Os que informaram que sabem que tem projetos, porém desconhecem o nome dos mesmos;
- E os que ressaltaram que existem, mas precisa melhorar as ações, pois são insuficientes, isolados e não atendem a demanda da população.

Para sistematização das questões mistas com e sem afirmativas e negativas, a pesquisadora, conforme destacado anteriormente, optou por manter as afirmativas e negativas para efeitos de apresentação estatísticas dos resultados.

Porém, a partir do quadro demonstrativo abaixo são ilustrados os aspectos qualitativos que “justificam” as respostas afirmativas e negativas, bem como informações complementares acerca de cada subcategoria.

**Quadro2.** Demonstrativo da sistematização qualitativa da categoria 3 - diagnóstico do atendimento e prática da Atividade Física e Esporte nos espaços, Porto Velho – RO, 2013.

Subcategoria	Justificativas
<b>Participação em Programas e Projetos da Secretaria.</b>	Do que responderam “sim”, informaram que participaram: - De campeonatos/eventos esportivos/JOER; dia do desafio; corrida do fogo; eventos e passeios ciclísticos; programa saúde da família; aulas de ginástica e dança.
<b>Programas ou Projetos de Promoção da Saúde da secretaria.</b>	Dos frequentadores que informaram “sim”, também salientaram que: Os programas e projetos não atendem a demanda populacional; Para outros atendem parcialmente a demanda.  Dos que responderam “não”: Não houve justificativas.
<b>Avaliação do Atendimento da Secretaria</b>	Dos frequentadores que avaliaram como “ruins”, destacaram que é devido: - Inexistência de ações contínuas nos espaços; e ações isoladas.
<b>Orientação Profissional no espaço</b>	Dos frequentadores que destacaram “sim”, informaram também que: - A orientação profissional é esporádica e insuficiente; - Outros salientaram que como ação de orientação profissional é feito avaliação do peso, estatura, medida da pressão arterial e orientação quanto ao uso dos aparelhos no parque da cidade; - Houve ainda, aqueles que informaram que ocorre mediante as aulas de ginástica e alongamento no parque da cidade. Dos que responderam “não”, evidenciaram: - Quando existe orientação nos espaços, é uma iniciativa geralmente de empresas privadas; - Outros relataram que no momento não existe, mas já teve.
<b>Utilização semanal do espaço</b>	Não houve justificativas
<b>Tempo de permanência no espaço</b>	Não houve justificativas



<b>Resultados da Prática da Atividade Física ou Esporte no espaço</b>	Dos frequentadores que destacaram ter alcançado benefícios, destacaram melhoras: - No condicionamento físico e cardiorrespiratório; Na saúde e qualidade de vida; e - Bem – estar físico; Dos que informaram não ter percebido resultados: - Destacaram que haviam iniciado a prática da Atividade Física muito recente, e, portanto, ainda não tinham percebido resultados.
<b>Satisfação com a prática de Atividade Física ou Esporte no Espaço</b>	Dos frequentadores que demonstrarão está satisfeitos: - não houve justificativas Dos frequentadores que destacaram insatisfação: - Evidenciaram que com sua prática individual de Atividade Física está muito satisfeito, porém, quanto aos espaços estão insatisfeitos; - Outros informaram que falta orientação profissional; melhoria da infraestrutura dos espaços; e aparelhos de academia ao livre em condições de uso e quantidades suficientes.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

### 3.4.2 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Para análise dos dados recorreu-se aos recursos qualitativos da análise de conteúdo e método de interpretação dos sentidos, para apresentação dos dados da entrevista, e aos recursos quantitativos do Programa estatístico SPSS, versão 17 para apresentação das categorias nominais e ordinais propostas no questionário de pesquisa e aplicação do teste qui-quadrado.

Na análise dos dados do grupo 1, a categorização foi inspirada na análise de conteúdo e fundamentada no método de interpretação de sentidos das categorias temáticas em conformidade com os objetivos da pesquisa. Com relação à apresentação dos dados do Grupo 2, as variáveis categóricas (nominal e ordinal) foram organizadas considerando a região de localização dos espaços na cidade (zona central, zona norte e zona leste).

Portanto, neste formato foram analisadas três zonas: Zona Central – analisaram-se as respostas dos frequentadores do espaço “Deroche”; Zona Norte, analisou-se os frequentadores dos espaços “Parque da Cidade” e “Espaço Alternativo”; e a Zona Leste, analisou-se os frequentadores do Skate Parque. Considerando a distribuição dos espaços por zona na cidade, foi aplicado o teste estatístico quiquadrado, e quando necessário o teste exato de Fisher, para fins de melhor compreensão, associação e precisão na análise das respostas.

De acordo com Barbetta (1999), o teste quiquadrado é utilizado quando se pretende testar a significância de associação entre duas variáveis qualitativas, que estão dispostas em categorias.

## **CAPITULO 4 – A PESQUISA: DIMENSÕES DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS**

Neste capítulo são apresentados os resultados adquiridos na pesquisa mediante o estudo realizado com o Grupo 1 (Grupo de Profissionais das SECEL/RO e SEMES/PVH), e o Grupo 2 (grupo dos Frequentadores dos Espaços de Atividade Física e Esporte), no que se refere ao objeto de estudo, “Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte” no Município de Porto Velho” em conformidade com os objetivos de pesquisa.

Para melhor compreensão dos dados e objeto de estudo da pesquisa, optou-se por dividir os resultados sob duas dimensões: a dimensão política a partir do olhar dos gestores e profissionais da Secretária Municipal e Estadual de Esporte e lazer (SECEL/RO e SEMES/PVH), e a dimensão social do ponto de vista dos frequentadores dos espaços de Atividade Física e Esporte.

A opção pela divisão em dimensões perpassa pelo interesse e embasamento teórico da pesquisa em analisar o objeto de estudo sob dois olhares: as Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte no Município de Porto Velho sob “o olhar político”, identificadas como sendo provenientes das informações dos gestores e profissionais da secretaria SEMES/PVH e SEMES/RO; e as Políticas Públicas quanto ao “olhar social”, como sendo oriundo dos frequentadores dos espaços de Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho.

Todavia, cabe enfatizar que para a apresentação dos resultados em dimensões considerou-se os objetivos de estudos da pesquisa, bem como foram respeitados os procedimentos de sistematização e interpretação dos dados para a entrevista e questionário, conforme propostos no capítulo anterior.

### **4.1 DIMENSÕES DOS RESULTADOS**

#### **4.1.1 DIMENSÃO POLÍTICA – O OLHAR DOS GESTORES E PROFISSIONAIS**

Neste tópico, dimensão política – olhar dos gestores e profissionais, são apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os sujeitos do grupo 1 do estudo, obedecendo a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011) e o método de interpretação de sentidos de Ferreira, Gomes & Minayo (2011).

Na perspectiva de ampliar a discussão em torno do objeto de estudo, Políticas Públicas para Atividade Física na cidade de Porto Velho, para o grupo 1 desta pesquisa, foram consideradas três categorias temáticas: a) mapeamento das Políticas Públicas para a Prática da Atividade Física e Esporte em Porto Velho; b) caracterização dos espaços para a prática de Atividade Física em Porto Velho; e c) caracterização do atendimento da SECEL/RO e SEMES/PVH à população no município de Porto Velho.

Para análise das categorias temáticas, foram utilizados quadros demonstrativos com transcrição das respostas e apreensão das particularidades dos dois subgrupos (GPS – RO e GPS – PVH), e posteriormente procedeu-se a análise de fragmentos das respostas de cada entrevistado de acordo com o subgrupo para fins de identificar as ideias explícitas e implícitas, procurando articular a hermenêutica (compreensão) e dialética (crítica).

#### a) Mapeamento das Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte em Porto Velho

**Quadro 3.** Demonstrativo das diretrizes norteadoras para planejamento, implantação e oferecimento da Atividade Física e Esporte, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Na época que estava lá, não tínhamos diretrizes, programas, e o que agente fazia era tentar ajudar as secretarias municipais do estado, inclusive a de Porto Velho, para que elas desenvolvessem as atividades em locais abertos, como praças.	Entrevistado 1 (PVH)	Infelizmente a secretara municipal não seguia nenhuma das diretrizes vindas do ministério do esporte, até porque o convênio que existia no município, funcionava na secretaria de educação, e era o Programa Segundo Tempo.
Entrevistado 2 (RO)	Não tem uma lei que estabelece a política pública no estado, bem como o planejamento, e implantação. O oferecimento da atividade física fica a critério do secretário que está ocupando a pasta. E cada um trabalha pra si e com ações diferenciadas.	Entrevistado 2 (PVH)	São diretrizes norteadoras, os programas e projetos da SEMES; a Lei Pelé do Ministério do Esporte; o Conselho Regional de Educação Física e a própria necessidade do município.
Entrevistado 3 (RO)	Não temos essas diretrizes, a única base legal que seguimos é a constituição do estado e os resultados das três conferências que foram realizadas no estado.	Entrevistado 3 (PVH)	Informou não tem conhecimento acerca do assunto, mas que os projetos da SEMES são norteados a partir do diagnóstico dos próprios profissionais da secretaria.
Entrevistado 4 (RO)	Não há diretrizes aprovadas, e escritas, mas se fomenta a promoção do lazer, cultura e esporte.	Entrevistado 4 (PVH)	São viabilizadas através dos editais divulgados pelo Ministério do Esporte relacionados ao esporte e atividade física, que são realizados de forma semestral e anual. A política está em fase de construção, mas a população tem sido atingida gradativamente com as atividades oferecidas. Entretanto, está em fase de aprovação no âmbito da legislação, o projeto de iniciação desportiva, bem como já existem dois projetos já legalizados na forma de Decreto – Lei: o Interdistrital e a Corrida de Voadeira.
Entrevistado 5 (RO)	Informou não ter disponibilidade e/ou agenda para participar da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Para o desenvolvimento das ações na SEMES, são considerados a realização de eventos esportivos e de lazer; a implantação de quadras e centros poliesportivos; e a conservação e restauração de núcleos esportivos.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 3, pode-se observar as respostas do grupo 1 (GPS – RO e GPS – PVH), no que se refere as diretrizes norteadoras para planejamento, implantação e oferecimento da Atividade Física e Esporte.

A partir da análise de fragmentos do conteúdo das respostas, verificou-se quanto ao planejamento e implantação:

No GPS – RO constatou-se os seguintes destaques:

**(entrevistado 1)** *“não tínhamos diretrizes”*;

**(entrevistado 2)** *“não tem uma lei específica”*;

**(entrevistado 3)** *“não temos estas diretrizes...seguimos a constituição do estado e os resultados das três conferências realizadas no estado”*;

**(entrevistado 4)** *“não há diretrizes aprovadas e escritas”*.

Com relação ao oferecimento, na análise do conteúdo das respostas propostas no quadro 3, pode-se destacar os seguintes fragmentos:

No GPS – RO,

**(entrevistado 1)** *“o que agente fazia era tentar ajudar as secretarias municipais do Estado”*;

**(entrevistado 2)** *“o oferecimento da atividade física fica a critério do secretário que ocupa a pasta”*;

**(entrevistado 4)** *“se fomenta a promoção da saúde, do lazer, da cultura e esporte”*.

No que se refere ao GPS – PVH, apenas o entrevistado 1 e 4 apresentaram destaques quanto ao oferecimento da Atividade Física e Esporte:

**(entrevistado 1)**, *“o convênio que existia no município, funcionava na secretaria de educação, e era o Programa Segundo Tempo”*;

**(entrevistado 4)** *“a população tem sido atingida gradativamente com as atividades oferecidas”*.

Estabelecendo uma relação dos fragmentos das respostas analisados com as categorias de análise temáticas propostas neste estudo, vislumbra-se como elemento predominante no GPS – RO, a ausência de diretrizes políticas voltadas para Atividade Física e Esporte e a existência de diretrizes políticas não consolidadas no GPS – PVH.

Além disso, pode-se inferir que ambos os GPS – RO, não tem critério e princípios legais específicos e padronizados para implantar e oferecer a Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho.

**Quadro 4.** Demonstrativo das políticas e Programas que norteiam os projetos de Atividades desenvolvidas nas Secretarias, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Com relação ao desenvolvimento de políticas e programas na secretaria agente não teve essa desenvoltura, principalmente com relação a capital Porto Velho, nos demais municípios, nos trabalhamos com parcerias.	Entrevistado 1 (PVH)	Não existem parâmetros nacionais para as políticas, e quanto aos programas, o que existe é um calendário de eventos regionais e atividades que são desenvolvidos em conformidade com a gestão do período. Tendo em vista que não existe uma política de estado, o que tem é uma política de governo.
Entrevistado 2 (RO)	Não há políticas e programas efetivados. Mas há em fase de construção um anteprojeto de Lei fundamentado na legislação federal e na 1ª, 2ª e 3ª Conferencia Estadual de Esportes que cria no âmbito do Estado de Rondônia o sistema estadual de esportes e lazer e institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providencias.	Entrevistado 2 (PVH)	No âmbito dos programas efetivados, a escolinha de iniciação desportiva é o carro chefe. Com relação a promoção de atividades físicas, o foco são as atividades de lazer promovida pelo programa melhor idade, que constitui parte da política do município.
Entrevistado 3 (RO)	Temos o projeto de lei que trata do sistema estadual de desporto, que está sustentado nas diretrizes do ministério do esporte, no conselho nacional do esporte e nas três conferências nacionais.	Entrevistado 3 (PVH)	Em nível municipal, foram aprovados na Câmara dos vereadores a Lei que institui a Corrida de Voadeira, e a Lei que institui os Jogos Interdistrital.
Entrevistado 4 (RO)	A secretaria dispõe de um projeto que propõe a criação do Sistema Estadual de Esporte e Lazer, que já está com o parecer da Procuradoria Geral do Estado e o mesmo está nos tramites finais para ser enviado para aprovação na Assembleia Legislativa.	Entrevistado 4 (PVH)	Tais políticas e programas são fundamentados e dependem exclusivamente dos critérios de seleção do Ministério do Esporte, e estes devem estar articulados com a política (contato políticos e partidários).
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Política de atendimento às crianças no contra turno; atividades para os idosos, adultos e adolescentes; pessoas com necessidades especiais.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 4, está representado o demonstrativo das respostas da subcategoria “Políticas e programas que norteiam os projetos e atividade voltadas para Atividade Física desenvolvidas pelas secretarias em ambos os grupos (GPS – RO e GPS – PVH) . Verificou-se o seguinte:

No grupo GPS – RO,

**(entrevistado 1)** “na secretaria agente não teve essa desenvoltura...com relação a capital, nos demais municípios, nos trabalhamos com parcerias”;

**(entrevistado 2)** “não há políticas e programas efetivados...há em fase de construção um anteprojeto de Lei fundamentado na legislação federal e na 1ª e 2ª Conferencia Estadual

*de Esporte e Lazer que cria...o sistema estadual de esportes e lazer e institui normas gerais sobre o desporto”;*

**(entrevistado 3)** *“Temos o projeto de lei que trata do sistema estadual de desporto”;*

**(entrevistado 4)** *“dispõe de um projeto que propõe a criação do Sistema Estadual de Esporte e Lazer”.*

Com relação ao GPS – PVH:

**(entrevistado 1)** *“não existem parâmetros nacionais para as políticas e quanto aos programas, o que existe é um calendário de eventos regionais e atividades que são desenvolvidos em conformidade com a gestão do período”;*

**(entrevistado 2)** *“dos programas efetivados, a escolinha de iniciação desportiva é o carro – chefe...a promoção da atividade física, o foco são as atividades de lazer”;*

**(entrevistado 3)** *“em nível municipal...a Lei que institui a Corrida de Voadeira e a Lei que institui os Jogos Interdistrital”;*

**(entrevistado 4)** *“dependem exclusivamente dos critérios de seleção do Ministério do Esporte...articulados com a política (contato político e partidários)”;*

**(entrevistado 5)** *“políticas de atendimento as crianças no contra turno; atividades para os idosos, adultos e adolescentes; pessoas com necessidades especiais”.*

A partir da análise acima, os resultados possibilitam afirmar que no GPS – RO, não há políticas e programas institucionalizado, entretanto, existem perspectivas futuras para a Criação do Sistema Estadual de Esporte e Lazer.

Quanto ao GPS – PVH, os resultados permitem a compreensão de que há programas instituídos para a prática da Atividade Física e Esporte, porém não existem políticas públicas consolidadas para a área.

Além disso, faltam ações na área que estimule a participação da sociedade cível, promova a descentralização política por parte dos gestores, e institua uma Política de Estado que contemple a necessidade de descentralização política pode destacar os seguintes fragmentos da fala no GPS – PVH:

**(entrevistado 1)** salientou que *“não existe uma política de estado, o que tem é uma política de governo”;*

**(entrevistado 4)** enfatizou que *“tais políticas e programas...devem estar articulados com a política (contato político e partidário)”.*

**Quadro 5.** Demonstrativo dos Programas e projetos desenvolvidos nas secretarias, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	No âmbito do governo federal, nós tínhamos o Programa Segundo Tempo, mas ele foi voltado pra escolas, não foi para comunidade em geral. Quanto aos projetos, a partir das parcerias estabelecidas, agente apoiava os projetos voltados para o esporte e lazer (escolinhas de iniciação esportiva) e na zona sul da cidade, nós apoiávamos as ações desenvolvidas pela associação, no qual participam indivíduos diabéticos da comunidade.	Entrevistado 1 (PVH)	No período em que estive como gestora da SEMES, desenvolvi o Programa Tenda do Esporte em três locais da cidade (parque da cidade, skate parque e parque ecológico). No programa a SEMES disponibilizava acadêmicos e profissionais de Educação Física para atendimentos nos espaços com a realização de anamnese, avaliação física e orientação aos praticantes de atividade física nos espaços. Os projetos marcantes na secretária municipal e que se tornaram lei na câmara de vereadores, é sem dúvida nenhuma é o Interdistrital, no qual são desenvolvidas as modalidades de futebol e voleibol no Baixo Madeira e em todos os distritos do baixo madeira e ao longo da BR 364. Outro evento é a corrida de voadeira que mexe bastante com a população ribeirinha.
Entrevistado 2 (RO)	Não há programas. A única ação que conseguimos na gestão do governo atual foi reviver os Jogos Intermunicipais de Rondônia, e que já tinham 25 anos que não eram realizados. Esta é a grande atividade da SECEL na área específica de esportes. Quanto aos projetos, temos o projeto de formação de árbitros na várias modalidades.	Entrevistado 2 (PVH)	Programa Vida Saudável, que teve como foco o esporte e o lazer. No cenário do esporte, foram criados os projetos de iniciação desportiva, a copa futsal e a copa de judô. No lazer, foi instituído o Programa Porto Velho em Movimento, que foi disseminado através do projeto rua de lazer e o projeto melhor idade. Também foi desenvolvido como lazer, o projeto Brincando nos distritos, torneio Interdistrital, corrida de voadeira, festival de praia e Academia Alternativa.
Entrevistado 3 (RO)	Apenas o Projeto de Lei para a criação do sistema Estadual do desporto, que seria a porta de entrada para a implantação da política pública de esporte no Estado.	Entrevistado 3 (PVH)	A SEMES oferece projetos de longa duração (prioritários) e os projetos de curta duração. São projetos prioritários: Academia Alternativa e Escolinhas Esportivas. São Projetos de curta duração: Jogos Interdistrital; Corrida de voadeira; Festival de praia do Abunã; copa porto velho de futsal e idoso ativo.
Entrevistado 4 (RO)	Temos o projeto Lei do Incentivo ao esporte que está sendo reformulado, pois na lei anterior tem um vício de origem. Anteriormente a lei foi originada na Assembleia, e só depois veio para SECEL, e agora a lei está sendo elaborada na SECEL e enviada para Assembleia para aprovação. Temos ainda, o projeto Bolsa Atleta que consiste num projeto elaborado para incentivar os atletas de ponta.	Entrevistado 4 (PVH)	A SEMES desenvolve o Programa Esporte e Lazer, e dentro desse programa são contemplados os projetos: Interdistrital, corrida de voadeira, rua de lazer, academia alternativa, escolinhas desportivas, festivais de praia, idoso ativo, paraporto, entre outros. São considerados projetos prioritários: Academia Alternativa, Rua de lazer; Escolinhas Desportivas, e Idoso Ativo.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Nas Semes são desenvolvidos: Academia Alternativa; Escolinhas Esportivas; Melhor Idade; Eventos de esporte e lazer do calendário da secretaria; Rua de Lazer; Jogos do Servidor Público Municipal; Interdistrital; Copa Porto Velho de Futsal; Festival de Praia de Fortaleza do Abunã e Jacy Paraná; Ruralzão; Corrida de Voadeira; Natal Esportivo; Porto Velho Open de Esporte; Para todos; Eventos conveniados (parcerias); Dia do Desafio; Corrida do Baton; Corrida Ciclística; Corrida Natalina.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 5, está organizado o demonstrativo de ambos os grupos (GPS – RO e GPS – PVH) no que se refere aos “programas e projetos desenvolvidos na secretaria”. Sendo que a partir da análise de fragmentos da fala dos entrevistados verificou-se o seguinte: No grupo GPS – RO,

**(entrevistado 1)**, destacou *“no âmbito do governo federal...o Programa Segundo Tempo...a partir das parcerias estabelecidas...os projetos voltados para o esporte e lazer (escolinhas de iniciação esportiva) e na zona sul da cidade, nós apoiávamos as ações desenvolvidas pela associação...participam indivíduos diabéticos da comunidade;*

**(entrevistado 2)**, *“não há programas. A única ação na gestão de governo atual... foi reviver os Jogos Intermunicipais de Rondônia...temos o projeto de formação de árbitros...”;*

**(entrevistado 3)** *“apenas o Projeto de Lei para a Criação do sistema estadual do desporto...”;*

**(entrevistado 4)**, *“temos o projeto Lei do incentivo ao esporte que está sendo reformulado...temos ainda o projeto Bolsa Atleta...”.*

Quanto ao GPS – PVH observou-se o seguinte:

**(entrevistado 1)**, *“desenvolvi o Programa Tenda do Esporte em três locais da cidade (parque da cidade, skate parque e parque ecológico)...Os projetos marcantes na secretaria municipal...é o Interdistrital...e a corrida de voadeira...”;*

**(entrevistado 2)**, *“Programa Vida Saudável...projetos de iniciação desportiva, a copa futsal e a copa de judô...o Programa Porto Velho em Movimento...disseminado através do projeto rua de lazer e projeto melhor idade...o projeto brincando nos distritos, torneio Interdistrital, corrida de voadeira, festival de praia e Academia Alternativa;*

**(entrevistado 3)**, *“projetos prioritários: Academia Alternativa e Escolinhas Esportivas...projetos de curta duração: Jogos Interdistrital; Corrida de voadeira; Festival de Praia do Abunã; copa Porto Velho de futsal e idoso ativo”;*

**(entrevistado 4)** *“o Programa Esporte e Lazer...são contemplados os projetos: Interdistrital, corrida de voadeira, rua de lazer, academia alternativa, escolinhas desportivas, festivais de praia, idoso ativo, paraporto...projetos prioritários: Academia Alternativa, Rua de Lazer, Escolinhas Desportivas, e Idoso Ativo;*

**(entrevistado 5)**, *“são desenvolvidos: Academia Alternativa; Escolinhas Esportivas; Melhor Idade; Eventos de Esporte e Lazer; rua de lazer; Jogos do Servidor Público Municipal; Interdistrital; Copa Porto Velho de Futsal; Festival de Praia de Fortaleza do Abunã e Jacy Paraná; Ruralzão; Corrida de Voadeira; Natal Esportivo; Porto Velho Open*



*de Esporte; Para todos; Eventos conveniados (parcerias); Dia do Desafio; Corrida do Batom; Corrida ciclística; corrida natalina”.*

Estabelecendo uma relação dos fragmentos das repostas, podem-se evidenciar as seguintes interpretações acerca dos Programas e Projetos desenvolvidos: no GPS – RO, não há programas consolidados e/ou em desenvolvimento, entretanto os que já foram desenvolvidos tomaram por base a esfera federal, como foi o caso do Programa Segundo Tempo.

No que se refere aos projetos, na gestão atual, são desenvolvidos os Jogos Intermunicipais de Rondônia, o Projeto de Formação de árbitros e o Projeto Bolsa Atleta. Além disso, existem projeções futuras para a Criação do Projeto de Lei para criação do sistema Estadual do desporto e quanto à reformulação do projeto Lei do Incentivo ao Esporte.

Em se tratando do GPS – PVH, as repostas possibilitaram inferir as seguintes interpretações: a SEMES/PVH dispõe de programas e projetos instituídos pela respectiva secretaria. Todavia, no âmbito legal, muitos deles não são planejados, consolidados e implementados com perspectiva de continuidade, no caso do Programa Tenda do Esporte.

Por outro lado, as respostas possibilitam identificar a existência de subdivisões dos projetos entre: projetos marcantes, projetos prioritários de longa duração e os projetos de curta duração.

Como projetos marcantes, o entrevistado 1, considerou os projetos legalmente instituídos: o Interdistrital e a Corrida de Voadeira; e no que se refere aos projetos prioritários de longa duração, o entrevistado 3, especificou o Projeto Academia Alternativa e as Escolinhas Esportivas, bem como destacou como sendo projetos de curta duração: os Jogos Interdistrital, corrida de voadeira, Festival de Praia do Abunã, Copa Porto Velho de Futsal e Idoso Ativo.

A partir desta subdivisão pode-se inferir que tal situação interliga-se diretamente com a base legal e a finalidade de cada projeto, ou objetivo (promoção do esporte, lazer e/ou saúde), propondo assim o entendimento da existência da nomenclatura “Esporte e Lazer” como pontos relevantes para organização e desenvolvimento dos Programas, como é o caso do Programa Vida Saudável e de Programas voltados apenas para o Lazer, o Programa Porto Velho em Movimento, bem como para estruturação dos projetos.

Deste modo, vislumbra-se que dentro desses programas, estão incluídos os projetos “de Esporte” e “de Lazer”. A exemplo disso, como projetos de “*Esporte*”, o entrevistado 2, destaca os projetos específicos de Esporte (iniciação esportiva, copa futsal e copa judô) e

voltados para o Lazer (projeto brincando nos Distritos, Torneio Interdistrital, Corrida de Voadeira, Festival de Praia e Academia Alternativa).

De forma mais abrangente, o entrevistado 5, utilizando da nomenclatura “*Programa Esporte e Lazer*” enfatiza a existência dos seguintes projetos: Interdistrital, corrida de voadeira, rua de lazer, Academia Alternativa, Escolinhas Desportivas, Festivais de Praia, Idoso ativo, Paraporto, entre outros.

Outro ponto importante refere-se que no GPS – PVH, ao nome “nomenclatura” atribuído aos Programas da SEMES/PVH sofreu mudanças que permearam “Tenda do Esporte” (entrevistado 1); “Programa Vida Saudável” e Porto Velho em Movimento” (entrevistado 2) e “Programa Esporte e Lazer” (entrevistado 4).

**Quadro 6.** Demonstrativo do público atendido pelos programas e projetos das Secretarias, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	A comunidade em geral. As atividades eram oferecidas a comunidade através de escolinhas nas mais variadas modalidades esportivas.	Entrevistado 1 (PVH)	A população em geral, nos seus diferentes segmentos e faixas etárias.
Entrevistado 2 (RO)	Durante o JIR e os cursos de arbitragem, o público que geralmente é atendido pela SECEL é formado pelas federações, profissionais de Educação Física, Mas, não existem programas e/ou projetos específicos para atendimento da comunidade em geral.	Entrevistado 2 (PVH)	Crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.
Entrevistado 3 (RO)	Mediante as ações desenvolvidas, em geral, as federações e profissionais da área são atingidas, mas sem critério nenhum.	Entrevistado 3 (PVH)	O público atendido na Semes é composto por toda a população (crianças, adolescentes, jovens, adultos, ribeirinhos e idosos).
Entrevistado 4 (RO)	A secretaria atende os municípios (secretarias municipais); as associações de bairros, as federações esportivas nas mais diversas modalidades.	Entrevistado 4 (PVH)	Os programas e projetos da SEMES são pensados para atender igualmente todos os segmentos da população. Dentro dos projetos prioritários da secretária, são contemplados em média sete mil pessoas por ano; o projeto rua de lazer – aproximadamente doze mil pessoas; as escolinhas de iniciação desportiva – atendem cerca de 600 crianças e o Idoso Ativo, em média 120 pessoas. Nas escolinhas, o critério de seleção é livre, a participação é gratuita, e participam estudantes com idade entre 7 a 15 anos que pertence a rede estadual, municipal e privada.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	População em geral da capital e distritos.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 6, foram apresentados o demonstrativo das respostas do “Público atendido pelos programas e projetos da secretária”.

Mediante a análise de fragmentos da fala dos entrevistados, constatou-se o no GPS – RO que a SECEL/RO atende o seguinte público:

**(entrevistado 1)** “*a comunidade em geral...*”;

**(entrevistado 2)** “*... federações, profissionais de Educação Física...*”;

**(entrevistado 3)**, “*...as federações e profissionais da área...*”;

**(entrevistado 4)**, “*...atende igualmente os segmentos da população...*”;

**(entrevistado 5)**, *população em geral da capital e distritos.*

Mediante a análise dos fragmentos analisados, foi possível estabelecer as seguintes interpretações: no GPS – RO, o público atendido é constituído de forma específica por profissionais da área de Educação Física; instituições públicas municipais, no caso as secretarias municipais na área de esportes e lazer existente no Estado de Rondônia; a federações esportivas e as associações de bairro.

Em se tratando do GPS – PVH, o público contempla um contingente populacional (capital e distritos), bem como abrange os diferentes segmentos e faixas etárias, contemplando da criança ao idoso.

Cabe enfatizar que muito embora no GPS-RO, tenha sido destacado pelo entrevistado 1, o atendimento a comunidade em geral, entende-se que a SECEL/RO enquanto órgão público representativo do governo no Estado de Rondônia necessita articular ações no âmbito das políticas governamentais que possibilitem propor caminhos, alternativas ou meios para que a população seja atendida de forma significativa e de acordo com suas necessidades.

Além disso, pode-se destacar, tomando por base a fala do entrevistado 4 (PVH):

“*...nos projetos prioritários, são contemplados em média sete mil pessoas por ano; o projeto rua de lazer, aproximadamente doze mil pessoas; as escolinhas de iniciação desportiva, cerca de 600 crianças e o Idoso Ativo, em média 120 pessoas...*”.

Cabe salientar que mesmo diante da perspectiva positiva das ações da secretaria contemplar todos os segmentos da população, o quantitativo de pessoas contemplado pelos projetos da SEMES/PVH apresenta-se ainda de forma insuficiente e muito aquém da realidade populacional do município de Porto Velho.

Deste modo, enfatiza-se a necessidade de ampliação dos projetos, ações e recursos humanos para atendimentos das necessidades do município.

**Quadro 7.** Demonstrativo da organização das atividades para atendimento a população do município, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Na secretaria havia um cronograma de atividades, muito flexível, e que nem sempre era cumprido conforme o proposto no papel.	Entrevistado 1 (PVH)	Todas as ações da SEMES/PVH eram planejadas em equipe e de forma democrática. Eram feitas reuniões uma vez por mês para planejamentos dos eventos a serem realizados em conformidade com as necessidades da população. Ao final de cada evento, para fins de registro, os projetos e os resultados eram guardados em um arquivo, para que as próximas gestões tomassem conhecimento do que foi realizado.
Entrevistado 2 (RO)	As atividades e/ou ações da SECEL são discutidas e planejadas em dezembro de cada ano, mas não há continuidade, todo ano é feito, mas um ano com uma ação, outro ano com outra.	Entrevistado 2 (PVH)	Existe um planejamento anual das atividades e/ou ações no qual constam as atividades que serão desenvolvidas durante todo o ano. Os profissionais que atuam nos programas e projetos são formados em Educação Física.
Entrevistado 3 (RO)	Existe um planejamento anual, mas a organização das atividades apresenta-se em conformidade com gestor em exercício na secretaria. Não existem critérios, porque não existem leis.	Entrevistado 3 (PVH)	Existe na SEMES um cronograma de realização de projetos e atividades, entretanto, por questões administrativas e políticas, por muitas das vezes o cronograma não é seguido e/ou respeitado. Mas geralmente tem-se cumprido pelo menos 80% do mesmo. A secretaria dispõe de projetos que são desenvolvidos durante o ano, e compreende os meses de março a novembro (são os projetos prioritários) e os projetos de curta duração são desenvolvidos em data previamente estabelecida. Os projetos são idealizados e executados pelos profissionais de Educação Física.
Entrevistado 4 (RO)	Existe um cronograma anual, na qual são incluídas as ações das federações, e instituição parceiras. O JIR – Jogos Intermunicipais de Rondônia, instituído pelo decreto-lei nº 1694 de 1983 é o carro chefe da secretaria. Contudo, o desenvolvimento, amplitude e/ou extensão das atividades previstas no cronograma levam em consideração os recursos financeiros.	Entrevistado 4 (PVH)	Existe um cronograma que é planejado em janeiro de cada ano, baseado na disponibilidade de recursos.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Existe um calendário esportivo na SEMES, porém no ano de 2013, em função do remanejamento administrativo da Prefeitura, esta secretária não dispõe de um calendário oficial.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 7, estão apresentados o demonstrativo das respostas da “organização das atividades para atendimento a população de Porto Velho” de ambos os grupos (GPS – RO e GPS – PVH).

Observaram-se os seguintes resultados quanto ao processo de organização das atividades.

No GPS – RO:

(**entrevistado 1**) salientou que *“havia um cronograma de atividades muito flexível”*;

(**entrevistado 2**), destacou que *“as atividades e/ou ações são discutidas e planejadas em dezembro de cada ano”*;

(**entrevistado 3**), informou que *“existe um planejamento anual”*;

(**entrevistado 4**), salientou que *“existe um cronograma anual”*.

Com relação ao GPS – PVH cabe destacar os seguintes fragmentos:

(**entrevistado 1**) informou que *“as ações...eram planejadas em equipe e de forma democrática...uma vez por mês”*;

(**entrevistado 2**), destacou que *“existe um planejamento anual de atividades”*;

(**entrevistado 3**), ressaltou que *“existe...um cronograma de realização de projetos de atividades”*;

(**entrevistado 4**), especificou que *“existe um cronograma...planejado em janeiro de cada ano”*.

A partir da análise dos fragmentos das respostas, verificou-se que predomina dentre as respostas à organização das atividades nas secretarias SECEL/RO e SEMES/PVH, obedecendo a uma estruturação anual de atividades. Com exceção para o entrevistado 1 (PVH), que enfatizou a estruturação mensal.

Os dados possibilitaram observar ainda a presença de divergências entre a nomenclatura atribuída para os processos de organização das atividades em ambos os subgrupos.

No GPS/RO, o entrevistados 1 e 4, utilizaram a nomenclatura *“cronograma”*, enquanto que o 2 e 3 especificaram como sendo *“planejamento”*.

E com relação ao subgrupo GPS/PVH, os entrevistado 1 e 2 utilizaram a palavra *“planejamento”*, o entrevistado 3 e 4, *“cronograma”* e o 5 *“calendário”*.

Observou-se também ainda a presença de uma instabilidade no que se refere ao desenvolvimento e continuidade da estruturação de atividades proposta para cada ano.

Tal fato pode ser observado em maior proporção no GPS – RO, do que no GPS – PVH, conforme análise de fragmentos abaixo.

No GPS – RO:

(entrevistado 1) evidenciou que *“...havia um cronograma de atividades...que nem sempre era cumprido conforme o proposto no papel”*;

(entrevistado 2) destacou que *“As atividade...são discutidas e planejadas...mas não há continuidade...um ano com uma ação, outro ano com outra”*;

(entrevistado 3), destacou *“...a organização das atividades...em conformidade com o gestor em exercício na secretaria...não existe critérios...não existem leis”*.

No GPS – PVH:

(entrevistado 3) destacou que *“...existe um cronograma...entretanto por questões administrativas e políticas...têm-se cumprido pelo menos 80% do mesmo...”*;

(entrevistado 5), salientou que *“...no ano de 2013, em função do remanejamento administrativo da Prefeitura, esta Secretaria não dispõe de um calendário oficial”*.

Ademais, identificou-se dentre as respostas que a disponibilidade de recursos, também influencia na organização das atividades, conforme exposto:

Na fala do entrevistado 4 (RO) *“o desenvolvimento, amplitude e/ou extensão das atividades previstas no cronograma levam em consideração os recursos financeiros”*.

E na fala do entrevistado 4 (PVH) *“...é planejado em janeiro de cada ano, baseado na disponibilidade de recursos”*.

Neste contexto, pode-se afirmar que a organização das atividades para atendimento a população do município de Porto Velho seguem uma estrutura anual, que é planejada entre os meses de dezembro a janeiro.

Entretanto, são considerados como critérios para o planejamento fatores como:

- Disponibilidade de recursos (entrevistado 4 – PVH e entrevistado 4 – RO);
- Importância do planejamento em equipe e de forma democrática (entrevistado 1 – PVH) e
- Formação e qualificação adequada dos profissionais tanto para organização, quanto desenvolvimento e oferecimento das atividades (entrevistado 2 e 3 – PVH).

Em relação aos critérios considerados para planejamento, cabe destaque para ausência de ações participativas da sociedade civil, através dos conselhos municipais, uma vez que acordo com a análise dos fragmentos de fala dos entrevistados foi possível constatar como sendo inexistentes.

### b) Categoria 3 - Caracterização dos espaços públicos para prática da Atividade Física e Esporte em Porto Velho

**Quadro 8.** Demonstrativo da estrutura Física dos espaços públicos para oferta da Atividade Física e Esporte, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Nós não temos estrutura, os CEDELS não oferecem condições nenhuma para treinamento. O Claudio Coutinho está indisponível.	Entrevistado 1 (PVH)	Quanto a estrutura física o município conseguiu avançar, pois pode-se verificar melhorias na infraestrutura, a construção de novas praças e também novas quadras nas escolas, e que hoje podem ser considerados espaços diversificados para a prática da Atividade Física.
Entrevistado 2 (RO)	Os espaços apresentam-se desorganizados, sem legalização e perpassam por um período de escrituração. O terreno do Estádio Aluísio Ferreira, recebeu a escritura agora em 2012, mais de sessenta anos depois. O terreno do Cláudio Coutinho e Deroche está em fase de reconhecimento, porque ali pertence a aeronáutica. Os terrenos dos cedels, nenhum tem escritura, porque o município não regularizou todos seus bairros. A desordem e invasão ocasionaram estes problemas.	Entrevistado 2 (PVH)	Alguns espaços precisam de reforma urgente, como por exemplo, as quadras dos bairros: Nacional, Esperança da Comunidade e Castanheiras, e inclusive já existem processo em tramitação sobre tais reforma. Não existe padronização nenhuma dos espaços.
Entrevistado 3 (RO)	Olha os CEDELS que foram criados na época da SUDER, é uma ideia sem dúvida maravilhosa, espetacular. Porém, como eu tenho falado, é uma falta de política pública, ele foi criado, mas para interesse do governo, não foi para interesse do estado. O que aconteceu depois da construção, nada, ele ficou jogado, ficou a mão de alguém, então a falta de políticas públicas, causaram grande problema. Espaços nós temos, o estado ele é incompetente, sem dizer ofensa, por favor, ele é incompetente no trato desta questão, não tem competência para trabalhar, para arrumar, pra manter, esses espaços.	Entrevistado 3 (PVH)	Não existe padronização nos espaços nas praças, quadras de areia, porém as quadras cobertas são padronizadas.
Entrevistado 4 (RO)	Os espaços tão sucateados há aproximadamente 20 anos. Não há padronização dos espaços. O Ginásio Claudio Coutinho é da década de 80.	Entrevistado 4 (PVH)	Precisam ser reformados e revitalizados. Ainda não há uma padronização, mas pretende-se futuramente padronizar o local com as cores da bandeira do município.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Atualmente, a estrutura física dos espaços esportivos e de lazer encontra-se incipiente e adaptada conforme a realidade. Não existe padronização.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 8, está organizado o demonstrativo das respostas acerca da “Estrutura física dos espaços para oferta da Atividade Física e Esporte” na cidade de Porto Velho em ambos os grupos.

No GPS – RO verificou-se:

(**entrevistado 1**), salientou: *“nós não temos estrutura, os CEDELS não oferecem condições...o Cláudio Coutinho está indisponível”*;

(**entrevistado 2**), destacou que *“os espaços apresentam-se desorganizados, sem legalização”*;

(**entrevistado 3**), informou que *“...espaços nós temos, o estado...não tem competência para trabalhar...arrumar...manter esses espaços”*;

(**entrevistado 4**), ressaltou que *“os espaços estão sucateados...não há padronização dos espaços...”*.

No GPS – PVH observou-se:

(**entrevistado 1**), *“...o município conseguiu avançar...pode-se verificar melhorias na infraestrutura, a construção de novas praças...novas quadras na escolas...que hoje pode ser considerados espaços diversificados para a prática da Atividade Física”*;

(**entrevistado 2**), *“...alguns espaços precisam de reforma urgente...as quadras dos bairros Nacional, Esperança da Comunidade e Castanheiras...existem processo em tramitação sobre tais reformas...não existe padronização nenhuma de espaços”*;

(**entrevistado 3**), *“não existe padronização nos espaços, nas praças, quadras de areia...as quadras cobertas são padronizadas”*;

(**entrevistado 4**), *“precisam ser reformados e revitalizados...não há padronização...pretende-se futuramente padronizar o local...”*;

(**entrevistado 5**), *“...a estrutura física dos espaços esportivos e de lazer encontra-se incipiente e adaptada conforme a realidade...não há padronização”*

Ao analisar os fragmentos das respostas em ambos os subgrupos (GPS – RO e GPS – PVH), constatou-se a ausência de padronização dos espaços para atendimento à população.

Quanto à estrutura física propriamente dita, os fragmentos analisados possibilitam destacar: No GPS – RO houve destaques importantes para falta de estrutura física adequada, tendo em vista que os espaços estão “sucateados” e não oferecem condições de uso, e deste modo, necessita de reformas urgentes e/ou revitalização.

Em se tratando do GPS – PVH cabe enfatizar que os entrevistados destacaram avanços na infraestrutura e melhorias dos espaços, entretanto destacaram a necessidade de reforma urgente dos espaços, em especial das quadras.



**Quadro 9.** Demonstrativo dos espaços públicos disponíveis para a prática de Atividade Física e Esporte na cidade, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Quantificar o número exato não, mas tem o Deroche que foi reformado recente; o CEDEL da Jatuarana, que esta sob os cuidados da associação daquela localidade; e o CEDEL do Ulisses Guimarães.	Entrevistado 1 (PVH)	No município, tem o Parque da Cidade, o espaço melhor conservado e onde tem a maior participação do público; o Skate Parque, que foi feito um reparo e agora estaria com uma grande obra, que seria o Parque da Juventude. A reforma é oriunda do governo Federal, a partir do programa PAC3, mas penso que será embargada, pois as obras já estão paradas há bastante tempo. Entretanto, mesmo em reforma tem muita gente utilizando o espaço, porque o parque é bem grande. O outro espaço é o parque circuito, um local histórico e o espaço mais antigo de atividade física da cidade, é o segundo maior seringal urbano do Brasil, mas está no abandono, não tem recebido cuidado. Nos bairro tem as quadras poliesportivas, praças esportivas, um ginásio e campos de futebol. Nos distritos, existem quadras de areia, ginásios e campo de futebol.
Entrevistado 2 (RO)	Nós temos o estádio Aluísio Ferreira que agora está interditado por força do corpo de bombeiros. Temos o Deroche, Claudio Coutinho, que também está interditado há alguns anos para reforma. Temos os CEDELS (dois na zona sul, um na zona norte, dois na zona leste), sendo que o CEDEL da jatuarana foi passado pra associação, porque nós não tínhamos pessoas para trabalhar ali. No total são sete CEDELS, cinco na capital e dois no interior.	Entrevistado 2 (PVH)	01 ginásio, conhecido como Dudu, na zona sul da cidade; 01 quadra no Bairro Nacional; 01 quadra no Bairro Esperança da Comunidade; 01 quadra no Bairro Três Marias; 01 quadra no Bairro Aponiã, neste local tem-se uma previsão de instalar uma academia ao ar livre; 01 quadra no Bairro Castanheiras, que foi uma obra de compensação social. O parque Circuito que está sob a responsabilidade da aeronáutica; o Skate Parque, que está sob os cuidados da SINDESTUR; o parque da cidade que está sob a responsabilidade da ENDUR; a Praça do Contorno, no marechal Rondon, sob os cuidados da SINDESTUR.
Entrevistado 3 (RO)	Temos aqui em Porto Velho os CEDELS que tem um ou dois que esta sendo bem conservado. Um é o caso do Ulisses Guimarães que ele vai pela voluntariedade de quem esta lá trabalhando, e essas duas pessoas que trabalham lá dentro, eles são improvisados lá, porque o estado não tem pessoal pra botar lá, não tem eletricista, não tem pedreiro, não tem zelador, não tem vigia, então tudo isso vai acarretando problema vai se somando problema. Então eu diria que hoje pra usar corretamente, tem o CEDEL do Ulisses e claro o Complexo Deroche Pequeno Franco.	Entrevistado 3 (PVH)	Não sei informar ao certo, mas há uma quantidade diversificada de quadras poliesportivas e praças, um ginásio, e os parques (Parque da cidade, Skate Parque).
Entrevistado 4 (RO)	No município de Porto Velho sob a responsabilidade da SECEL, existem seis CEDELS; 01 Estádio Aluísio Ferreira; 01 Ginásio de Esporte (Fidoca). Estes estão em processo licitatório de recuperação (reforma).	Entrevistado 4 (PVH)	São aproximadamente 20 espaços, distribuídos entre a cidade e os distritos do município. São eles: Ginásio Eduardo Lima e Silva; Parque Circuito; Quadra Poliesportiva Três Marias; Quadra Nacional; Quadra da Esperança da Comunidade; Quadra Castanheiras; Centro de Esportes Rio Guaporé; Centro de Esportes Jardim Santana; Centro de Esportes Três Marias; Quadra Poliesportiva Distrito de São Carlos; Quadra Poliesportiva Distrito de Calama; Quadra Poliesportiva Distrito de Extrema; Quadra poliesportiva Vista Alegre; Quadra Poliesportiva do Abunã.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Na zona leste (Skate Parque – Praça Esportiva; a Quadra Poliesportiva do Três Marias; o Espaço de Esporte e Lazer Parangato; a Quadra Poliesportiva Esperança da Comunidade); na zona sul (o Centro Esportivo Nova Floresta; o Ginásio Poliesportivo Eduardo Lima e Silva; o Espaço Esportivo Abrobrão; a Quadra Esportiva Castanheira); na zona norte (o Parque da Cidade; a Praça Dominó; o Espaço de Esporte e Lazer Conjunto Santo Antônio; a Praça do Contorno; a Quadra Poliesportiva do Nacional; o Parque Circuito). Nos distritos (existem quadras poliesportivas em Calama, São Carlos, Extrema, Distrito de Fortaleza do Abunã).

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 9, está organizado o demonstrativo das respostas referente aos “Espaços disponíveis para a prática de Atividade Física e Esporte”. Os resultados evidenciaram:

No GPS – RO,

(entrevistado 1), enfatizou que não sabe “*quantificar o número exato...tem o Deroche...o CEDEL da jatuarana...o CEDEL do Ulisses Guimarães*”

(entrevistado 2), “*temos o Estádio Aluísio Ferreira...interditado por força do corpo bombeiros...temos o Deroche com o Cláudio Coutinho...também interditado...Temos os CEDELS (dois na zona sul, um na zona norte, dois na zona leste), sendo que o CEDEL da jatuarana foi passado pra associação, porque não tinha pessoas para trabalhar...no total são sete CEDELS, cinco na capital e dois no interior*”;

(entrevistado 3), “*...em Porto Velho os CEDELS...dois bem conservado... Um é o caso do Ulisses Guimarães que...vai pela voluntariedade de quem ta trabalhando...porque o estado não tem pessoal pra botar lá...e claro o Complexo Deroche Pequeno Franco*”

(entrevistado 4) “*No município de Porto Velho...existem seis CEDELS, estádio Aluísio Ferreira...Ginásio de esportes (Fidoca)..em processo licitatório de recuperação (reforma).*

No GPS – PVH,

(entrevistado 1), “*No município...o Parque da Cidade...o Skate Parque...o Parque Circuito...Nos bairros, as quadras poliesportivas, praças esportiva, um ginásio e campos de futebol. Nos Distritos...quadras de areia, ginásios e campo de futebol*”;

(entrevistado 2), “*01 ginásio...Dudu, na zona sul, 01 quadra no Bairro Nacional; 01 quadra no Bairro Esperança da Comunidade, 01 quadra no Bairro Três Marias, 01 quadra no Bairro Aponiã..01 quadra no bairro Castanheiras...o parque circuito...o skate parque...o parque da cidade...a praça do contorno, no Marechal Rondon...*”;

(entrevistado 3), “*Não sei informar ao certo, mas há uma quantidade diversificada de quadras poliesportivas e praças, um ginásio, e os parques (Parque da cidade, Skate Parque)*”.

(entrevistado 4), “*aproximadamente 20 espaços...entre cidade e distritos....Ginásio Eduardo Lima e Silva; Parque da Cidade; Quadra Poliesportiva Três Marias; Quadra Nacional; Quadra Esperança da Comunidade; Quadra Castanheiras, Centro de Esportes Rio Guaporé; Centro de Esportes Jardim Santana; Centro de Esportes Três Marias; Quadra Poliesportiva Vista Alegre; Quadra Poliesportiva do Abunã*”;

(Entrevistado 5), “*na zona leste (Skate Parque – Praça Esportiva; a Quadra Poliesportiva Três Marias; o Espaço de Esporte e Lazer Parangato; a Quadra Poliesportiva*

*Esperança da comunidade; na zona sul (o Centro Esportivo Nova Floresta; o Ginásio Poliesportivo Eduardo Lima e Silva; o Espaço Esportivo Abrobrão; a Quadra Esportiva Castanheira); na zona norte (o Parque da Cidade, a Praça Dominó, o Espaço de Esporte e Lazer Conjunto Santo Antônio, a Praça do Contorno, a Quadra Poliesportiva do Nacional, o Parque Circuito. Nos distritos existem quadras poliesportivas...”*

De acordo com os fragmentos expostos acima, cabe destacar as seguintes interpretações de sentido: No GPS - RO, a análise dos fragmentos pode-se evidenciar aspectos relevantes de ser considerada para estabelecer relações com a disponibilidade de espaços para prática da Atividade Física.

Cabe destacar também, “o papel atribuído às associações de bairro”; “os espaços disponíveis que não oferecem condições de uso”; “O Espaço Deroche Pequeno Franco como o espaço adequado e assistido pelo Estado”.

Ademais, os fragmentos fomentam ainda reflexões críticas acerca da responsabilidade do Estado e contradições no que se refere a questionamentos do tipo, “há disponibilidade” e/ou “há insuficiência”, pois se constatou que dos sete CEDELS existentes, apenas dois estão em condições de uso, entretanto, ambos estão sob os cuidados e/ou responsabilidade da comunidade local, através das associações de bairro.

Desse modo, pode-se constatar aqui a presença de lacunas no que se refere à responsabilidade e atuação do Estado enquanto órgão gerenciador e regulador das Políticas Públicas. Situação semelhante é observada nas falas do GPS – PVH, que evidenciaram como pontos de discussão:

1. “reformas inacabadas” conforme enfatiza: (entrevistado1), “*o Skate Parque... foi feito um reparo, e agora estaria com uma grande obra... oriunda do governo federal... programa PAC3, mas penso que será embargada, pois as obras já estão paradas há bastante tempo...*”;
2. “abandono dos espaços”, de acordo com entrevistado 1, “*o parque circuito...espaço antigo de atividade física...segundo maior seringal urbano do Brasil...está no abandono, não tem recebido cuidados*”;
3. “necessidade da população”, utiliza de forma contínua o espaço mesmo quando estão impróprios”; segundo o entrevistado 1, “*O Skate Parque....estaria com uma grande obra...reforma...entretanto, mesmo em reforma tem muita gente utilizado o espaço, porque é bem grande*”;
4. “administração e/ou responsabilidade pelo local”, conforme o entrevistado 1 “*O parque Circuito...sob a responsabilidade da aeronáutica...Skate Parque...cuidados da*

*SINDESTUR...o parque da cidade...sob a responsabilidade da INDUR; a praça do contorno, aos cuidados da SINDESTUR”*

5. “organização dos espaços por zonas”, conforme o entrevistado 5 (PVH), “na zona leste” existem 04 espaços (uma praça, duas quadras e um centro esportivo); “na zona sul”, também existem 04 espaços (um centro esportivo, um ginásio, uma quadra e um espaço esportivo); na zona norte (06 espaços), sendo dois parques, duas praças, um espaço de esporte e lazer e uma quadra.

6. “identificação dos espaços”, considerado pelos entrevistados com nomenclatura diferentes: entrevistado 1 (parques, praças, quadras, ginásio e campos de futebol); entrevistado 2 (ginásio, quadra, parques e praças); entrevistado 3 (ginásio, quadras, praças e parques); entrevistado 4 (ginásio, parques, quadras).

**Quadro 10.** Demonstrativo da quantidade de espaços públicos disponíveis para o desenvolvimento dos programas das secretarias, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Não sei informar.	Entrevistado 1 (PVH)	Na capital em condições de uso, o Parque da Cidade, o ginásio e as quadras poliesportivas; e nos distritos as os ginásios e quadras.
Entrevistado 2 (RO)	Não desenvolvemos atividades e/ou programas nos espaços, pois os recursos profissionais são insuficientes. O que é desenvolvido é o Projeto dos Jogos Intermunicipais (JIR).	Entrevistado 2 (PVH)	Os espaços são suficientes, o que precisa é aumentar o número de profissionais de Educação Física para atuar nos locais para atender a população.
Entrevistado 3 (RO)	São sete CEDELS, uma quadra, dois ginásios (Claudio Coutinho e Fidoca)	Entrevistado 3 (PVH)	Não sei informar
Entrevistado 4 (RO)	Não há ações e programas desenvolvidos nos espaços, apenas oferecemos os espaços. Os espaços que estão em condições de uso são: o Deroche (zona central da cidade); o CEDEL da Jatuarana (zona sul); o CEDEL do Areal da Floresta (zona sul); o Cedel do Embratel (zona norte) e o CEDEL do Ulisses Guimarães (zona leste). Mas os espaços são insuficientes porque a cidade está em fase de crescimento e não houve construção de novos espaços.	Entrevistado 4 (PVH)	Quatro a cinco espaços atendem com escolinhas (Ginásio Eduardo Lima e Silva; Quadra Três Marias, Quadra Nacional, e quadra da Esperança da comunidade); O parque da cidade, quem administra é ENDUR, o espaço é cedido para desenvolver o projeto Academia Alternativa.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Existem doze espaços localizados nos polos leste, norte, sul e distritos para atendimento dos projetos da secretaria. No polo leste – 04 espaços (02 quadras poliesportivas; 01 espaço esportivo e 01 Centro do Idoso); no polo norte – 02 espaços (o parque circuito e parque da cidade); no polo sul – 01 espaço (O Ginásio Cláudio Coutinho); no polo oeste – 01 espaço (o parque natural). Nos distritos – 04 espaços (quadras poliesportivas).

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 10, foi apresentado o demonstrativo das respostas do grupo 1, no que se refere a “Quantidade de espaços para desenvolvimento dos programas das secretaria”. Ao analisar as respostas observou-se que No GPS – RO foram obtidos os seguintes resultados:

**(entrevistado 1)**, salientou que *“não sabe informar”*;

**(entrevistado 2)**, destacou: *“não desenvolvemos atividades e/ou programas nos espaços...os recursos humanos são insuficientes...”*;

**(entrevistado 3)**, salientou: *“são sete CEDELS, uma quadra, dois ginásio (Cláudio Coutinho e Fidoca)”*;

**(entrevistado 4)**, informou: *“Não há ações e programas desenvolvidos nos espaços, apenas oferecemos espaços..”*.

No GPS – PVH,

**(entrevistado 1)**, destacou *“na capital...o Parque da Cidade, o ginásio e as quadras poliesportivas...”*;

**(entrevistado 2)**, ressaltou: *“os espaços são suficientes...precisa é aumentar o número de profissionais de Educação Física para atuar nos locais”*;

**(entrevistado 3)** *“não sei informar”*;

**(entrevistado 4)** enfatizou: *“quatro a cinco espaços atendem com escolinhas...o Parque da cidade é cedido para desenvolver o projeto Academia Alternativa”*.

**(entrevistado 5)**, afirmou: *“existe dozes espaços nos polos (leste, norte, sul, oeste e distritos) para atendimento dos projetos da secretaria...”*“No polo leste (02 quadras poliesportivas, 01 espaço esportivo, 01 centro do idoso), no polo norte (o parque circuito e parque da cidade)...; no polo sul (Ginásio Cláudio Coutinho); no polo oeste (quadras poliesportivas)...”.

Na análise dos fragmentos da fala dos entrevistados, foi possível identificar a presença de respostas afirmativas quanto a necessidade de planejamento e/ou construção de novos espaços na cidade, tendo em vista fatores demográficos “crescimento da cidade”, e consequente insuficiência dos espaços em atender as necessidades da população, destacado pelo entrevistado 4 (RO).

Outro ponto importante, diz respeito que na fala do entrevistado 2 (RO), fica explícito que: “Existem os espaços, mas não tem os programas e recursos humanos suficientes” para atender a população. Além disso, para o entrevistado 1, predomina o “desconhecimento” se existem espaços e programas para atender a população.

Situação semelhante é observada no GPS – PVH, que não deixaram explícitos, mas implícito a necessidade de construção de novos espaços, pois dentre a fala dos entrevistados,

houve respostas evasivas e/ou que não opinaram diretamente sobre o assunto. Como pontos norteadores para o caráter implícito acerca da necessidade de ampliação e construção de novos espaços é pertinente salientar: “as condições de uso do espaço”, destacada pelo entrevistado 1 (PVH); “a oferta do Programa Academia Alternativa, restrito a um local, o Parque da Cidade, salientada pelo entrevistado 2 (PVH).

Cabe destacar ainda, que o atendimento concentrado nas quadras poliesportivas da cidade, e não em praças e parques arborizados, vislumbrado nas falas dos entrevistados 3 e 4 fomentam indícios para uma oferta das atividades por parte da SEMES/PVH restrita aos diferentes segmentos da população, e voltada para o Esporte de forma abrangente, e não para a prática da Atividade Física numa perspectiva mais específica.

**Quadro 11.** Demonstrativo da necessidade de planejamento e/ou construção de novos espaços públicos para atendimento da demanda populacional na cidade, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Sim, principalmente porque cresceu a população e diminuiu os espaços. Como exemplo de diminuição de espaços, temos os CEDELS na zona sul da cidade que foram abandonados completamente, um localizado no Campus Sales (local onde agora é uma pracinha).	Entrevistado 1 (PVH)	Com certeza a cidade está em crescimento, e os espaços têm diminuído.
Entrevistado 2 (RO)	Acredito que não faltam espaços, o que falta é uma administração comprometida, pois o estado e o município de Porto Velho têm sido pessimamente administrados pelos políticos, houve sim algumas iniciativas do governo, mas acabaram sendo paralisadas pelos constantes desvios de verbas. Por outro lado, também falta educação da população no que se refere à manutenção e preservação dos espaços. Entretanto, de uma forma geral, não existe uma organização política e o que prevalece e descaso do poder público que se mostra ausente aos anseios da comunidade.	Entrevistado 2 (PVH)	Sim, há a necessidade de construção de novos espaços para atender a população, tendo em vista a distribuição concentrada em alguns locais da cidade, e ausência em outros locais, como por exemplo, Bairro Nacional e Planalto.
Entrevistado 3 (RO)	Sim, só que não temos políticas públicas pra isso, se agente for observar direitinho, podemos conversar várias coisas, mas agente vai sempre se esbarrar nesse ponto, falta política.	Entrevistado 3 (PVH)	Informou não ter conhecimento de projeções futuras acerca da ampliação dos espaços, mas que tem conhecimento da ampliação dos pontos de atendimento do Projeto Academia Alternativa. A previsão é incluir pelo menos mais um polo de atendimento, além do que está instituído no Parque da Cidade.
Entrevistado 4 (RO)	Sim, mas não há projetos para ampliação ou construção de novos espaços, há apenas a intenção. Mas recentemente, houve a reforma do espaço Deroche e CEDEL – Areal da Floresta, e nestes espaços foi colocado equipamentos da academia ao ar livre em parceria com a Prefeitura de Porto Velho.	Entrevistado 4 (PVH)	Depende da atividade desenvolvida, no caso das escolinhas é suficiente. Mas para competição de alto nível, não atende a demanda,
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Sim, está em fase de construção o Complexo Esportivo de Porto Velho, para atendimento esportivo e sede administrativa desta secretaria.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 11, está apresentado o demonstrativo das respostas referente a “Necessidade de planejamento e/ou construção de novos espaços”. A partir da análise de fragmentos observou-se:

No GPS – RO,

(entrevistado 1), respondeu: *“sim...cresceu a população e diminui os espaços”*;

(entrevistado 2), salientou: *“acredito que não faltam espaços, o que falta é uma administração comprometida...não existe uma organização política e o que prevalece é o descaso do poder público que se mostra ausente aos anseios da comunidade”*;

(entrevistado 3), destacou: *“sim, só que não temos políticos para isso...”*;

(entrevistado 4), enfatizou: *“sim, mas não há projetos para ampliação ou construção de novos espaços, há apenas a intenção...”*.

Com relação ao GPS – PVH,

(entrevistado 1), destacou *“com certeza a cidade está em crescimento, e os espaços tem diminuído”*;

(entrevistado 2), salientou que *“sim, há necessidade de novos espaços...”*;

(entrevistado 3), *“informou não ter conhecimento de projeções futuras acerca da ampliação dos espaços...”*;

(entrevistado 4), destacou que *“depende da atividade desenvolvida...no caso das escolinhas é suficiente, mas para competição de alto nível, não atende a demanda...”*;

(entrevistado 5), afirmou que *“sim, está em fase de construção o Complexo Esportivo de Porto Velho, para atendimento esportivo e sede administrativa desta secretaria”*.

Estabelecendo uma relação entre os subgrupos, observou-se que a necessidade de planejamento e/ou construção de novos espaços, apresentou-se predominante no subgrupo GPS – RO. Dentre os possíveis motivos para tal situação, observou-se no GPS – RO, fatores ligados ao “crescimento populacional”, “diminuição dos espaços” e “responsabilidade do poder local na gestão das políticas públicas”.

No GPS – PVH, os que foram favoráveis à construção de novos espaços, apresentaram como justificativas, “a distribuição concentrada dos espaços em locais e/ou zonas específicas”, e “ausência e/ou pouca disponibilidade de espaços em outros locais”.

Por outro lado, constatou-se dentre as respostas, afirmações no GPS – RO (entrevistado 2) que destaca os espaços como sendo suficientes, e o que falta é comprometimento da administração pública. Assim como, também, houve entrevistados que foram imparciais e/ou não opinaram a respeito do assunto de forma explícita, como é o caso do entrevistado 3 e 4 do GPS – PVH.

Nesta perspectiva, cabe destacar também que muito embora, tenha sido salientado pelo entrevistado 4 que “houve uma reforma do Espaço Deroche e no CEDEL localizado no Bairro Areal da Floresta. Os dados, sinalizam que não existem projetos de construção de novos espaços, em nível de SECEL/RO. Em se tratando da SEMES/PVH, o entrevistado 5 (PVH), informou que está em fase de construção o Complexo Esportivo de Porto Velho, que funcionará com sede da secretaria e atendimento esportivo a população do município.

Outro ponto importante, diz respeito que na fala do entrevistado 4 (PVH), fica implícito indícios acerca do esporte enquanto atividade principal da SEMES/PVH, bem como cabe enfatizar que fica subentendido na fala do entrevistado a visão de que para o desenvolvimento de atividades de iniciação esportiva na cidade de Porto Velho, “os espaços são suficientes”, entretanto para “competições de alto nível, não atende a demanda”.

**Quadro 12.** Demonstrativo dos espaços públicos de Atividade Física e Esporte mais frequentado pela população do município de Porto Velho, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	O espaço do Deroche.	Entrevistado 1 (PVH)	Deroche e Parque da Cidade.
Entrevistado 2 (RO)	O Deroche, principalmente depois da reforma.	Entrevistado 2 (PVH)	Parque da Cidade e Skate Parque
Entrevistado 3 (RO)	O Complexo Deroche Pequeno Franco	Entrevistado 3 (PVH)	Parque da Cidade
Entrevistado 4 (RO)	O espaço mais frequentado pela população é o Deroche.	Entrevistado 4 (PVH)	Parque da Cidade é o mais frequentado pela população. O espaço alternativo é irregular, e o parque da cidade está parado por falta de profissionais suficientes para atender a demanda.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	As praças e parques. O Parque da Cidade é o mais frequentado, o espaço alternativo é irregular.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 12, é apresentado o demonstrativo da subcategoria “Espaço de Atividade Física mais frequentado” pela população do município de Porto Velho. Como resultado observa-se um consenso entre os entrevistados do GPS – RO, que enfatizaram o Espaço Deroche Pequeno Franco, como sendo o espaço mais frequentado. Com relação ao GPS – PVH, o espaço mais frequentado foi o Parque da Cidade.



**Quadro 13.** Demonstrativo do aproveitamento de espaços públicos ociosos por parte da secretaria para atendimento a população do município, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Não conheço ações da secretaria para aproveitamento de espaços, mas no âmbito do governo federal existe o programa Escola Aberta, que na teoria estimula a escola a ser aberta aos finais de semana para o desenvolvimento de diversas atividades, e dentre estas o esporte. Entretanto, na prática não funciona.	Entrevistado 1 (PVH)	Durante o período da minha gestão não houve ações de aproveitamento de espaços ociosos em virtude do número insuficiente de profissionais que atuam na SEMES/PVH, e estes por sua vez, são profissionais oriundos da Secretaria de Educação que foram cedidos para a SEMES/PVH.
Entrevistado 2 (RO)	Nesse sentido não, porque é uma ação mais da prefeitura do que do governo do Estado, o que o governo do estado tem hoje são quatro projetos no interior em nível de construção de um centro de atividades múltiplas de lazer, recreação e esporte em quatro municípios. Cada um vai ficar na faixa de uns dois milhão e meio, pretende-se dar início nesta gestão. Esse programa é do governo chamado Pedizes, e foi encaminhado a todos os municípios, com a única exigência que disponibilizassem o terreno escriturado, e apenas quatro estavam em condições de receber.	Entrevistado 2 (PVH)	A partir das ações do projeto rua de lazer, os espaços ociosos eram aproveitados pela SEMES.
Entrevistado 3 (RO)	Veja só, como é que fica a coisa, que eu acho que se o estado tivesse políticas, diretrizes mais coerentes, faria e passaria para o município. Eu acho que há um interesse muito mais do munícipes do que do estado, falta políticas públicas sobre isso.	Entrevistado 3 (PVH)	No ano de 2012, a SEMES organizou um projeto de orientação profissional no parque circuito, mas não houve procura da população pelo espaço. E assim as ações foram paralisadas.
Entrevistado 4 (RO)	Dentro da SECEL, não há projetos de aproveitamento de espaços ociosos, pois uma vez pertencentes ao âmbito estadual, não se fomentaram o incentivo para se trabalhar os espaços ociosos, devido a escassez de recursos.	Entrevistado 4 (PVH)	O aproveitamento dos espaços depende muito do poder local, se for do município, este tem interesse em construir novos espaços. Entretanto a questão burocrática acaba inviabilizando a utilização e/ou construção desses espaços. E o que pode ser feito é a secretaria disponibilizar o material esportivo.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Devido ao quantitativo incipiente de profissionais qualificados e habilitados, esta secretaria fica impossibilitada de atender a todos. Porém são estudados possibilidades para os próximos anos (convênios, parcerias com as entidades esportivas da capital).

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 13, está apresentado o demonstrativo de respostas da subcategoria “Aproveitamento de espaços ociosos” por parte da secretaria para atendimento a população do município. Como resultado verificou-se no GPS – RO:

**(entrevistado 1)**, *“Não conheço ações da secretaria para aproveitamento de espaços...no âmbito do governo federal existe o programa Escola Aberta...entretanto na prática não funciona...”*;

**(entrevistado 2)**, *“Neste sentido não, porque é uma ação mais da prefeitura do que do governo do Estado, o que o governo do Estado tem hoje são quatro projetos no interior em nível de construção de um centro de atividades múltiplas de lazer, recreação e esporte em quatro municípios...chamado Pedizes, e foi encaminhado a todos os municípios, com a única exigência que disponibilizassem o terreno escriturado, e apenas quatro estavam em condições de receber”*;

**(entrevistado 3)**, *“Veja só...se o estão tivesse políticas, diretrizes mais coerentes, faria e passaria para o município...há muito mais interesse dos munícipes do que do Estado, falta políticas públicas sobre isso”*;

**(entrevistado 4)**, *“Dentro da SECEL, não há projetos de aproveitamento de espaços ociosos...não foi fomentado o incentivo para se trabalhar os espaços, devido a escassez de recursos”*;

No GPS – PVH:

**(entrevistado 1)**, *“Durante... minha gestão não houveram ações de aproveitamento de espaços ociosos, em virtude do número insuficiente de profissionais que atuam na SEMES/PVH...e que são profissionais oriundos da Secretaria de Educação, que foram cedidos para a SEMES”*;

**(entrevistado 2)**, *“a partir das ações do projeto rua de lazer, os espaços ociosos eram aproveitados pela SEMES”*;

**(entrevistado 4)**, *“o aproveitamento dos espaços depende muito do poder local, se for do município, este tem interesse em construir novos espaços...a questão burocrática acaba inviabilizando a utilização e/ou construção desses espaços, e o que pode ser feito é a secretaria disponibilizar o material”*;

**(entrevistado 5)**, *“devido ao quantitativo incipiente de profissionais qualificados e habilitados, esta secretaria fica impossibilitada de atender a todos...são estudadas possibilidades para os próximos anos (convênios, parcerias com as entidades esportivas da capital)”*.

A partir das respostas dos grupos podem ser ressaltados dois pontos importantes a serem contemplados e discutidos: “Ausência de políticas públicas coerentes e consolidadas para Atividade Física e Esporte”; “Maior atuação do Poder Público Local”.

Ademais, na fala dos entrevistados fica subentendido que não existem e/ou não tem sido viabilizados ações de aproveitamento de espaços ociosos de forma satisfatória em virtude de fatores relacionados:

- “Número reduzido de profissionais de Educação de Física”;
- “escassez de recursos”;
- “burocracia do sistema público”;
- “necessidade de terrenos escriturados”.

Nesse sentido, é pertinente afirmar que faltam políticas públicas que estimulem os municípios, tendo em vista que conforme retratado pelo entrevistado 4 (PVH), “o aproveitamento de espaços depende muito do Poder Local”, e portanto, sua atuação se demonstra como sendo de fundamental importância.

### **c) Caracterização do atendimento da SECEL/RO e SEMES/PVH à população no Município de Porto Velho.**

Com relação à caracterização do atendimento na SECEL/RO e SEMES/PVH à população no Município de Porto Velho, no quadro abaixo (quadro 14), é apresentado o demonstrativo de respostas dos gestores e profissionais das secretarias (SECEL/RO e SEMES/PVH) acerca do oferecimento e avaliação da Atividade Física e Esporte em Porto Velho.

Através da análise das respostas, observou-se que os gestores e profissionais da SECEL/RO, demonstraram um indicativo acerca da ausência de conhecimento e/ou de ações avaliativas por parte desta secretaria no que se referem às atividades desenvolvidas que não tem considerado e/ou respeitado critérios pré-determinados ou instituídos em nível de governo.

Tal interpretação deve-se ao fato de que alguns dos entrevistados limitaram-se apenas a proceder a informações referentes ao oferecimento da Atividade Física e Esporte, e outros salientaram apenas o caráter específico de sua atuação profissional (a avaliação física) e a elaboração de relatório ao final de cada projeto.

**Quadro 14.** Demonstrativo do oferecimento e avaliação da Atividade Física e Esporte por parte da secretaria à população do município de Porto Velho, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	As ações eram Desenvolvidas a partir de algumas tentativas de implantação de escolinhas desportivas, e através do Programa Segundo Tempo, mas o foco era rendimento. Entretanto também eram considerados o fator lazer, o caráter educacional e participação no esporte, como é proposto pelo Programa Mais Educação.	Entrevistado 1 (PVH)	A secretaria desenvolve projetos na área do esporte, lazer, saúde e qualidade de vida, mas o foco é Esporte e Lazer.
Entrevistado 2 (RO)	O oferecimento é restrito devido a existência de poucos profissionais na SECEL. O que há, mas poucas vezes são cursos de arbitragem nas diferentes modalidades esportivas. A avaliação é momentânea, muito embora positiva. Falta uma política de estado que possibilite um gerenciamento das atividades e um feedback. Não temos uma orientação científica específica e objetiva a respeito disso.	Entrevistado 2 (PVH)	No projeto rua de lazer, os profissionais da secretaria nos espaços utilizados faziam um levantamento mediante questionário do perfil da população, bem como durante o desenvolvimento das atividades recreativas. Os funcionários se distribuem em grupos de três funcionários para atender cada segmento da população (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos)
Entrevistado 3 (RO)	São completamente distantes, o esporte de Rondônia é completamente desestruturado. E isso contrapõe a todo Brasil inclusive falei isso pro governador, é uma contramão total, o Brasil tá trabalhando de um jeito e Rondônia totalmente avesso, aqui no estado de Rondônia a lei 2224, que fez a reforma administrativa de 2000, do governador Bianco, ele simplesmente mantiveram o desporto escolar dentro da SEDUC, eu poderia dizer até ai tudo bem, acontece que no Brasil inteiro, o desporto escolar é feito pela secretaria de esportes, pelo órgão específico do esporte.	Entrevistado 3 (PVH)	Na realização dos eventos de curta duração, as SEMES conta com a parceria de diferentes secretarias municipais que se responsabilizam pela segurança, limpeza, manutenção, prevenção e apoio a saúde, entre outros (Secretaria de Saúde, Corpo de Bombeiros). Em algumas ações há parcerias do sistema “S”. Ao final de cada projeto é feito um relatório do evento, porém não existe uma avaliação mais aprofundada acerca do impacto do evento junto à população.
Entrevistado 4 (RO)	Mediante projetos para convênios entre as prefeituras e federações. A partir das parcerias das confederações e pagamento da arbitragem.	Entrevistado 4 (PVH)	As atividades são oferecidas de forma contínua. A equipe da SEMES avalia inicialmente através de uma avaliação diagnóstica e durante as atividades faz uma avaliação somativa. A avaliação junto a população é feita verbalmente.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	Por meio de atividades físicas, esportivas e de lazer orientadas por profissionais graduados e habilitados, conforme planejamento e projetos desta secretária.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No GPS – RO, os gestores e profissionais da SECEL/RO, relataram:

**(entrevistado 1)**, destacou que ocorria por intermédio: “...de escolinhas esportivas e através do Programa Segundo Tempo...”;

**(entrevistado 2)**, salientou que “...o oferecimento era restrito devido a existência de poucos profissionais na SECEL, o que há, mas poucas vezes, são cursos de arbitragem nas diferentes modalidades esportivas...”;

**(entrevistado 3)**, ressaltou que “...são completamente distantes, o Esporte de Rondônia é completamente desestruturado...simplesmente mantiveram o desporto escolar dentro da SEDUC...”;

**(entrevistado 4)**, informou que ocorre “mediante projetos para convênios entre as prefeituras e federações, a partir das parcerias das confederações e pagamento da arbitragem”.

Com relação ao GPS – PVH, os gestores e profissionais da SEMES/PVH, não ressaltaram ações específicas que retratassem o oferecimento das atividades, assim como também não destacaram mecanismos de avaliação e acompanhamento das atividades consolidadas pela secretaria.

Mas, contudo, observou-se evidências na fala do grupo que apontam que o atendimento a população partia dos projetos e eventos contínuos realizados no âmbito da secretaria por profissionais graduados e habilitados, muitas das vezes em parcerias com outras secretarias e/ou instituições privadas.

**(entrevistado 1)**, evidenciou que *“...a secretaria desenvolve projetos na área do esporte, lazer, saúde e qualidade de vida, mas o foco é Esporte e Lazer...”*;

**(entrevistado 2)**, salientou que a partir do *“projeto rua de lazer”*, os profissionais da secretaria atendiam seguimentos variados, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, além de levantar informações acerca do perfil da população.

**(entrevistado 3)**, afirmou o seguinte: *“...na realização de eventos de curta duração, a SEMES, conta a parceria de diferentes secretarias municipais que se responsabilizam pela limpeza, segurança, manutenção, prevenção e apoio a saúde...em algumas ações há parcerias do Sistema S...”*;

Quanto à avaliação das atividades:

**(entrevistado 3)**, informou que *“...ao final de cada projeto é feito um relatório do evento, porém não existe uma avaliação mais aprofundada acerca do impacto do evento junto a população...”*;

**(entrevistado 4)**, destacou que a SEMES/PVH, *“...avalia inicialmente através de uma avaliação diagnóstica e durante as atividades físicas, faz uma avaliação somativa. A avaliação junto a população é feita verbalmente...”*.

Como possíveis interpretações identificadas a partir da análise das respostas, pode-se destacar: no GPS – RO, “o oferecimento das atividades é restrito, mas tem foco na promoção do esporte, o lazer é secundário”.

Por outro lado, no GPS – PVH, “o oferecimento da Atividade Física e Esporte consiste em ações de curta duração” “há indícios de ações intersetoriais e parcerias com instituições privadas, que tem como foco a promoção do lazer”.

No que se refere à avaliação das atividades, em ambos os grupos “não existem avaliações consolidadas, ou seja, que contemplem critérios pré-determinados e/ou instituídos em nível de gestão pública do governo, de modo que a avaliação ocorre de forma parcial de acordo com cada profissional”.

**Quadro 15.** Demonstrativo dos Recursos humanos e quantidade de profissionais de Educação Física existentes nas secretarias para atendimento e oferecimento da Atividade Física e Esporte no município, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Na SECEL, Aproximadamente sete técnicos e 200 acadêmicos. Tinha os técnicos para supervisionar as ações e para realização das atividades do programa PST tínhamos os acadêmicos.	Entrevistado 1 (PVH)	Até dezembro de 2012, a secretaria atuava com vinte e dois profissionais para o desenvolvimento das ações da SEMES. Todos formados em Educação Física, porém quatro funcionários prestaram concurso para área administrativa, e somente depois fizeram o Curso Superior em Educação Física.
Entrevistado 2 (RO)	Nós temos sete profissionais para analisar os projetos das prefeituras, fazer análise de emendas parlamentares que vem da assembleia. E tudo isso toma tempo, ao ponto que ninguém consegue sair daqui. Mas nós não temos sim servidores prestando serviços na parte poliesportiva, mas de forma administrativa. Não temos nenhum profissional atendendo nos espaços, entretanto entendemos que isso é política do município. E a equipe que profissionais que temos é insuficiente para atender todo o estado. Temos apenas sete profissionais.	Entrevistado 2 (PVH)	No quadro da SEMES estão atuando aproximadamente 16 profissionais atuando diretamente nos espaços de Atividade Física e Esportes distribuídos pela cidade.
Entrevistado 3 (RO)	São insuficientes. São sete profissionais para atender toda a demanda da secretaria de esportes. Não temos profissionais para atuar nas quadras, CEDELS e no Deroche.	Entrevistado 3 (PVH)	O atendimento é feito por profissionais habilitados, mas desconhece o número exato de profissionais que atuam nas ações dos projetos junto à população. Para atendimento nos espaços, inicialmente os profissionais são indicados para as ações em conformidade com a afinidade e experiência na área em que vai atuar. A secretaria oferece uma vez por ano curso de formação profissional na área de Educação Física para os funcionários da SEMES e das demais secretarias do município, obedecendo às necessidades prévias da mesma.
Entrevistado 4 (RO)	Há uma escassez de recursos humanos e financeiros na secretaria para atender um estado com 52 municípios, e deste modo as ações da secretaria junto à população é dificultada. A SECEL dispõe de seis profissionais, que atuam na elaboração, planejamento e análise.	Entrevistado 4 (PVH)	A SEMES disponibiliza e garante a qualidade do atendimento profissional, são sete profissionais que atuam nas escolinhas; dois que atuam no centro do idoso; 04 profissionais que atuam no parque da cidade; 05 profissionais que atuam na elaboração de projetos. No geral a secretaria dispõe de aproximadamente 20 técnicos, que atuam na área interna e externa. Todos os profissionais são formados e habilitados em Educação Física.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	No quadro técnico, a secretaria dispõe atualmente de profissionais graduados e habilitados, conforme preconiza a legislação vigente. O atendimento realizado nos espaços é feito por meio de projetos.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 15, está exposto o demonstrativo de respostas dos gestores e profissionais entrevistados na SECEL/RO e SEMES/PVH no que se refere aos recursos humanos e quantidade de profissionais de Educação Física existentes na secretaria para atendimento e oferecimento da Atividade Física e Esporte município de Porto Velho.

Como resultado, ambos os grupos enfatizaram que os recursos humanos são insuficientes, e no caso específico dos profissionais de Educação Física, estes não atendem a demanda da população do município.

No GPS – RO, os entrevistados, a exceção do entrevistado 1, que informou também a existência de 200 acadêmicos, os demais evidenciaram que existem na SECEL/RO apenas sete profissionais de Educação Física:

(entrevistado 2), “para analisar projetos das prefeituras e emendas parlamentares que vem da Assembleia”;

(entrevistado 3), “para atender a demanda da secretaria de esportes”;

(entrevistado 4), “para atender um estado com 52 municípios, e deste modo as ações da secretaria junto a população é dificultada”.

Como consequência disso, é possível observar “espaços ociosos e sem orientação profissional”, bem como a existência de “dificuldade de planejamento, elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para Atividade Física e Esporte” por parte da SECEL, tendo em vista o número reduzido de profissionais para atender todo o Estado.

**Quadro 16.** Finalidades e objetivos dos projetos desenvolvidos pela secretaria para atendimento a população do município, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	O foco era treinamento e rendimento, mas na prática as ações se resumiam em promoção do lazer.	Entrevistado 1 (PVH)	Tem foco no Lazer e na promoção do Esporte. Mas existiam ações de promoção da saúde através do Projeto Tenda do Esporte.
Entrevistado 2 (RO)	Temos um projeto com o governo federal, através da lei Pelé, no qual a partir de agora será feito o repasse de recursos aos 52 municípios do Estado de Rondônia em conformidade com o número de habitantes em cada município. O recurso é oriundo da loteria esportiva, e conseguimos ter em mão um milhão duzentos e quarenta mil para distribuir entre os municípios. Porto Velho vai receber 340 mil. Este projeto tem caráter anual, e representa um grande avanço na área do esporte, pois este recurso estava parado há anos.	Entrevistado 2 (PVH)	Promoção do Esporte e Lazer.
Entrevistado 3 (RO)	Nós temos a parte educacional do JOER, que seria o esporte educacional, que vai até os 17 anos, a partir daí entra os jogos intermunicipais, que é uma competição aberta. E temos o programa voltado para o lazer que era a vida ativa, mas nunca saiu do papel, porque não interessa ao estado.	Entrevistado 3 (PVH)	Os projetos desenvolvidos pela secretaria contemplam objetivos diversificados que variam em conformidade com o projeto executado. Nos projetos prioritários, o projeto academia alternativa têm por objetivo a promoção da saúde da população nas diferentes faixas etárias. No âmbito do atendimento das escolinhas, o projeto tem por objetivo a promoção da iniciação esportiva, para tanto tem como foco um esporte educacional e formativo. Com relação aos projetos de curta duração, os mesmos têm objetivos de promoção do lazer da população, e nos demais que envolvem a prática esportiva, estes tem intuito competitivo, mas não ter caráter de rendimento.
Entrevistado 4 (RO)	Buscar recursos financeiros no âmbito federal e junto às instituições vinculadas ao esporte. Sendo que o oferecimento do esporte classista, comunitário e de rendimento é responsabilidade da SECEL; e o esporte Educacional é de responsabilidade da SEDUC.	Entrevistado 4 (PVH)	Promoção da qualidade de vida, desenvolvimento sócio esportivo; lazer; caráter e personalidade.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	*

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 16, é apresentado o demonstrativo das respostas dos gestores e profissionais da SECEL/RO e SEMES/PVH no que se refere às finalidades e objetivos dos projetos desenvolvidos pela secretaria para atendimento à população do município de Porto Velho.

Como resultados, no GPS – RO, os projetos desenvolvidos têm por finalidade a promoção do esporte propriamente dito, através dos jogos escolares, intermunicipais e campeonatos, que são desenvolvidos respectivamente através dos Jogos Escolares – JOER e Jogos Intermunicipais - JIR.

Entretanto há divergências de opiniões quanto aos objetivos a serem alcançados que permeiam aspectos relacionados ao rendimento, educação e/ou lazer, conforme especificado nas falas dos entrevistados da SECEL/RO:

**(entrevistado 1)**, *“o foco era treinamento e rendimento, mas...as ações se resumiam em promoção do lazer”*;

**(entrevistado 2)**, relaciona-se com o desenvolvimento de projetos para prover recursos aos municípios, da seguinte forma: *“...temos um projeto com o governo federal, através da lei Pelé...repassa de recursos aos 52 municípios do Estado de Rondônia...o recurso é oriundo da loteria esportiva...um milhão duzentos e quarenta mil para distribui entre os municípios... projeto tem caráter anual, e representa um grande avanço na área do esporte...”*;

**(entrevistado 3)**, *“...temos a parte educacional do JOER...o esporte educacional...os jogos intermunicipais...uma competição aberta...temos programa de lazer...o vida ativa...mas nunca saiu do papel, porque não interessa ao Estado”*;

**(entrevistado 4)** salienta a responsabilidade pelo oferecimento do: *“esporte classista, comunitário e de rendimento...o esporte educacional de responsabilidade da SEDUC”*

Outro ponto observado, diz respeito às perspectivas de mudanças e avanços importantes no que se refere à captação de recursos financeiros e diretrizes políticas para o fomento do Esporte no Estado de Rondônia.

O entrevistado 2 (RO), salientou que através da Lei Pelé, foi feito um repasse de recursos aos 52 municípios do Estado, sendo que o município de Porto Velho receberá R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

Situação semelhante é observada com relação ao GPS – PVH, no que se refere à promoção do Esporte e Lazer nos projetos da SEMES/PVH, conforme fala dos entrevistados abaixo:

**(entrevistado 1)**, destacou que *“tem foco no Lazer e na promoção do Esporte. Mas existiam ações de promoção da saúde através do Projeto Tenda do Esporte”*.



(entrevistado 2), “*promoção do Esporte e Lazer*”;

(entrevistado 3), “*o projeto Academia Alternativa, tem por objetivo a promoção da saúde da população nas diferentes faixas etárias...*” com as escolinhas esportivas “*o projeto tem por objetivo a promoção da iniciação esportiva, para tanto tem um foco educacional e formativo...*” com os projetos de curta duração “*...têm objetivos de promoção do lazer...*” e nos que envolvem a prática esportiva “*estes têm intuito competitivo, mas não tem caráter de rendimento*”;

(entrevistado 4), “*promoção da qualidade de vida, desenvolvimento sócio esportivo, lazer, caráter e personalidade*”.

**Quadro 17.** Projetos e programas da secretaria voltados para a promoção da saúde e qualidade de vida da população do município, 2013.

Grupo de Profissionais da SECEL/RO (GPS – RO)		Grupo de Profissionais da SEMES/PVH (GPS – PVH)	
Identificação	Resposta	Identificação	Resposta
Entrevistado 1 (RO)	Enquanto secretaria estadual de esporte e lazer não houveram ações voltadas para promoção da saúde e qualidade de vida.	Entrevistado 1 (PVH)	*
Entrevistado 2 (RO)	O estado não propõe em nível de política pública a correlação da saúde no esporte.	Entrevistado 2 (PVH)	O foco da SEMES é promoção do esporte e lazer. Nos espaços tinha profissionais para orientar (parque circuito e skate parque). Nos locais era oferecido à população orientação quanto a prática dos exercícios de alongamento, caminhada e corrida.
Entrevistado 3 (RO)	Não dispomos de ações desenvolvidas neste sentido, mas há intenções e projetos elaborados, mas que não saíram do papel.	Entrevistado 3 (PVH)	Projeto Academia Alternativa. No atendimento a SEMES disponibiliza as escolinhas esportivas, duas vezes por semana em dias intercalados, nos quais participam pessoas de ambos os sexos de modalidades como: futsal, vôlei, basquete, ginástica rítmica, tênis de mesa. No projeto Academia Alternativa, os profissionais orientam diariamente os frequentadores dos espaços quanto a prática do exercício físico e condicionamento físico, além disso, são oferecidos as atividades de dança, alongamento, ginástica e orientação para a realização de exercícios físicos nos aparelhos de ginástica. No projeto idoso ativo, o atendimento semanal sofre variações, são oferecidas as atividades de natação, hidroginástica, orientação nos aparelhos da academia.
Entrevistado 4 (RO)	Os projetos da SECEL têm a finalidade de promoção do esporte e lazer. Ainda não existem ações que estimulem os municípios a adoção dos aspectos de promoção da saúde. Entretanto o desenvolvimento de ações diretamente para estes fins é responsabilidade do município, mas estes acabam se omitindo de fazer. O que pode ser viabilizado através de parcerias com a secretária de saúde e universidades.	Entrevistado 4 (PVH)	Projeto Academia Alternativa e Idoso Ativo.
Entrevistado 5 (RO)	Não participou da pesquisa.	Entrevistado 5 (PVH)	*

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2013.

No quadro 17, estão apresentados o demonstrativo de respostas dos gestores e profissionais da SECEL/RO e SEMES/PVH no que diz respeito aos projetos e programas da secretaria voltados para a promoção da saúde e qualidade de vida da população do município. Como resultado, observou-se que no âmbito da SECEL/RO “não existem projetos voltados para a promoção da saúde e qualidade de vida da população”.

Como ponto importante que podem justificar a ausência de tais projetos é pertinente considerar: a fala do entrevistado 2 “o estado não propõe em nível de política pública a correlação da saúde no esporte”; e o entrevistado 4 que destacou, “não existem ações que estimulem os municípios a adoção dos aspectos de promoção da saúde...”

Ademais, cabe considerar a fala do entrevistado 3, “*não dispomos de ações desenvolvidas...mas há intenções e projetos elaborados, mas que não saem do papel*”, para então sinalizar a necessidade do Poder Local em oferecer políticas públicas consolidadas e efetivas que possibilitem além do respaldo legal, o estímulo, o fomento e oferecimento da Atividade Física e Esporte como um fator de qualidade de vida da população.

Em se tratando da SEMES/PVH, o entrevistado 2, informou que o foco da SEMES/PVH é a “*promoção do esporte e lazer*”; o entrevistado 3, destacou que a secretaria fomenta a promoção da saúde através do “*projeto Academia Alternativa*” e o entrevistado 4, destacou que além da Academia Alternativa, há também o “Idoso Ativo”.

#### 4.1.2 DIMENSÃO SOCIAL: A VOZ E OLHAR DE QUEM UTILIZA OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE NA CIDADE DE PORTO VELHO.

Neste tópico, estão apresentados através de tabelas os resultados do Grupo 2 – Grupo dos Frequentadores dos Espaços de Atividade Física e Esporte na Cidade de Porto Velho. As tabelas, conforme especificados nos procedimentos da pesquisa estão apresentadas obedecendo três categorias: Categoria 1 – Perfil do Frequentador do Espaço de Atividade Física e Esporte em Porto Velho; Categoria 2 – Caracterização do espaço de Atividade Física e Esporte utilizado pelo frequentador; Categoria 3 – Diagnóstico do atendimento e prática da Atividade Física e Esporte nos espaços.

Para cada categoria, com intuito de facilitar a análise foram elencadas variáveis categóricas em conformidade com a estrutura do questionário e objetivos da pesquisa, bem como para fins de aplicação do teste estatístico e associação dos resultados, sendo os mesmos estruturados por zona da cidade (centro, norte e leste). A zona centro corresponde às respostas

dos frequentadores do Espaço Deroche; a zona norte, aos frequentadores do Espaço Alternativo e Parque da Cidade, e a zona leste as respostas dos usuários do Skate Parque.

### a) Categoria 1 – Perfil do frequentador dos espaços públicos de Atividade Física e Esporte em Porto Velho

Na tabela 1, foram analisadas as características do perfil dos frequentadores nos parques por estrato/zona (centro, norte e leste) na cidade de Porto Velho. Para tanto foram avaliados as variáveis categóricas: idade; sexo; grau de escolaridade; ocupação; atividades Físicas e/ou Esporte que pratica; horário de Prática da Atividade Física e/ou Esporte; motivo da prática da Atividade Física e/ou Esporte e a utilização de outros espaços para prática de Atividade Física e/ou Esporte.

**Tabela 1.** Características do perfil dos frequentadores dos frequentadores dos espaços de Atividade Física e Esporte da cidade de Porto Velho – RO, 2013.

Variáveis Categóricas	Parques (por zona)						Valor p
	Centro		Norte		Leste		
<b>Idade</b>	N	%	N	%	N	%	0,54
Adulto precoce	18	35,3	38	37,6	13	25,5	
Adulto médio	22	43,1	45	44,6	24	47,1	
Adulto posterior	11	21,6	18	17,8	14	27,5	
<b>Sexo</b>							
Masculino	27	52,9	55	53,9	31	60,8	0,66
Feminino	24	47,1	47	46,1	20	39,2	
<b>Grau de escolaridade</b>							
Educação básica	35	68,6	47	46,1	33	64,7	0,01
Educação superior	16	31,4	55	53,9	18	35,3	
<b>Ocupação</b>							
Estudante	09	17,6	18	17,7	06	11,8	0,52
Funcionário público	16	31,4	49	48	22	43,1	
Funcionário privado	10	19,6	16	15,7	10	19,2	
Autônomo	10	19,6	15	14,7	9	17,6	
Outros	6	11,8	4	3,9	4	7,8	
<b>Atividade física e/ou Esporte que pratica</b>							
Caminhada	11	21,6	25	24,5	32	62,7	0,00
Outras Atividades	40	78,4	77	75,5	19	37,3	
<b>Horário de Prática da Atividade Física e/ou Esporte</b>							0,00
Manhã	06	12,0	03	2,9	02	3,9	
Tarde	20	40,0	48	47,1	46	90,2	
Noite	24	48,0	51	50,0	03	5,9	
<b>Motivo da prática Atividade Física e/ou Esporte</b>							0,27
Lazer	09	17,6	11	10,8	07	13,7	
Recomendação médica	04	7,8	13	12,7	10	19,6	
Promoção da saúde	18	35,3	50	49,0	23	41,1	
Estética	06	11,8	05	49,0	04	7,8	
Por motivos diversos	14	27,5	23	22,5	07	13,7	
<b>Utiliza outros espaços de Atividade Física e/ou Esporte</b>							0,00
Sim	31	60,8	55	53,9	10	19,1	
Não	20	59,2	47	46,1	41	80,4	

Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Teste quiquadrado ( $p < 0,05$ )

Com relação à idade, pode-se observar que predominou nas três zonas investigadas, a faixa etária, adulto médio (indivíduos com idade entre 31 a 49 anos), respectivamente 43,1% (zona centro), 44,6% (zona norte) e 47,1% (zona leste).

Para a variável categórica sexo foi houve prevalência no grupo estudado, para o sexo masculino, sendo (52,9%), na zona centro (53,9%), zona norte e (60,8%), na zona leste.

Em se tratando do grau de escolaridade, observou-se que prevaleceu no grupo estudado a instrução “Educação Básica”, para os usuários zona centro e leste, respectivamente (68,6% e 64,7%). Porém na zona norte, predominou a instrução “Educação Superior” (53,9%).

Quanto à ocupação dos frequentadores dos espaços, verificou-se que prevalece no grupo investigado o “funcionário público”, sendo 31,4% (zona centro); 48% (zona norte) e 43,1% (zona leste). Sobre esta variável, cabe enfatizar que os que informaram outros motivos, apontaram que estavam desempregados, ou exerciam a função de empregada doméstica.

No que se refere à variável categórica “Atividade Física e Esporte que pratica”, considerou-se para efeito de categorização das respostas: os que praticam apenas Atividade Física de caminhada, e os que praticam Atividades Físicas ou Esporte diversificados.

A partir da tabela 1, pode-se visualizar que nas regiões centro e norte, o frequentador utiliza o espaço para praticar Atividades Físicas e Esportes diversificados, sendo respectivamente (78,4%), na zona centro e (75,5%), na zona norte.

Como atividades Físicas diversificadas, foram consideradas: corrida, exercícios de musculação, ginástica, alongamento e como Esportes diversificados (ciclismo, esportes radicais, skate, futebol e basquete).

Em se tratando do “horário de prática da Atividade Física e Esporte”, observou-se que no grupo investigado, houve predominância para turno da tarde e noite. No período da tarde, para zona leste (90,2%) e a noite para a zona centro (48%) e norte (50%).

Quanto aos “motivos da prática da Atividade Física e Esporte”, prevaleceu nas respostas dos três regiões, que os frequentadores praticam Atividade Física e Esporte com intuito de prevenção e promoção da saúde, sendo (35,3%), na zona centro; (49%), na zona norte e (41,1%) na zona leste.

Porém, cabe enfatizar que na zona norte, concomitante a predominância para os motivos de “prevenção e promoção da saúde”, os frequentadores também destacaram que fazem Atividade Física ou Esporte no espaço com intuito de estética.

Com relação à utilização de outros Espaços para a prática da Atividade Física ou Esporte, houve predominância para respostas afirmativas na zona centro (60,8%) e norte (53,9%), enquanto que na zona leste, prevaleceram respostas negativas (80,4%).

Como outros espaços destacados pelos frequentadores da zona centro e norte, estão: academia, espaço do SESC, espaços abertos, ruas, escola, praças, quadras e campos aberto, clubes. E ainda, houve os frequentadores que informaram frequentar de forma diversificada e intercalada os espaços investigados neste estudo.

#### **b) Categoria 2 - Caracterização do espaço público de Atividade Física e Esporte utilizado pelo frequentador em Porto Velho.**

Nesta categoria, são apresentados os resultados acerca da estrutura, organização e disponibilidade dos espaços de Atividade Física na cidade de Porto Velho – RO. Para tanto, foram consideradas, como variáveis categóricas: adequação do espaço; condições da iluminação; disponibilidade de equipamentos; reforma e/ou ampliação de espaços públicos; necessidade de mais espaços públicos; atendimento da demanda populacional por espaços; e sugestões da população para melhoria no espaço.

**Tabela 2.** Estrutura, organização e disponibilidade dos espaços públicos de atividade Física na cidade de Porto Velho – RO, 2013.

Variáveis	Parques (por zona)						
	Centro		Norte		Leste		Valor p
<b>Adequação do Espaço</b>	N	%	N	%	N	%	0,47
Sim	29	56,9	64	62,7	35	68,6	
Não	22	43,1	38	37,3	16	31,4	
<b>Condições de Iluminação</b>							0,00
Ruim	10	19,6	38	37,3	49	96,1	
Regular	15	29,4	45	41,1	01	2,0	
Boa	26	51,0	19	18,6	01	2,0	
<b>Disponibilidade e condições dos Equipamentos</b>							0,00
Sim	49	96,1	81	79,4	01	2,0	
Não	02	3,9	21	20,6	50	98	
<b>Reformas e ampliação de espaços públicos</b>							0,91
Sim	06	11,8	14	13,7	06	11,8	
Não	45	88,2	88	86,3	45	88,2	
<b>Necessidades de mais espaços públicos.</b>							0,43
Sim	48	94,1	90	89,1	48	94,1	
Não	03	5,9	11	10,9	03	5,9	
<b>Demanda populacional por espaços.</b>							0,20
Sim	11	21,6	32	31,4	10	19,6	
Não	40	78,4	70	68,6	41	80,4	
<b>Sugestões da população para melhoria no espaço</b>							0,00
Reforma e manutenção do espaço físico e aparelhos	38	74,5	92	90,2	51	100	
Orientação Profissional	13	25,5	10	9,8	0	0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Teste quiquadrado ( $p < 0,05$ )

De acordo com a tabela 2, para a variável categórica adequação do espaço, observou a predominância de respostas favoráveis quanto ao espaço está adequado em todas as zonas (56,6% - no centro; 62,7% no norte e no leste 68,6%). Porém, a partir da análise das justificativas de tal afirmativa, foi possível observar que há ressalvas no grupo de frequentadores favoráveis, que ao mesmo tempo em que alegam que o espaço está adequado, também enfatizam que precisa melhorar a estrutura física, manutenção do espaço entre outros, conforme demonstrativo qualitativo feito no quadro 1 desta pesquisa.

Com relação às condições da iluminação nos espaços de Atividade Física e Esporte, verificou-se que as respostas sofrem influência em conformidade com a zona.

Na zona centro, predominou nas respostas dos frequentadores, a avaliação da iluminação como sendo boa (51%). Enquanto que na zona norte, prevaleceu dentre os respondentes, os que estimaram a iluminação como regular (41,1%). Já no estrato leste, a iluminação foi enfatizada por (96,1%) do grupo como sendo ruim.

Em se tratando da disponibilidade e condições dos equipamentos nos espaços, investigou-se junto aos frequentadores se existem nos espaços equipamentos para a realização da Atividade Física ou Esporte, bem como quais são suas condições de uso.

Verificou-se, conforme tabela acima que nas zonas centro e norte, predominou a disponibilidade de equipamentos, sendo (96,1%) zona centro e (79,4%) zona norte. Em contrapartida, 98% dos frequentadores da zona leste, destacaram que não há disponibilidade de equipamento no local para os frequentadores.

Estabelecendo uma relação das respostas favoráveis desta variável com o quadro 2 desta pesquisa, pode-se vislumbrar que os frequentadores que destacaram a existência dos equipamentos, também salientaram em sua maioria que os equipamentos estão em condições precárias de uso e necessitam de manutenção, bem como que os mesmos são insuficientes para atender a população.

No que se refere à variável “reforma e ampliação dos espaços públicos”, questionou-se aos frequentadores quanto ao conhecimento acerca da realização de reformas ou ampliação dos espaços públicos na cidade.

Dentre os resultados, observou-se conforme tabela acima que predominou dentre as respostas, o desconhecimento dos frequentadores quanto à realização de reformas e ampliação dos espaços públicos de Atividade Física e Esporte. Na seguinte ordem, (88,2%) no centro; (86,3%) na zona norte e (88,2%) na zona leste.

Quanto à demanda populacional por espaços, questionou-se aos frequentadores se os espaços existentes para Atividade Física e Esporte, atendem a demanda populacional.

A partir das respostas obtidas, pode-se observar em conformidade com a tabela 2 que predominaram nos três estratos, as respostas negativas (78,4% - zona centro; 68,6% - zona norte e 80,4% zona leste), o que evidencia que os espaços não têm atendido a demanda da população.

Em se tratando das sugestões da população para melhoria no espaço, prevaleceu dentre as respostas, os frequentadores destacaram a necessidade de reforma e manutenção do espaço físico e aparelhos (em 74,5% - na zona centro; 90,2 – na zona norte; e 100% na zona leste).

**c) Categoria 3 - Diagnóstico do atendimento e prática da Atividade Física e Esporte nos espaços: opinião dos frequentadores em Porto Velho.**

**Tabela 3.** Oferecimento, atendimento e prática da atividade Física e/ou Esporte na cidade de Porto Velho – RO, 2013.

Variáveis	Parques (por região)						
	Centro		Norte		Leste		Valor p
<b>Percepção dos programas e projetos</b>	N	%	N	%	N	%	0,75
Não tem conhecimento	40	78,4	85	83,3	42	82,4	
Tem conhecimento	11	21,6	17	16,7	09	17,6	
<b>Participação em programas e projetos</b>							0,67
Sim	04	7,8	06	5,9	05	9,8	
Não	47	92,2	96	94,1	46	90,2	
<b>Programas e projetos de promoção da saúde e qualidade da vida</b>							0,07
Sim	03	5,9	17	16,7	11	21,6	
Não	48	94,1	85	83,3	40	78,4	
<b>Avaliação do atendimento da secretaria (SECEL/SEMES)</b>							0,02
Ruim	21	41,2	37	36,3	31	60,8	
Regular	18	35,3	49	48,0	16	31,4	
Bom	12	23,5	16	15,7	04	7,8	
<b>Atendimento ou Orientação Profissional</b>							0,00
Sim	00	00	17	16,7	01	2,0	
Não	51	100	85	83,3	50	98,0	
<b>Frequência semanal</b>							0,36
Até duas vezes por semana	05	9,8	17	16,7	10	19,6	
Acima de duas vezes por semana	46	90,2	85	83,3	41	80,4	
<b>Tempo dedicado</b>							0,02
De 30 a 60 minutos	17	33,3	48	47,1	31	60,8	
Acima de 60 minutos	34	66,7	54	52,9	20	39,2	
<b>Resultados alcançados</b>							1,00
Sim	50	98,0	100	98,0	50	98,0	
Não	01	2,0	02	2,0	01	2,0	
<b>Satisfação com a Prática de Atividade Física ou Esporte</b>							1,00
Satisfeitos	50	98,0	100	98,0	50	98,0	
Insatisfeitos	01	2,0	02	2,0	01	2,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Teste quiquadrado ( $p < 0,05$ )

Na tabela 3, estão apresentados os resultados acerca do oferecimento, atendimento e prática da Atividade Física e Esporte nos espaços a partir da opinião dos frequentadores em Porto Velho, sendo analisadas as seguintes variáveis categóricas: percepção dos programas e projetos; participação em programas e projetos; participação em Programas e projetos de promoção da saúde e qualidade de vida; avaliação do atendimento da secretaria no local; atendimento e Orientação Profissional; frequência semanal; tempo dedicado; resultados alcançados; e satisfação com a prática da Atividade Física ou Esporte.

Com relação à percepção dos programas e projetos, investigou-se junto aos frequentadores se os mesmos tinham conhecimento ou percebiam os programas e projetos desenvolvidos pelas SECEL/RO e SEMES/PVH.

Dentre as respostas, a partir da tabela acima foi possível constatar que predominou a ausência de conhecimento por parte do frequentador participante da pesquisa acerca dos programas e projetos das secretarias de esporte e lazer na cidade de Porto Velho. Deste modo, observou-se que “não tem conhecimento”, (78,4%) na zona centro; (83,3%), zona norte e (82,4%) zona leste.

Quanto a variável categórica “Participação em Programas e Projetos”, foi questionado aos frequentadores se os mesmos já participaram de programas e projetos desenvolvidos pela SECEL/RO ou SEMES/PVH na cidade de Porto Velho.

Os resultados evidenciam conforme tabela 3, que a grande maioria dos usuários dos espaços participantes desta pesquisa não participa ou participaram das atividades da secretaria, sendo respectivamente, (92,2%) no estrato centro; (94,1%) estrato norte e (90,2%) no estrato leste.

No que se refere aos “Programas e Projetos de Promoção da Saúde e Qualidade de vida”, investigou-se junto ao frequentador dos espaços, se o mesmo tem conhecimento acerca do desenvolvimento de programas e projetos voltados para promoção da saúde e qualidade de vida nos espaços, bem como se tais programas e projetos têm atendido a demanda da população.

Dentre as respostas, foi observada a prevalência para respostas negativas, que destacam a não existência dos programas na cidade, aliados as evidências elencadas no quadro 2 que justificam que não é atendida a demanda populacional.

Em se tratando da variável “avaliação do atendimento da secretaria no local”, foi investigado junto ao usuário dos espaços como está o atendimento disponibilizado pela SECEL/RO ou SEMES/PVH no local.



Nas zonas centro e leste, o atendimento foi avaliado predominantemente como sendo ruim (41,2% e 48%), e na zona norte, houve prevalência dentre para os usuários do espaço que destacaram o atendimento como regular (48%).

Para a variável “atendimento ou orientação profissional”, foi questionado aos frequentadores se os mesmos tinham orientação do Profissional de Educação Física no local no qual estavam fazendo Atividade Física ou Esporte.

Na zona centro, os frequentadores por unanimidade, (100%) destacaram que “não tem orientação profissional” no espaço. Já no estrato norte e centro, mesmo que predominantes, variaram entre (83,3%), na zona norte e (98%), na zona leste.

Sobre o percentual expressivo de frequentadores que informaram “não ter orientação” nos espaços investigados, cabe salientar que o percentual de (2%) que informaram ter orientação através do “sim” zona leste, também destacou que os mesmos pagam personal trainer para orientação no respectivo espaço.

E no caso específico do estrato norte, por concentrar dois espaços (Espaço Alternativo e Parque da Cidade), houve indicativos de que a orientação pelo profissional de Educação Física, ocorre de forma esporádica e sem continuidade no Parque da Cidade.

Com relação à “frequência semanal”, foi investigado junto aos frequentadores do espaço acerca da frequência com que utilizam o espaço para Prática da Atividade Física ou Esporte.

A partir da tabela 3, pode-se afirmar que grande maioria utiliza o espaço acima de duas vezes por semana, sendo (90,2%), na zona centro; (83,3%), na zona norte e (80,4%) na zona leste.

No que se refere à variável “tempo dedicado”, foi verificado quanto tempo o frequentador permanece no espaço para fazer sua Atividade Física ou Esporte. Os resultados apontaram semelhanças entre as zonas centro e norte, e diferenças na zona leste.

Na zona centro e norte, os frequentadores respectivamente (66,7% e 52,9%) destacaram que praticam Atividade Física e/ou Esporte no espaço acima de 60 minutos. Já na zona leste, 60,8% informou que a permanência no espaço para fins de Atividade Física e/ou Esporte é de 30 a 60 minutos.

Para a variável “resultados alcançados”, investigou-se junto aos frequentadores se a prática da Atividade Física ou Esporte tem possibilitado resultados e benefícios para o mesmo. A partir da tabela 3, pode-se visualizar a predominância dentre as respostas dos frequentadores, (98%) informaram ter percebido benefícios no seu corpo, mente e na saúde na medida em que fez Atividade Física ou Esporte, e os demais (2%) que informaram “não”

como resposta, destacaram que é devido aos mesmos estar iniciando a prática da Atividade Física há pouco tempo.

Em relação variável “a satisfação com a prática de Atividade Física ou esporte”, assim como na variável “resultados alcançados”, os frequentadores manifestaram um percentual significativo de 98% que se mostraram satisfeitos com a Atividade Física e Esporte em ambas as zonas, e o que demonstraram insatisfação, justificaram como motivos, a falta de estrutura física e manutenção do espaço, bem como a ausência de orientação do profissional de Educação Física no local.

## **4.2 ANÁLISE OU DISCUSSÕES DOS RESULTADOS**

Na análise dos resultados, foram considerados os dados da pesquisa coletados junto aos profissionais das secretárias SECEL/RO e SEMES/PVH (Grupo 1), bem como as informações fornecidas pelos frequentadores dos espaços (grupo 2).

No grupo participaram 10 profissionais (05 da SECEL/RO e 05 da SEMES/PVH), identificados neste estudo como sendo gestores, ex-gestores e profissionais da área, e no grupo 2, houve a participação de 204 frequentadores, distribuídos em quatro espaços distintos de Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho: Deroche, Parque da Cidade, Espaço Alternativo e Skate Parque.

Em ambos os grupos para fins de investigação constituiu objeto de estudo as “Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho”. Entretanto para análise detalhada e aprofundada de tais políticas, foram obedecidos e considerados os objetivos da pesquisa.

Assim, a partir da análise de ambos os grupos (Grupo 1 e Grupo 2), foi possível identificar a existência de lacunas na gestão da Políticas Públicas para Atividade Física e o Esporte em Porto Velho, no que diz respeito às diretrizes, programas, projetos, estrutura e disponibilidade dos espaços, bem como acerca da oferta e atendimento a população local.

Além disso, os dados da pesquisa junto aos respectivos grupos possibilitaram aprofundar conhecimentos, estabelecer relações importantes, observar pontos de divergências no que se refere à oferta e atendimento da Atividade Física e o Esporte nos Espaços, e a consequente consolidação das Políticas Públicas para área na cidade de Porto Velho.

No grupo 1 (GPS-RO e GPS – PVH), tais observações foram efetivadas através da dimensão política (olhar político e institucional dos gestores e profissionais da SECEL/RO e

SEMES/PVH), e no grupo 2, por intermédio da dimensão social (visão e opinião dos frequentadores que utilizava os espaços e se beneficiava dos serviços oferecidos na área de Atividade Física e Esporte, no momento da pesquisa).

Entretanto para análise dos resultados, considerando os objetivos da pesquisa e a quantidade de informações adquiridas no estudo, bem como que os resultados encontrados em ambas as dimensões (dimensão política – grupo 1 e dimensão social – grupo 2) para fins de análise foram inter-relacionados e consideradas na discussão a seguinte estrutura:

1. Mapeamento das diretrizes, políticas e programas das secretarias SECEL/RO e SEMES/PVH;
2. Caracterização dos espaços e a oferta da Atividade Física e Esporte pela SECEL/RO e SEMES/PVH; e
3. Perfil do frequentador, diagnóstico do atendimento e prática da Atividade Física e Esporte nos Espaços.

#### 4.2.1 MAPEAMENTO DAS DIRETRIZES, POLÍTICAS E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS SECEL/RO E SEMES/PVH.

Em se tratando das diretrizes, políticas e programas, os resultados forneceram importantes subsídios para evidenciar e apontar indicativos quanto a ausência de Políticas Públicas para a Atividade Física e Esporte de forma participativa, consolidada e descentralizada entre as esferas federal, estadual e municipal, especialmente no que se refere ao grupo 1 desta pesquisa (GPS-RO e GPS-PVH).

De modo que ao estabelecer relações com a literatura, observa-se que ao longo dos anos diversas pesquisas foram realizadas no intuito de compreender criticamente as Políticas Públicas, em particular, como as Políticas Sociais são constituídas.

Neste sentido, têm sido examinados desenhos de políticas e suas relações com a cidadania, a cultura política, Estado, economia, os padrões de financiamento estatal, entre outras (FREY, 2000; TEIXEIRA, 2000; POCHMANN, 2004; ARRETCHÉ, 2003; SOUZA, 2006; HOCHMAN, ARRETCHÉ & MARQUES, 2007; HEIDMANN & SALM, 2010; MOREIRA, 2010; HOLFING, 2011; SILVA, 2012; PASTORINI et al, 2012).

Dentre os aspectos e contribuições conceituais levantadas, cabe destacar que as Políticas Públicas consistem em diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público, que exigem regras e procedimentos para relações e mediação entre poder público e sociedade

(TEIXEIRA, 2002) principalmente porque contempla campos multidisciplinares da política em geral e particular da política pública social (SOUZA 2006).

Nessa vertente, a Política Pública é entendida aqui como ações práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de estado por um governo para resolver questões gerais e específicas da sociedade. Isso porque é pelo Estado que as Políticas Públicas são encaminhadas e por meio delas se apresenta a materialidade da intervenção do Estado na realidade da sociedade (HEIDMANN & SALM, 2010; MOREIRA, 2010).

Busco também suporte em Souza (2006), para complementar que a política pública também pode ser entendida como um ciclo que compreende planejamento, implantação, financiamento, controle e avaliação. E reforço a partir das ideias de Jacobi (1999); Souza (2006); Piana (2009) e Cruz (2012) que enquanto conjuntos de ações provenientes do ciclo das políticas necessitam de formulação mediante a participação conjunta da sociedade civil e pela atuação do estado, enquanto representação do poder público.

Neste contexto, cabe destacar que em ambos os subgrupos (GPS – RO e GPS-PVH), não foram identificadas políticas públicas coerentes, integradas e consolidadas pelo poder local e sociedade civil que instituam normas, critérios, objetivos, regras e princípios legais para o oferecimento da Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho. Assim como também, observou-se que faltam programas instituídos pela secretaria com embasamento legal que permitam sua implantação de forma descentralizada e continua.

A partir desta afirmativa, e tomando por base as ideias de Jacobi (1999) é possível inferir evidências e/ou indicativos que deixam explícito o papel regulador do estado nas políticas públicas sociais em meio à crise da governabilidade e legitimidade do governo, e que permeiam a necessidade de ações de descentralização política administrativa e a emergência de políticas públicas pautadas pelo componente participativo.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a perspectiva de participação social evidenciada aqui procura retratar um cenário das Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho. Para tanto, corroboro com as ideias de Marques Gutierrez & Almeida (2011) no que se refere à definição de que as Políticas Públicas com participação social envolvem diretamente a realização de conferências, conselhos de participação social, orçamento participativo, plenárias temáticas e congressos municipais constituintes.

Além disso, há de se considerar que a mesma, tem por base a elaboração de conteúdos e estratégias que visam nortear as ações governamentais quanto à oferta das práticas corporais, aqui entendidas como Atividades Física e Esportes.

Como exemplo disso, no GPS – RO ficam explícitos indicativos importantes quanto à necessidade de desenvolvimento de ações pelo poder público que estimulem a participação da sociedade civil, e promova sua descentralização política por parte dos gestores, para fins de instituição de uma política de Estado.

Paralelo a isso, têm-se uma visão ampliada acerca da necessidade emergente de atuação do Estado, enquanto órgão de poder público que gerencia e regulamenta as leis e diretrizes políticas para implementação e consolidação das políticas públicas para Atividade Física e Esporte.

A partir de tais indicativos, é relevante destacar que os dados encontrados nesta pesquisa têm relação direta com o pensamento de Jacobi (1999), que afirma que poucas são as experiências de gestão municipal que assumem de fato uma radicalidade democrática na gestão da coisa pública, e amplia seu potencial participativo, em conformidade com os condicionantes da cultura política existente no Brasil e em demais países da América latina, que são marcadas por tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas, entre outros que consideram os interesses criados entre sociedade e Estado.

Neste sentido, Frey (2000), tomando como exemplo a política municipal no Brasil, identificou vários problemas peculiares que permeiam: o conhecimento científico limitado no que se refere à configuração dos arranjos institucionais e das características dos processos políticos municipais; a autonomia financeira e administrativa como política; as forças políticas atuantes na arena política municipal; bem como a falta de consolidação e consumação da determinação político ideológica tanto da população, do eleitorado, como também dos políticos e até mesmo dos partidos.

Ademais, observam-se pontos em comum com os pensamentos de Pochmann (2004) que afirma que gestão das políticas sociais tem sido operada por um padrão ultrapassado, que muitas das vezes concentra-se em medidas de natureza assistencialista, e sob a qual permanecem elevados o clientelismo e o paternalismo das políticas sociais que terminam por obstruir a perspectiva necessária da emancipação social e econômica da população assistida.

Os resultados encontrados contemplam ainda o pensamento de Piana (2009), que defende como sendo necessária para a consolidação das políticas, a criação de mecanismos de descentralização política administrativa, a partir da consolidação e existência efetiva da democracia, da autonomia e da participação social, como componentes e medidas políticas essenciais para o desenvolvimento das políticas sociais voltadas as necessidades humanas e à garantia de direitos dos cidadãos.

E sob uma perspectiva mais abrangente, relaciona-se com as ideias de Cruz (2012) que além de fomentar o papel do estado enquanto regulador das políticas públicas chama a atenção e esclarece que regular significar fiscalizar, controlar, supervisionar por meio de normas, regras e leis. Muito embora, tenha sido destacado pelo GPS-RO, que a Constituição Federal, a Lei nº 9.615/1995 – a Lei Pelé e as Conferências de Esporte constituem diretrizes norteadoras da SECEL/RO para o oferecimento do Esporte no Estado. Na prática, os resultados possibilitam apontar indicativos para uma instabilidade política que perpassa o cenário nacional, quando observadas às necessidades do Governo Federal em oferecer tais diretrizes, e concomitante exigir, garantir o seu oferecimento e/ou implementação através de legislações específica e disponibilidade de recursos para atender as esferas estaduais e municipais, bem como que tais legislações contemplem efetivamente os princípios legais da constituição federal e demais diretrizes nacionais, como a Lei Pelé.

Em se tratando das conferencias de Esporte, busco respaldo em Marques, Gutierrez & Almeida (2011), para esclarecer que Conferencia Nacional de Esporte - CNE consiste numa ação do Ministério dos Esportes que já se concretizou em três conferências (2004, 2006 e 2010) que teve por objetivo discutir as políticas de gerência e oferta do esporte no país. Entretanto, anterior à realização da CNE como etapa nacional, ocorreram às etapas regional/municipal e estadual.

Dentre as contribuições provenientes de tais conferencias, pode-se destacar a Criação do Sistema Nacional de Esporte em 2004, e que foi ratificado na CNE de 2006 com a proposta de criação da Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte. Nesta lei, estão previstos dedução de imposto de renda do valor pago por entidades privadas que patrocinam e/ou apoiam projetos e atividades esportivas, ligadas ao lazer, competição e formação de atletas.

Deste modo, tomando por base Dias & Fonseca (2011), as políticas públicas para o setor de esporte e lazer no Brasil são exemplos reais de como essa perspectiva vem sendo materializada pelo Estado conservador e burguês. Dentre as legislações que tratam do setor esportivo e de lazer no Brasil, em seu conteúdo predominam a supervalorização do esporte de alto rendimento, pelo favorecimento de grupos particulares ligados ao setor e mediante o empresariamento do esporte e do lazer, e não há garantia de financiamento no âmbito do esporte educacional e de lazer, acrescenta-se aqui também as perspectivas de promoção da saúde da população.

Em se tratando das esferas estaduais e municipais, a partir dos resultados da pesquisa, vislumbra-se que não existem por parte do governo federal, diretrizes e/ou políticas

instituídas legalmente que delimitem a obrigatoriedade da promoção do esporte e Atividade Física de forma integrada entre as esferas estadual e municipal.

A prova maior disso reflete diretamente na ausência de um sistema consolidado de políticas públicas a Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho, sob o qual estejam instituídos os Conselhos Estaduais e Municipais de Esporte e Atividade Física, enquanto espaço público para tomadas de decisões, acompanhamento e fiscalização das ações, programas desenvolvidos e recursos adquiridos.

Busco ainda respaldo em Piana (2009), para destacar que muito embora a partir da constituição federal de 1988, tenham sido instituídos os instrumentos de participação da sociedade civil no controle da gestão das políticas sociais, e estabelecidos os mecanismos de participação, implementação, execução e controle de tais políticas, como por exemplo, o exercício da democracia participativa e a criação de conselhos integrados representativos dos segmentos da sociedade civil.

Na prática, não se têm alcançado o plano das intenções, ou seja, não tem existido uma verdadeira política nacional de descentralização. Como exemplo disso pode-se observar que existem os estados que estão seguindo as diretrizes propostas pelo ministério do esporte, e outros como Rondônia que não tem um sistema de esporte consolidado.

Neste contexto, é importante enfatizar que muito embora o GPS – RO tenha destacado que no âmbito da SECEL/RO foram realizadas três Conferências Estaduais de Esportes com a participação da sociedade, e que através destas conferencias, houve tentativas de consolidação junto ao poder local de políticas para área, e que atualmente existem projeções futuras quanto ao fomento ao Esporte e Lazer no Estado de Rondônia.

No âmbito legal, não houve consolidação de tais conferencias que pudessem então vir a se constituir e/ou implementar, e consolidar como uma Política de Estado para área da Atividade Física e Esporte no Estado de Rondônia.

Corroborando com o pensamento de Cruz (2003) chama-se a atenção que a implementação de Políticas Públicas requer o entendimento que a mesma recebe intervenções de vários agentes, seguem uma lógica e prioridade própria, agem com autonomia, e suas intervenções são reflexo do curso das coisas e das escolhas.

E assim tomando por base a teoria do poder de Bobbio (2007) há de se considerar a composição dos três poderes (o legislativo, o executivo e o judiciário) e das relações entre eles para então compreender que o conceito de Estado relaciona-se ao de política e o conceito de política ao de poder.

Na visão de Hofling (2011), o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses e os arranjos feitos nas esferas de poder, mas que contemplam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.

Deste modo, considerando que Estado e política relacionam-se entre si, há de considerar que o Estado desempenhou papéis decisivos na organização e estruturação da sociedade política e econômica, bem como no campo da ciência política, ora como instância burocrática (MOREIRA, 2010); poder e força social (BOTTO JR, 2007; LENIN, 2010); ora como órgão de dominação e repressão de classe trabalhadora (Lenin, 2010; Engels, 2012), ora enquanto fenômeno do poder regulado por leis (BOBBIO 1997, 2007) e como Direito e Bem – Estar Social (POCHMANN, 2004; PIANA 2009).

Entretanto, enquanto fenômeno de poder, o Estado inicialmente, caracterizou-se como autorregulado, pois dependia diretamente das forças do mercado para se consumir. Atualmente, tem assumido a função reguladora e empresarial, e instituído a burocracia e o exercito permanente como representatividade da formação e atuação do poder estatal (HEIDEMAN & SALM, 2010; LENIN, 2010).

Assim, considerando a inter-relação conceitual entre Estado, poder e política proposta por Bobbio (2007); Lenin (2010) Heideman & Salm (2010) e o pensamento de Hofling (2011) quanto ao processo de definição das políticas públicas, é pertinente considerar que as lacunas evidenciadas nas políticas públicas para Atividade Física e Esporte identificadas nesta pesquisa, relacionam-se diretamente com ausência de atuação do poder público local no que se refere aos arranjos feitos entre as esferas de poder e os mecanismos de participação da sociedade.

Nesta perspectiva, os resultados desse estudo vão ao encontro também do pensamento de Silva (2012) que afirma que o Estado brasileiro não tem assumido sua responsabilidade na garantia dos direitos sociais, e sim tem optado por intervenções emergenciais a grupos de riscos.

Como consequência disso, tem esquecido seu dever primordial de implementar políticas públicas extensivas, universais e emancipatórias que garantam níveis civilizados de bem-estar social. Ademias, até o momento da pesquisa não se tinha legalmente instituído o Conselho Estadual de Esporte, e tomando por base a fala dos participantes da pesquisa, é pertinente salientar que existem projeções futuras e perspectivas de retomada das conferencias de esporte nas esferas estadual e municipal para debates e discussões acerca da realidade do Esporte no Estado.



Todavia, há indicativos da existência de ações em andamento que estão fundamentadas nas três conferências estaduais de esporte realizadas, sob as quais estão previstas a aprovação do Projeto de lei que institui a Criação do Sistema Estadual de Lazer, e a reformulação do Projeto de Lei para incentivo ao Esporte.

Partindo desse pressuposto, e na tentativa de estabelecer uma relação direta com as Políticas Públicas de Atividade Física e Esporte, busco respaldo em Piana (2009), para destacar que para implementação e consolidação das Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte é importante destacar e considerar três pontos importantes: o primeiro refere-se à perspectiva e relações existentes da Atividade Física e Esporte com o planejamento, e implementação das Políticas Sociais do Estado; e a segunda diz respeito à necessidade de organização e criação dos conselhos representativos da sociedade civil nas diferentes esferas governamentais, enquanto espaços públicos de discussão, decisão, acompanhamento e fiscalização de ações, programas e distribuição de recursos; e por último, como terceiro ponto, podem-se enfatizar a garantia dos princípios de descentralização político-administrativa instituídos na constituição federal, que implica diretamente na transferência de poderes, atribuições de competências, e consequente divisão de trabalho social entre a União, o Estado e o Município.

Com relação aos programas desenvolvidos pelas secretarias (SECEL/RO e SEMES/PVH), ambos os grupos (GPS – RO e GPS – PVH) deixaram implícito que não existem programas instituídos pelas secretarias com embasamento legal que permitam institucionalizá-los e consolidá-los, principalmente no âmbito da SECEL/RO.

Outro aspecto importante, diz respeito que na esfera municipal, através da SEMES/PVH, existem programas e projetos planejados e executados pela secretaria, entretanto, não se vislumbra uma continuidade dos mesmos, e assim, conforme há mudanças políticas dos gestores, os programas e projetos também mudam seus nomes e objetivos.

Neste contexto, é importante ressaltar que concomitante com as mudanças nos nomes e objetivos dos programas e projetos, há também mudanças e/ou descontinuidade na organização e desenvolvimento das atividades de ambas as secretarias (SECEL/RO e SEMES/PVH), tendo em vista que há um cronograma anual de atividades, mas não há diretrizes legais que exijam seu cumprimento independentemente da gestão e/ou partido político que esteja na secretária.

Cabe destacar que a ausência de continuidade e/ou mudanças dos Programas e projetos, pode ser reflexo e/ou está relacionada à necessidade de planejamento, articulação, implementação e consolidação dos programas de forma integrada entre todos os segmentos da

secretaria, órgãos e instituições governamentais e sociedade civil, estabelecendo assim ações intersetoriais.

Neste sentido, Frey (2000) chama a atenção que no contexto prático das Políticas Públicas no país, os arranjos institucionais e os processos de negociação entre executivo, legislativo e sociedade civil são pouco formalizados, institucionalizado e consolidado, de modo que se tem um entendimento de que no âmbito das Políticas Públicas brasileiras, há “instabilidade” que acaba dificultando que se chegue a afirmações de caráter teórico com maior grau de generalização.

Ademais, chama-se atenção que as diretrizes políticas e programas se interligam, portanto, ter diretrizes políticas implementadas e consolidadas, significa conseguir a efetivação e/ou desenvolvimento de programas e projetos junto à população. Neste contexto, cabe ressaltar que os resultados da pesquisa vislumbram a existência de lacunas provenientes da ausência de diretrizes políticas para nortear o planejamento e implementação de programas e projetos institucionalizados, numa perspectiva de continuidade, independentemente do governo e partidos políticos.

Por outro lado, a falta de diretrizes políticas, programas e projetos legalmente instituídos e consolidados, também refletem e acabam prejudicando ou dificultando o atendimento e oferecimento da Atividade Física e Esporte nos espaços.

Deste modo, chama-se atenção que a ausência de legislações para área na esfera estadual e municipal; a falta de programas e projetos legalmente instituídos; a necessidade de profissionais de Educação Física para orientar os usuários nos espaços; a pouca disponibilidade de recursos humanos e financeiros para as secretarias (SECEL/RO e SEMES/PVH) atender a população; a pouca disponibilidade de espaços públicos adequados e com condições de uso, constituem desafios para a gestão pública local na área de Atividade Física e Esporte, e principalmente para o poder público estadual e municipal.

Entretanto, é importante considerar o papel e atuação legal de cada esfera, seja ela estadual e/ou municipal. De modo que sendo a esfera estadual, órgão gerenciador dos aspectos legais, normas e diretrizes para implementação e consolidação das Políticas Públicas para Atividade Física no Estado de Rondônia necessita estabelecer um plano de governo que contemple medidas de intervenção, considerando as reais necessidades da população no que se refere à Atividade Física e o Esporte.

Mezzadri et al (2006), a partir de um estudo realizado em secretarias municipais de Esporte e Lazer, de 15 cidades no Estado do Paraná, constatou que a falta de um plano de governo de intervenção na sociedade, reflete diretamente, na oferta de ações pontuais e

desconectadas de um plano único das secretarias, e contribuindo assim para a ausência de ações ampliadas e integradas entre a sociedade civil.

Entretanto, é importante destacar que em âmbito de governo Federal, o Ministério do Esporte, têm desenvolvido algumas ações nos últimos anos como tentativas de amenizar os problemas advindos da gestão do Esporte e Lazer no Brasil. E assim corroborando com Pinto et al (2011), dentre as ações desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, foi oferecida qualificação continuada para gestores, agentes e ações como vistas a universalização do esporte a partir da criação do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC em 2004. Sendo que no ano de 2007, foram instalados 1.288 Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer em 409 municípios de 26 Estados e o Distrito Federal, para fins de atendimento a população em todas as faixas etárias (da criança ao idoso). Além disso, o Ministério do Esporte investiu na implantação de 180 núcleos do “Projeto Vida Saudável”, para atendimento ao idoso.

Assim, pode-se vislumbrar que muito existam ações de fomento e incentivo por parte do Ministério do Esporte para que os municípios e estados promovam o Esporte e o Lazer. No que se refere ao Estado de Rondônia, não se vislumbra ações relacionadas ao Núcleo de Esporte Recreativo e Lazer, bem como ação do Projeto Vida Saudável conforme preconiza o PELC.

Nesta perspectiva, tem o entendimento que a SECEL/RO, enquanto instituição estadual de Esporte e Lazer tem o desafio de fomentar e estimular o poder local e sociedade civil ao estabelecimento de convênios, normas, legislação específica que possibilitem efetivar e consolidar em caráter de urgência projetos e programas legalmente instituídos na esfera federal como Políticas Públicas de Estado, e não de governo.

Principalmente porque conforme Bobbio (1997) “o bom governo é aquele em que os governantes são bons porque governam respeitando as leis ou aquele em que existem boas leis porque os governantes são sábios”.

Outro destaque importante, diz respeito que Ministério do Esporte, em 2007, por meio de sua Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDL) e em parceria com o Ministério da Educação (MEC), realizou a 2ª Reunião Nacional dos Gestores e Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e dentre os objetivos da reunião, a necessidade de políticas intersetoriais foi apresentada como um desafio das políticas sociais no atual governo, bem como foi discutida e defendida como sendo fundamental para ampliar e consolidar o lazer como um dos eixos das políticas sociais do governo federal (PINTO et al, 2011).

Nesta vertente, entende-se que constitui desafios também para as esferas estaduais e municipais o desenvolvimento de programas e projetos numa perspectiva intersetorial em parceria com a sociedade civil, que possibilite ampliar não só o oferecimento de espaços de Esporte e Atividade Física, mas que estimule tanto a prática da Atividade Física e Esporte, bem como disponibilize profissionais de Educação Física nos espaços em quantidade suficientes para orientar e acompanhar as práticas corporais.

Corroborando com Mezzadri et al (2006) cabe destacar que a quantidade insuficiente de profissionais de Educação Física, também é reflexo da falta de um plano de governo, bem como perpassa diretamente pela necessidade de instituição dos conselhos municipais de esporte e lazer, como já existe na saúde, educação, assistência social, entre outros.

E assim, considerando que nesta pesquisa não foi identificada a presença dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer nos âmbitos das secretarias investigadas (SECEL/RO e SEMES/PVH), tem-se o entendimento que há vulnerabilidade e lacunas na gestão do poder local no que se refere a utilizar os mecanismos legais necessários para instituir tal conselho.

Por outro lado, muito embora existam cidades, em que a falta de um plano de governo e a ausência dos conselhos municipais de Esporte e Lazer, tem ocasionado interferências na oferta e atendimento das práticas corporais (MEZZADRI et al, 2006).

Deste modo há discussões importantes na literatura quanto à representatividade e gestão dos governos, bem como há constantes relações entre a função governativa no Estado liberal e no Estado democrático. Tendo em vista que o regime político atual reduziu muito a função governativa dos partidos correspondentes e sua função representativa também ficou minada, ao ponto que os diferentes setores sociais diante da percepção de que o partido não é um instrumento importante de poder, acabam por dirigir suas lutas e pressão diretamente para a burocracia de Estado (BOITO JR, 2007).

Contudo, é fundamental considerar que existem cidades que apresentam com seus planos de governo e os conselhos municipais de Esporte e Lazer em construção e consolidação, e/ou até mesmo apresentam-se com políticas de Estado instituídas para a área das práticas corporais, sob as quais estão incluídas a Atividade Física, o Esporte e Lazer. E os resultados têm contribuído sobremaneira na redução do sedentarismo e nos problemas de saúde advindos da inatividade física.

Como destaque para importância do profissional de Educação Física nos espaços, em Recife, existem políticas públicas consolidadas que valorizam e propõe a atuação regular do profissional de Educação Física nos postos de saúde, e através do Programa Academia da

Cidade. E como resultados desta intervenção, já são observados impactos positivos quanto à informação, adesão e prática da Atividade Física como forma promoção da saúde e qualidade de vida na população da cidade (HALLAL et al, 2009;2010).

Além disso, cabe destacar que a partir da proposta de criação das cidades saudáveis, em Toronto, Canadá, no ano de 1978, observou-se a iniciativa de que em algumas cidades brasileiras houve intensa mobilização quanto ao desenvolvimento de programas de Atividade Física. E de forma mais recente, em 2006, no Brasil, através da Política Nacional de Promoção da Saúde, a prática da atividade física apresenta-se incluída na agenda nacional do país.

Outro dado importante refere-se à existência de iniciativas de fomento e disponibilização de recursos por parte do governo a todos os estados da federação para investimento em projetos locais de incentivo a prática da atividade física. Como resultados disso, observa-se em algumas cidades do Brasil, a presença de estratégias e políticas públicas consolidadas sob uma perspectiva de promoção do estilo de vida ativo, e consequente promoção da saúde (HALLAL et al, 2010).

#### 4.2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E A OFERTA DA ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE PELA SECEL/RO E SEMES/PVH

Quanto à caracterização dos espaços de Atividade Física e Esporte, através do estudo foi possível visualizar a necessidade de reformas, ampliação, construção e/ou aproveitamento de espaços ociosos na cidade pelo poder local para fins de oferecimento da Atividade Física e atendimento das necessidades da população.

Dentre os aspectos que justificam tal necessidade, o estudo identificou a relação proporcional entre crescimento populacional e diminuição dos espaços, a distribuição concentrada dos espaços em locais e/ou zonas específicas e sua ausência e/ou pouca disponibilidade em outras regiões.

Situação semelhante foi observada no estudo de Rechia & França (2006), que analisou os espaços, como praças, espaços culturais, centros esportivos e parques que são destinados às práticas corporais em quatro cidades do Estado do Paraná, e constatou problemas na infraestrutura dos espaços e equipamentos; salientou a precariedade da limpeza, iluminação e a carência de manutenção dos espaços, confirmando assim a necessidade de reformas nos espaços existentes e a criação de novos espaços.

E assim, sobre os pontos observados no estudo de Rechia & França (2006) e os resultados desta pesquisa, como pontos levantados, cabe destaque especial, quanto às relações e inter-relações existentes entre: “reformas inacabadas” “abandono dos espaços” e “necessidade da população, que faz uso contínuo dos espaços, mesmo quando estão impróprios”. As reformas inacabadas, o abandono dos espaços e necessidades da população se inter-relaciona com os problemas de infraestrutura, carência de manutenção, reformas e criação de novos espaços.

Desta forma, mediante a análise estabelecida destes aspectos, a pesquisa oferece indicativos de que há uma quantidade significativa de espaços distribuídos na cidade, entretanto muito deles estão abandonados pelo poder público, e/ou em reformas por períodos longos e sem expectativa de término.

Nesta perspectiva, pode-se enfatizar que os resultados encontrados aqui apresentam conformidade com a pesquisa experimental realizada na cidade de Porto Velho no de 2008 por Silva et al (2010) e Bernaldino et al (2010), que a partir de estudos realizados nas secretarias de Esporte e Lazer no município Porto Velho, identificou uma necessidade emergente de ampliação dos espaços públicos para a prática do esporte e lazer para a população na cidade. Tendo em vista a insuficiência de espaços públicos estruturados para prática do esporte e lazer.

Cabe salientar que muito embora já tenham sido apresentadas evidências acerca da necessidade de ampliação dos espaços públicos para o esporte e lazer na cidade de Porto Velho, o que se observa que mesmo diante da insuficiência dos espaços e de suas condições de uso, a população acaba utilizando os espaços considerados aqui como sendo impróprios, porque não oferecem condições de uso.

Como é o caso do Skate Parque, um espaço amplo, arborizado e que teria condições de atender um número significativo da população, especialmente, os que residem naquela região periférica da cidade, e que não possuem condições econômicas suficientes para frequentar espaços privados.

E assim tomando por base os resultados desta pesquisa, o referido espaço foi apontado pelo GPS –PVH, como sendo um espaço que está sob reforma há meses, e sem previsão de conclusão, entretanto mesmo assim há um fluxo significativo de pessoas que residem nas proximidades do local e utilizam o espaço para prática da Atividade Física e Esporte, como caminhada, corrida e Skate.

Partindo desta afirmativa, cabe destacar que a população investigada no grupo 2, e identificada nesta pesquisa como sendo usuária dos espaços de Atividade Física e/ou Esporte

é proveniente das diferentes zonas da cidade, e utiliza os espaços (Deroche, Parque da Cidade e Espaço Alternativo) para prática de atividades como a caminhada, corrida, musculação, entre outros (78% na zona centro e 75,5% na zona norte),

Sendo que no caso específico do Parque Jardim das Mangueiras (Skate Parque), observou-se que (62,7%) da população utiliza predominantemente o espaço para prática de caminhada. E como motivos alegados, os usuários destacam que utilizam o espaço apenas para caminhada, em virtude da estrutura física imprópria do espaço que não permite o desenvolvimento de outras atividades, como por exemplo, a corrida fica prejudicada por causa da brita que tem na pista; e também por não haver equipamentos que possibilitem o desenvolvimento de outras opções de atividade, tais como, aparelhos para alongamentos e para exercícios de musculação, provenientes do Programa Academia ao ar Livre.

Também se chama atenção que a partir dos resultados destacados pelo (grupo 2 – dimensão social) foi possível observar que nos espaços mais centrais como Deroche e o Parque da Cidade, a estrutura física apresenta-se mais adequada e equipada, quando comparada à estrutura do Parque Jardim das Mangueiras, popularmente conhecido como Skate Parque.

Outro dado importante, diz respeito que ao estabelecer uma associação com os resultados propostos na dimensão política (grupo 1), os subgrupos (GPS-RO e GPS-PVH), destacaram os Espaços Deroche e Parque da Cidade como sendo os mais frequentados pela população da cidade, bem como foi salientado pelo GPS – PVH que no âmbito municipal, a SEMES/PVH desenvolve de forma exclusiva no Parque da Cidade o projeto Academia Alternativa, no qual são previstas e oferecidas atividades físicas de ginástica, alongamento e orientação nos aparelhos de academia ao ar livre. E nos demais espaços, a população permanece na ociosidade de ações por parte desta secretaria.

Nesta vertente, que a partir dos resultados encontrados no grupo 2 desta pesquisa, foi possível estabelecer relações que culminam no indicativo de que a oferta da Atividade Física e Esporte por parte das secretarias (SECEL/RO e SEMES/PVH) nos espaços investigados os espaços são insuficientes, não atende a demanda da população da cidade, bem como o atendimento da secretaria nos espaços é restrito às ações do Projeto Academia Alternativa desenvolvidos no Parque da Cidade e as Escolinhas esportivas, desenvolvida nas quadras poliesportivas.

Diante desta afirmativa, entende-se como sendo pertinente estabelecer relações com a realidade dos espaços e a “administração e/ou responsabilidade do poder local”, tendo em vista que os resultados da pesquisa no geral apontam informações importantes que fornecem

indícios quanto à ausência do poder público e/ou de um plano de governo que contemple as necessidades da população local.

Entretanto, concomitante, os dados oferecem indicativos quanto à existência de um governo local que contempla os princípios de terceirização dos serviços à população, tendo em vista que há uma secretaria que administra o Esporte e o Lazer e oferece as atividades nos diferentes espaços. Em contrapartida, existem órgãos responsáveis pelos cuidados e manutenção dos espaços, como é o caso da SINDESTUR e ENDUR.

Em se tratando da estruturação e disponibilidade de espaços, observou-se quanto à estruturação, que os espaços estão distribuídos e organizados pelas secretarias, obedecendo as sua localização por zona geográfica. E assim, como resultado verificou-se identificar a existência de locais diferenciados no município de Porto Velho para a prática de Atividade Física e Esporte, como: praças, parques, quadras; campos, centros; ginásios e espaços abertos, bem como que os mesmos estão localizados em zonas distintas da cidade e nos distritos.

Mas, contudo, a distribuição desses espaços por zonas na cidade não ocorre de forma equivalente, e por esta razão, nas zonas mais periféricas, os espaços para a Atividade Física e Esporte são limitados, quando comparado com as zonas mais centrais. Desta forma, é pertinente salientar que os resultados da pesquisa apontam que a zona norte da cidade possui a maior quantidade de espaços disponíveis, quando comparado com a zona leste e sul.

Relacionados a isso, chama-se atenção que a zona leste, é caracterizada por uma região extremamente populosa, no qual estão concentradas parcelas significativas da população detentora de baixo poder econômico e das necessidades básicas como saúde e educação, e que necessitam de ações políticas que garantam seus direitos constitucionais ao esporte, cultura e lazer de forma abrangente.

Ademais, entende-se como sendo pertinente salientar a necessidade emergente e importância das políticas públicas intersetorias para reordenamento urbano da cidade, e consequente distribuição dos espaços de Atividade Física e Esporte respeitando o perfil social, econômico e cultural e as necessidades básicas da população.

Principalmente porque os resultados sinalizam que as ações do Poder Local têm sido “limitadas”, e, portanto, não tem alcançado e/ou atendido às necessidades e anseios da população de forma satisfatória.

Neste contexto, cabe salientar conforme Rechia & França (2006), que a população tem se apropriado de forma espontânea de espaços como praças, centros esportivos e parques como sendo estes locais opções de lazer e momentos de experiências corporais e lúdicas. Todavia, tal apropriação pode ser facilitada e melhorada se houver uma preocupação



acentuada do poder público no que tange ao planejamento e implementação de políticas públicas e planos de governo que contemplem efetivamente a área das práticas corporais.

Neste sentido, algumas inquietações são pertinentes: “Há espaços adequados com programas disponíveis” ou “Há espaços adequados com programas limitados”. Como ponto importante e pertinente, que podem explicar tal inquietação cabe destacar que os resultados oferecem indicativos acerca da “Existência de espaços e ausência de programas” e/ou “a Disponibilidade de espaços, e a limitação dos programas”.

#### 4.2.3 PERFIL DO FREQUENTADOR, DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO E PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Neste tópico pretendeu-se discutir os resultados alcançados no grupo 1 e 2 deste estudo. Entretanto, foram considerados para fins de discussão no grupo 1, a categoria atendimento e oferecimento da Atividade Física e Esporte em Porto Velho, e no grupo 2 foram levados em consideração a categoria 1 (perfil do frequentador dos espaços de Atividade Física e Esporte) e a categoria 3 (diagnóstico do atendimento e prática da atividade física e Esporte nos espaços: opinião dos frequentadores de Porto Velho).

Com relação à categoria 1 – perfil do frequentador dos espaços de Atividade Física e Esporte (grupo 2), a partir da análise dos dados foi possível identificar o perfil do frequentador dos espaços de Atividade Física e Esporte. Assim para fins de melhor compreensão e discussão de tais variáveis foi traçado um perfil predominante do frequentador investigado nesta pesquisa: o usuário que utiliza os espaços, pertence ao sexo masculino (52,9% na zona centro; 53,9% na zona norte e 60,8%, na zona sul); tem idade entre (31 e 49 anos), sendo (43,1%, na zona centro, 44,6% na zona norte e 47,1% na zona leste).

Quanto ao grau de escolaridade, prevaleceu a educação básica nas zonas centro e leste, sendo respectivamente (68,6% e 64,7%) e educação superior, na zona norte (53,9%). Em se tratando das ocupações evidenciadas pelo grupo 2 desta pesquisa, predominou dentre as respostas a ocupação funcionário público (31,5% no centro; 48% no norte e 43,1% na zona leste).

Do mesmo modo, foi possível observar que o frequentador que utiliza os espaços investigados, também faz uso de outros espaços, como academias, praças, ruas, campos, espaços abertos entre outros, bem como praticam a Atividade Física e/ou Esporte por motivos predominantemente relacionados à prevenção e promoção da saúde (35,3% na zona centro;

49% no norte e 41,1% na zona leste), em horários compreendidos entre os turnos da tarde (90,2% na zona leste) e no turno da noite sendo (48%, na zona centro e 50% na zona norte).

Estabelecendo uma relação com a literatura foi possível propor associações apontando divergências e semelhanças dos resultados encontrados aqui quanto ao perfil do frequentador, no que se refere à idade, sexo, grau de escolaridade motivos da prática com os resultados do estudo de Hallal et al (2010), que investigou em polos distintos 554 indivíduos de ambos os sexos, que são usuários e não usuários do Programa Academia da Cidade em Recife.

Em se tratando das divergências, observou-se com relação ao sexo, que os resultados encontrados nesta pesquisa divergem do estudo de Hallal et al (2010), que identificou de forma predominante a participação feminina no Programa (89,2%), e nesta pesquisa, prevaleceram os indivíduos do sexo masculino (52,9%) na zona centro; (53,9%) na zona norte e 60,8%, na zona leste).

Quanto às semelhanças, especificamente com relação aos motivos da prática da Atividade Física, foi identificada em (65,7%) dos usuários do programa Academia da Cidade em Recife, que os mesmos participam do programa por motivos relacionados à saúde. Em se tratando da idade, como ponto em comum, verificou-se que os valores médios de idade (49 anos) dos não usuários do Programa Academia da Cidade em Recife, aproximam-se com os dados encontrados nesta pesquisa (idade entre 31 e 49 anos).

Sendo assim, pode-se enfatizar que os pontos em comum entre os dois estudos propõem evidências que o perfil do frequentador da cidade Recife identificado no estudo de Hallal et al (2010) não apresenta diferenças significativas do perfil do frequentador dos espaços de Atividade Física e/ou Esporte na cidade de Porto Velho.

Neste âmbito, cabe destacar que de acordo com os dados do VIGITEL (2013), no que diz respeito à prática de atividade física no tempo livre (pelo menos 150 minutos de Atividade Física de intensidade moderada) em adultos maiores de 18 anos, em ambas as cidades, foram aproximados, sendo (31,6%) em Porto Velho e (34,6%), em Recife.

Com relação ao diagnóstico do atendimento e prática da Atividade Física e Esporte (grupo 2) e no que se refere ao atendimento e oferecimento da Atividade Física e Esporte em Porto Velho (grupo 1) foi possível analisar de forma aprofundada a oferta e atendimento prestado pelas secretarias SEMES/PVH e SECEL/RO; e ainda, estabelecer associações entre o atendimento prestado pela SECEL/RO e SEMES/PVH e o atendimento recebido pelo frequentador, bem como inter-relações entre as dimensões política (grupo 1) e a dimensão social (grupo 2), acerca da oferta e a prática da Atividade Física e Esporte nos espaços estudados.

No que diz respeito ao atendimento e oferecimento da Atividade Física e Esporte em Porto Velho, no grupo 1, os resultados apontam que no GPS – RO, o atendimento é restrito aos profissionais da área, federações, associações de bairros e as secretarias dos municípios, enquanto que no GPS – PVH, a SEMES/PVH atende segmentos diversificados da população (criança, jovem, adulto, idoso) através de programas e projetos desenvolvidos pela secretaria na capital e distritos.

Quanto à organização das atividades para atendimento a população, ambos os grupos (GPS-RO e GPS-PVH), destacaram que seguem um cronograma anual, entretanto suas ações acabam restritas a um quantitativo pequeno da população da cidade, tendo em vista que geralmente são desenvolvidos por período de curta duração e/ou não tem perspectiva de continuidade, como é o caso do projeto Tenda do Esporte que previa o oferecimento da Atividade Física nos espaços com orientação e acompanhamento do profissional de Educação Física, e no período da pesquisa tinha sido desativado com a mudança de gestão.

Outro ponto de destaque, diz respeito à oferta limitada dos projetos e programas por parte da secretaria. E assim, cabe citar que o projeto Academia Alternativa é apresentado pelo GPS - PVH como sendo um projeto de longa duração e prioritário da SEMES/PVH, entretanto, sua oferta está restrita aos usuários do Parque da Cidade, e nos demais espaços, a população permanece na ociosidade de orientação e acompanhamento quanto à prática da Atividade Física e Esporte.

Em relação ao grupo 2 desta pesquisa, constatou-se a predominância de respostas negativas quanto a ausência de orientação e acompanhamento profissional nos espaços (100%, na zona centro; 83,3% na zona norte e 98% na zona leste).

Concomitante, pode-se ressaltar que dentre os frequentadores que apresentaram respostas afirmativas quanto à existência de orientação profissional (zona norte e leste), na zona norte, houve destaque que tal orientação acontece através das atividades do projeto Academia Alternativa realizada no Parque da Cidade. Entretanto na zona leste cidade, dos usuários que afirmaram receber orientação profissional no local, os mesmos informaram que recebem porque pagam pelo serviço aos profissionais da iniciativa privada que atendem como personal trainer.

E assim, tomando por base a ausência e/ou falta de orientação profissional nos espaços investigados, é pertinente apontar que tal situação também reforça o entendimento de que a oferta da Atividade Física e/ou Esporte nos espaços pelas SECEL/RO e SEMES/PVH, tem sido disseminada pelo poder público local mais numa perspectiva de lazer, do que de promoção e/ou prevenção. Além disso, foi possível visualizar que em ambos os grupos (GPS

– RO e GPS-PVH) prevalece como as ações prioritárias da secretaria, a prática Esportiva, obedecendo a uma ordem de importância: primeiro o rendimento, depois, a parte educacional e por último o lazer.

Nesta vertente, é pertinente salientar que mesmo diante de divergências de opinião quanto aos objetivos a serem alcançados com a prática esportiva, tais como o rendimento, a parte educacional e o lazer. Na prática, fomenta-se o esporte competitivo e o lazer, sendo que na SECEL/RO, a promoção do esporte é feita através dos Jogos Intermunicipais e Jogos Escolares, e o mesmo ocorre de forma competitiva e na SEMES/PVH, o esporte é desenvolvido nos programas e projetos da secretaria ora como “Esporte e Lazer”, ora como “Esporte competitivo” e ora numa perspectiva de “Lazer”. Relações com a promoção da saúde não foram identificadas.

Por outro lado, no grupo 2, em ambos os espaços investigados, observou-se de forma predominante que os frequentadores salientaram não ter conhecimento acerca dos programas e projetos da SECEL/RO e SEMES/RO (78,4%, na zona centro; 83,3%, na zona norte e 82,4%, na zona leste); não está participando e nem ter participado de nenhuma ação, projetos e programas oriundos das secretarias (92,2%, na zona centro; 94,1%, na zona norte e 90,2%, na zona leste %).

E ainda, salientaram que desconhecem a existência de programas e projetos voltados para a promoção da saúde e qualidade de vida (94,4%, na zona centro; 83,3%, na zona norte e 78,4% na zona leste). E os que destacaram respostas afirmativas, salientaram que por algumas vezes observaram nos espaços, a realização de eventos e ações isoladas por parte da prefeitura, e em outras vezes como sendo provenientes de iniciativas privadas.

Outro fator importante evidenciado na categoria 3 do grupo 2, refere-se que muito embora, tenha prevalecido nos resultados a satisfação dos frequentadores com a prática de Atividade Física e Esporte no local (98%, na zona centro; 98%, na zona norte e 98%, na zona leste), da mesma forma, os usuários dos espaços demonstraram insatisfação com o poder público, e avaliaram o atendimento da secretaria como ruim (41,2% no centro e 60,8%, na zona leste) e regular na zona norte (48%).

Como sugestões para melhoria do atendimento do poder público através das secretarias SECEL/RO e SEMES/PVH, os frequentadores evidenciaram a necessidade de reformas, manutenção dos espaços físicos e aparelhos (7,5% na zona centro; 90,2% na zona norte e 100% na zona leste) e a necessidade de profissionais de Educação Física para orientar e acompanhar a prática de atividade física nos espaços.

Deste modo, considerando os resultados evidenciados no grupo 1 e 2 desta pesquisa, pode-se afirmar que o fomento de projetos voltados para promoção da saúde e qualidade de vida é praticamente inexistente, principalmente no âmbito da secretaria do Estado SECEL/RO.

Do mesmo modo permite afirmar a oferta do Esporte e Atividade Física por intermédio da SECEL/RO e SEMES/PVH não tem atendido a demanda da população da cidade. Ao mesmo tempo em que chama atenção para a inatividade física como sendo na atualidade um problema de saúde pública, e um dos principais fatores de risco para o aparecimento de doenças crônicas degenerativas.

Assim, considerando que há uma vasta literatura sobre as modificações funcionais e estruturais decorrentes da prática regular de atividade física e as consequências dessas adaptações tanto para desempenho humano como para a saúde das pessoas em todas as idades, a prática da atividade física regular tem sido reconhecida no mundo e em particular no Brasil por seus efeitos saudáveis nos praticantes no que diz respeito à saúde, bem-estar e qualidade de vida das pessoas que a pratica (ACSM, 1999; 2000; ZAMAI et al 2011; MORETTI et al, 2009; MALTA et al, 2009; HALLAL, 2009;2010;2011).

Segundo Malta et al (2009), no Brasil o incentivo e reconhecimento para as práticas corporais, entendidas nesta pesquisa como Atividade Física e Esporte estão reconhecidas na Política Nacional de Saúde, - PNS como sendo um fator de proteção a saúde e diminuição dos fatores de riscos associados as doenças, como é o caso do sedentarismo. Entretanto, no que se refere especificamente a PNS, a mesma foi criada com intuito de garantir a integralidade do cuidado com a saúde. Deste modo, a PNS dispõe diretriz e recomenda estratégias de organização das ações de promoção da saúde nas três esferas (federal estadual e municipal).

Zamai et al (2011) avaliou os benefícios da prática da atividade entre duas e três vezes por semana pelo Programa Mexa-se UNICAMP na cidade de São Paulo, e observou resultados positivos que evidenciaram melhoras no desempenho de atividades cotidianas e no trabalho (85,2% no sexo feminino e 70,5% no masculino); diminuição do peso corporal (55,5%), diminuição da pressão arterial (42,5%), diminuição de dores articulares e desconfortos físicos no trabalho (75%), melhoras na flexibilidade (83%).

Entretanto, tais benefícios pretendidos com a prática da Atividade Física e Esporte e disseminado pela literatura como sendo fundamentais para promoção da saúde e prevenção de agravos, acabam sendo negligenciados pelo poder local e/ou até mesmo tem limitado sua oferta a parcelas da população que dispõe de condições econômicas, sociais e culturais para

custeio de tal prática, e, portanto, não tem garantido os direitos adquiridos no âmbito da constituição federal, que permeiam os aspectos relacionados à saúde, o esporte e o lazer.

Nesta perspectiva, tomando por base Silva (2012), em meados dos anos 1990, houve no Brasil um desmonte das políticas e dos serviços a elas inerentes, foi instituído um projeto neoliberal de governo que enalteceu o mercado, e incentivou a mercantilização do atendimento as necessidades sociais. Dessas ações, cabe destaque a financeirização de parte significativa dos recursos públicos destinados às políticas sociais.

Realidade essa que sofre influencia direta do mercado capitalista, bem como dos avanços tecnológicos da modernidade. Como consequência, na atualidade, comumente é observado um número cada vez mais crescente de empresas privadas, que vendem a atividade física sistematizada (exercício físico) como um produto de bem-estar físico, mental e social por meio dos veículos de comunicação, internet, entre outros, assim como também há uma crescente privatização desses serviços através dos chamados profissionais do exercício (CASPERSEN; POWELL; CHRISTENSON, 1985; CAVILL, KAHLMEIER, RACIOPPI, 2006; FARINATTI & FERREIRA, 2006).

Deste modo, tomando por base Farinatti & Ferreira (2006); Guarda, Mariz & Silva (2009), entende-se como sendo pertinente destacar que a Revolução Industrial, reforçou o interesse das classes dominantes. Contudo, tal preocupação não tem sido garantida, tendo em vista que não se tem oferecido condições mínimas de saúde, e desse modo, no mundo globalizado capitalista, bem-estar e saúde tem sido relacionado com a certeza de aumento da produção, força de trabalho, consumo e mercado.

E assim, na esfera pública, em nível de Brasil, observa-se que são poucas cidades nas quais o poder local tem se preocupado e desenvolvido ações que estimulem e associe a prática e intervenção da atividade física e/ou Esporte com a necessidade do profissional de Educação Física para orientar e acompanhar a população.

Como experiências positivas, em recife, o Programa Academia da Cidade, implantado em 2002 pela Secretária de Saúde da cidade, apresenta-se inserido no Sistema Único de Saúde – SUS, como uma política de atenção básica a saúde, oferece orientação profissional, e tem alcançado resultados satisfatórios com a promoção da saúde e qualidade de vida da população (HALLAL et al 2010).

Com relação à prática da Atividade Física e/ou Esporte, foi observado de forma predominante no grupo 2 desta pesquisa, que os usuários frequentam o espaço acima de duas vezes por semana (90,2% na zona centro; 83,3%, na zona norte e 80,4% na zona leste). No espaço praticam atividades diversificadas (caminhada, corrida, alongamento, musculação,

entre outros), e permanecem no espaço praticando atividade Física e/ou Esporte por um tempo acima de 60 minutos (66,7%, na zona centro; 52,9% na zona norte e 39,2 na zona leste).

Corroborando com a literatura, os resultados obtidos aqui divergem dos encontrados no estudo de Hallal et al (2010), no que diz respeito à frequência semanal dos usuários (acima de quatro vezes por semana) as atividades do Programa e o tempo de prática diário (69 minutos).

Desta forma, chama-se atenção que sendo a falta de atividade física regular e sistematizada um fator de risco primário e independente para muitos agravos a saúde, e principalmente as doenças crônico-degenerativas, a ausência do profissional de Educação Física nos espaços de Atividade Física e Esporte possibilita interpretações de que a população de Porto Velho encontra-se mais predisposta as doenças relacionadas ao sedentarismo.

Situação essa que pode ser visualizar a partir da pesquisa realizada em 2011, pelo VIGITEL, a cidade de Porto Velho é destacada com sendo o município mais sedentário do país (BRASIL, 2012). E no ano de 2013, em nível de Brasil encontra-se inserida dentre as cidades com as menores frequências de prática de Atividade Física no tempo livre (pelo menos 150 minutos, com intensidade moderada), com destaque para João Pessoa (37,0%), São Paulo (34,6%) e Porto Velho (37,9%), sendo que a frequência de adultos com prática insuficiente de Atividade Física, equivale a 49%, sendo 39,2% para o sexo masculino e 59,4% para o feminino. E por último, verificou-se quanto ao sedentarismo, em Porto Velho, 16,2% encontra-se sedentária, resultado esse que se apresenta acima do Distrito Federal (13,1%) e oitros cidades brasileira como Vitória (14,3%); Salvador (14,3%), Porto Alegre (14,0%); Goiânia (14,6%); Florianópolis (13,4%); Curitiba (16,5%) e Campo Grande (13,9%) (BRASIL, 2014).

Contudo, é importante esclarecer que há na literatura, indicativos e recomendações acerca de que para se alcançar resultados satisfatórios com a prática da Atividade Física e/ou Esporte e consequente promoção da saúde e prevenção das doenças, há de se considerar: os aspectos fisiológicos, os níveis e tipo de aptidão física, e o tipo de atividade praticada (ACMS, 1999; 2000).

Principalmente no que se refere à atividade física sistematizada (exercício físico), a oferta e prática da mesma requer orientação e acompanhamento por um profissional de Educação Física, respeitando os princípios de treino nos quais estão contemplados a frequência, intensidade e volume. Além disso, há de considerar que um indivíduo sedentário, consiste naquele que se apresenta insuficientemente ativo, nas horas de lazer e/ou que não

pratica nenhuma atividade física sistematizada (CASPERSEN; POWELL; CHRISTENSON, 1985; CAVILL, KAHLMEIER, RACIOPPI, 2006).

De acordo com VIGITEL (2011), no Brasil, (32,8%) da população geral e (29%) dos adultos são sedentários, bem como 43,4% da população adulta brasileira está com peso corporal acima do recomendado. Outro dado importante, apontado pela Agência Nacional de Saúde – ANS (2007), diz respeito que os fatores do estilo de vida negativo, dentre os quais estão inseridos a inatividade física, consiste no fator isolado mais importante na determinação da mortalidade por todas as causas. E no caso específico da inatividade física, é responsável por quase dois milhões de mortes (BRASIL, 2012).

Em Porto Velho, conforme informações do VIGITEL (2013), no que se refere ao excesso de peso e obesidade em adultos, respectivamente encontram-se com excesso de peso no sexo masculino (57%) e no sexo feminino (48,5%). Quanto à obesidade, 19,2% (masculino) e 16,3% (feminino), apresentam-se obesos (BRASIL, 2014).

Em se tratando do Brasil, a maior parte dos casos de morte prematura tem como causa direta as condições desfavoráveis de vida advindas das desigualdades sociais e a presença marcante de hábitos de vida negativos, adquiridos em virtude da adoção do estilo de vida negativo, como o sedentarismo, alimentação inadequada, estresses, alcoolismo, tabagismo, entre outros (NAHAS, 2010; FARIAS & SALVADOR, 2005; BRASIL, 2006).

Neste sentido, há uma corrente de autores que tem defendido a importância e benefícios da atividade física para saúde, qualidade de vida e prevenção de doenças associadas ao estilo de vida negativo, bem como tem fomentado a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que contemplem as medidas preventivas, educativas e ações de intervenção por parte do governo e do poder local (SCHIMIDT, 2006; MALTA et al, 2009; MORETTI et al, 2009; COSTA et al, 2012).

Tendo em vista que mudanças no estilo de vida, adoção de hábitos saudáveis tem sido evidenciadas como sendo de total relevância na diminuição de fatores de risco e prevenção de doenças, como por exemplo, a adoção do estilo de vida saudável possibilitaria a prevenção de pelo menos 80% das doenças do coração, bem como derrames e diabetes tipo II, poderiam ser evitados. Ademais, haveria diminuição dos custos e despesas médicos hospitalares com as doenças crônicas degenerativas (FARIAS & SALVADOR, 2005; BRASIL, 2006).

Os resultados possibilitaram identificar perspectivas de avanços e/ou melhorias futuras na gestão da Atividade Física e Esporte na Cidade de Porto Velho, mediante as projeções para a Criação do Sistema Estadual de Esporte e Lazer e reformulação do Projeto de



Lei para Incentivo ao Esporte. Contudo, há de se considerar também que a realidade das Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte em Porto Velho é reflexo e perpassa por lacunas oriundas possivelmente de fatores históricos, políticos e econômicos que permeiam as Políticas Públicas para a área no Brasil.

Tendo em vista que conforme o pensamento de Marques, Gutierrez & Almeida (2011), historicamente, no Brasil, as políticas públicas de esporte e lazer sofreram diferentes tipos de influências e apresentaram inúmeras formas de ação, e deste modo, há de se considerar que sua constituição pode ser analisada tomando por base as transformações constitucionais e políticas da história do país.

Entretanto, em nível de história do esporte no estado, não se vislumbra uma preocupação quanto ao oferecimento da Atividade Física como ferramenta de promoção da saúde e qualidade de vida, mas sim o que se fomenta é a promoção do Esporte de forma competitiva e/ou enquanto lazer. Como exemplo disso, cabe citar os percentuais significativos da população sedentária e com alto índice de obesidade (NAHAS, 2010; FARIAS & SALVADOR, 2005; BRASIL, 2006; SOUZA, 2006; GUARDA, MARIZ & SILVA, 2009; ZAMAI et al, 2011).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2013, foi analisada a percepção do Estado de Saúde, estilo de vida e doenças crônicas nos Estados do Brasil. No caso de Rondônia, a pesquisa apontou que a proporção de pessoas de 18 anos ou mais que referiram diagnóstico médico de doenças em geral, entretanto para esta pesquisa considerou-se os valores percentuais para hipertensão arterial (16,1%) e doenças crônicas de coluna (15,1%) como sendo os mais acentuados (IBGE, 2013).

A partir do Estudo de Silva et al (2008), pode-se ressaltar que na cidade de Porto Velho – RO, atualmente a sociedade enfrenta os impactos ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos advindos da construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Como consequência disso, dados estatísticos evidenciados no Plano Amazônia Sustentável – PAS quanto aos indicadores sociais da Amazônia, apontam que o Estado de Rondônia em conjunto com mais sete estados da região Amazônica apresentam o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, abaixo da média nacional (0,753) (BRASIL, 2008, IPEA, 2010).

## CONSIDERAÇÕES

Com base na pesquisa realizada, foi possível apontar que a construção das políticas públicas para Atividade Física e Esporte em Porto Velho, perpassa por mudanças administrativas, estruturais, organizacionais marcadas por uma instabilidade política, bem como é reflexo direto das mudanças constantes na gestão que gerencia o Esporte na esfera estadual e municipal.

Assim no âmbito estadual, o estado enquanto órgão regulador das políticas públicas tem apresentado uma estrutura impotente de ultrapassar o caráter inicial de planejamento, estruturação e consolidação de uma Política Pública para Atividade Física e Esporte no estado.

Com relação às diretrizes políticas e programas que norteiam as ações das secretarias (SECEL/RO e SEMES/PVH), a pesquisa possibilitou identificar como pressupostos legais, para o desenvolvimento da Atividade Física e Esporte, na esfera estadual (SECEL/RO): a Constituição Federal, a Lei Pelé, as Conferências Nacionais do Esporte, e a Lei de Incentivo ao Esporte. E no âmbito municipal, identificou que a SEMES/PVH, tem norteado suas ações por meio de projetos e programas que são planejados a partir de ideias e discussões entre os funcionários desta secretária, entretanto tais projetos e programas têm sido insuficientes e limitados a espaços e/ou locais específicos, e, portanto, não tem atendido a demanda da população.

Desta forma, ao longo da pesquisa, foi possível identificar e apontar indicativos acerca da falta uma diretriz para planejamento e implantação específica para Atividade Física e Esporte em Porto Velho, tendo em vista a presença marcante de programas, projetos e ações isoladas que sofrem influências diretas do poder local, e obedecem a dinâmica de mudança de governo, e consequente variação de gestores nas secretarias de Esporte e Lazer.

Deste modo, a partir dos resultados houve evidências que apontam para existência de lacunas na legislação que estabelece a política pública consolidada para a Atividade Física, Esporte e Lazer na Cidade de Porto Velho, tendo em vista a ausência de ações articuladas entre o poder público local e a sociedade civil que possibilitem o planejamento, implementação e consolidação das Políticas Públicas para a área numa perspectiva intersetorial, integrada com o conselho municipal de esporte, e que contemple a continuidade dos programas e projetos sem interrupções.

No que se refere à estrutura e disponibilidade de espaços, em ambos os grupos, os resultados encontrados apontam para a insuficiência dos espaços para atendimento da

demanda populacional da cidade de Porto Velho, bem como evidenciam a necessidade de reforma, ampliação e manutenção do espaço com estrutura física e humana adequada.

Quanto à estrutura humana, os resultados encontrados indicam que tanto a percepção, oferecimento e implantação dos programas e projetos de Atividade Física ou Esporte, quanto a Orientação pelo Profissional de Educação Física nos espaços investigados se revela deficiente e insuficiente para atender as necessidades da população, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da saúde e qualidade de vida.

Sobre o Poder Local, cabe salientar que o estudo aponta evidências de que as lacunas nas políticas públicas para Atividade Física e Esporte, também são frutos dos obstáculos que são postos pela burocracia do sistema público e a ausência de legislação nas secretarias. Vislumbra-se assim que a falta de uma política pública consolidada que exija dos gestores públicos em exercícios na área do esporte e lazer o cumprimento das diretrizes legais na hora de planejar e executar as ações pode estar associada ao ambiente de instabilidade política na área do esporte em nível nacional, ao sistema econômico em vigor e a responsabilidade do Estado que através dos seus governantes acabam negligenciando e/ou não dando importância devida ao desenvolvimento das atividades esportivas, de lazer e saúde para a população.

Neste âmbito, pode-se afirmar que os pressupostos teóricos levantados nesta pesquisa foram confirmados, tendo em vista os indícios de que não há políticas públicas institucionalizadas para Atividade Física e Esporte consolidado de forma articulada entre as esferas nacionais, estaduais e municipais, bem como existe uma carência de programas, espaços públicos e ações para a promoção da saúde e qualidade de vida que viabilizem a prática da Atividade Física e Esporte, e que contribuam para a diminuição do sedentarismo da população do município.

Em síntese, espera-se que esta pesquisa possa servir como subsídios ao Poder Local para o desenvolvimento das Políticas Públicas para Atividade Física e Esporte na cidade de Porto Velho, e consequente desenvolvimento da saúde e qualidade de vida da população.

Entretanto, acredita-se que seja necessária a realização de mais estudos na cidade sobre o assunto, tendo em vista que a literatura sobre área ainda encontra-se limitada. Sendo assim, através desta pesquisa espera-se que outros estudos sejam desenvolvidos na tentativa de ampliar a discussão acerca das diretrizes, políticas e programas.

E ainda recomenda-se, que sejam elaboradas como estratégias de intervenção, propostas fundamentadas e consistentes de Políticas Públicas para a Atividade Física e Esporte pelo Poder Local de Porto Velho, em nível estadual e municipal, bem como que sejam levantadas informações referentes ao contexto histórico, à organização e estrutura

burocrática das secretarias, os recursos disponíveis para gestão de tais políticas, as perspectivas de consolidação de Conselhos Municipal e Estadual de Esporte. Assim como também, que sejam estabelecidas relações diretas com os gastos públicos advindos de despesas médicas hospitalares no tratamento de doenças crônicas degenerativas, tendo em vista que a falta de Atividade Física tem sido o principal fator de risco dessas doenças.

## REFERÊNCIAS

- ACMS - AMERICAN COLLEGE OF SPORTE MEDICINE. **Programa de Condicionamento físico ACMS**. São Paulo: manole, 2ª ed, 1999.
- ACSM – American College of Sports Medicine. **Guidelines for exercise testing and prescription**. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2000.
- AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE. **Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças na Saúde Suplementar**. Rio de Janeiro, manual técnico, 3ª ed., 2007.
- AMARAL, S. C. F; PEREIRA, A. P. C. **Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer**. Rev Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 31, n. 1, p. 41-56, setembro 2009.
- ANDRELLO, E; ROBERTO, M; JUNIOR, A. C; REICHERT, F. F. R. **Atividade física e saúde pública sob o olhar de secretários municipais de saúde**. Rev Bras Ativ Fis e Saúde, Pelotas/RS, 17(3): 206-211, Jun, 2012.
- ARRETCHE, M. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas**. Revista brasileira de ciências sociais, vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003
- BAHIA, M. C; LIMA, P. C. **Acessibilidade e inclusão social nas políticas públicas de lazer**. In: *Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário*, 2010.
- BASTOS, F. da C. **Gestão Democrática e Política Municipal de Esporte: o caso de Santana de Parnaíba** [tese de doutorado]. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 168 p, 2008.
- BANKOFF, A. D. P; ZAMAI, C. A. **Estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer de prefeituras municipais do Estado de São Paulo**. Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 9, n. 2, p.70-84, maio/ago. 2011.
- BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada as Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 3ª ed, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 279p, 2011.
- BARROS, M. V. G; CATTUZZO, M. T. **Atualização em Atividade Física e Saúde**. Recife: EDUPE, 251 p., 2009.
- BECKER, B. K. **Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia**. Revista Território, ano IV, n. 6, jan/jun, 1999.

- \_\_\_\_\_. **Primeiras Intervenções.** In: *Dilemas do desenvolvimento sustentável no Brasil* [org] Nascimento, E. P & VIANA, J. N. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BERNALDINO, E. S; PINHEIRO, E. P. O. OLIVEIRA, J. N; BORGES, C. J. B. GONÇALVES, L. G. O. **Políticas Públicas de esporte e lazer: realidade e perspectivas no município de Porto Velho.** In *Políticas Públicas de Esporte e Lazer: traços históricos.* LIBERATO, A; SOARES, A. [org]. Manaus: Edua, 2010.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Pensamento Crítico, v. 69). [tradução Marco Aurélio Nogueira: São Paulo, Paz e Terra, 14ª edição], 2007.
- BOBBIO, N. **Governo dos homens ou governo das leis.** In *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 (Coleção Pensamento Crítico, v. 63). [tradução Marco Aurélio Nogueira: São Paulo, Paz e Terra, 6ª edição], 1997.
- BOITO JR, A. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal.** Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 28, p. 57-73, jun, 2007.
- BONALUME, C. R. **O lazer numa proposta de desenvolvimento voltado a qualidade de vida.** In: *Lazer de Desenvolvimento Regional.* [org] Muller, A; Costa, L. P. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Ações transversais da Vigilância em Saúde: promoção, integração e análise.** Secretária de Vigilância em Saúde. Brasília: DF, 2009.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Ações transversais da Vigilância em Saúde: promoção, integração e análise.** Secretária de Vigilância em Saúde. Brasília: DF, 2011.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado.** Caderno II: Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** Brasília, DF, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008 - ano base 2007.** Brasília: MP, 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. VIGITEL, Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, 2011. **Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e**

**proteção crônicas nas capitais dos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal.** Brasília: DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigitel Brasil 2013: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRACTH, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução.** Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 133p, 1997.

BUSS, P. M. **Promoção da saúde e qualidade de vida.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, 5 (1):163-177, 2000. Disponível no site < <http://www.scielo.br/scielo>.> acessado no dia 10 de outubro de 2012.

CAMARGOS, M. A. **Reflexões sobre o cenário econômico brasileiro na década de 90.** ENEGEP: XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba – PR, outubro de 2002. Disponível no site < [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002\\_TR30\\_0918](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR30_0918).> acessado no dia 26 de dezembro de 2015.

CARLEIAL, L. M. F. **Subdesenvolvimento globalizado: a resultante das escolhas da política econômica brasileira nos anos noventa.** Revista Paraense de Desenvolvimento, Curitiba: n. 106, p. 7-28, jan-jul, 2004.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas: papirus, 225p, 1994.

CASTRO, M. H. M. **Amazônia - soberania e desenvolvimento sustentável.** Brasília: CONFEA, 120p, 2007.

CASPERSEN, C. J; POWELL, K. E; CHRISTENSON, G. M. **Physical Activity, Exercise, and Physical Fitness: Definitions and Distinctions for Health-Related Research.** Public Health Reports, vol. 100, n. 2, March-April, 1985.

CAVILL, N; KAHLMEIER, S; RACIOPPI, F. **Physical Activity and Health in Europe: Evidence for action.** Word Health Organization, Europe, 2006.

COSTA, D; REIS, B. Z; VIEIRA, D. A. S; COSTA, J. O; TEIXEIRA, P. D. S; RAPOSO, O. F. F; LIMA, F. E. L; MENDES NETO, R. S. **Índice de qualidade da dieta de mulheres usuárias de um programa de Atividade Física regular “Academia da Cidade” Aracajú, SE.** Rev. Nutr. Campinas: v. 25, n, 6, p. 731-141, Nov/dez, 2012.

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DE RONDÔNIA – DECOM. **Espaço alternativo de Porto Velho vai ganhar infraestrutura de lazer e práticas esportivas** [reportagem 09/01/2014]. Governo do Estado de Rondônia. Disponível no site <[www.rondonia.ro.gov.com.br](http://www.rondonia.ro.gov.com.br)> acessado em 10 de julho de 2014.

- DIAS, D. C; FONSECA, Z. V. D. **O esporte e o lazer como necessidade humana: inflexões.** In: *Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário*, 2010.
- ENGELS, F. [1820 – 1895]. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** [tradução de Leandro Konder]. São Paulo: expressão popular, 3ª ed, 304 p, 2012.
- ETGES, V. E. **O lazer no contexto das múltiplas dimensões do desenvolvimento regional.** In: *Lazer de Desenvolvimento Regional*. [org] Muller, A; Costa, L. P. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- FARIAS, E. S; SALVADOR, M. R. D. **Antropometria, Composição Corporal e Atividade Física de Escolares.** Disponível em Revista Brasileira Cineantropometria e Desenvolvimento Humano, 2005.
- FARINATTI, P. T. V. & FERREIRA, M. S. **Saúde, promoção da saúde e educação Física: conceitos, princípios e aplicações.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- FERREIRA, D.S.F; GOMES, R; MINAYO, C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: vozes, 2011.
- FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: atlas, 2010.
- GUARDA, F. R. B.; MARIZ, J. V. B; SILVA, R. N. **Atividade Física e Saúde Pública: contribuições e perspectivas.** Recife, 2009.
- HALLAL, P. C; CARVALHO, Y. M; TASSITANO, R. M; TENÓRIO, M. C. M; WARSCHAUER, R; REIS, R; CRUZ, D. K. A; DAMASCENA, W; MALTA, D. C.; TASSITANO, R. **Avaliação quali-quantitativa do programa Academia da Cidade, Recife (PE): concepções dos professores.** *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 14, n. 1, 2009.
- HALLAL, P. C; TENÓRIO, M. C. M; TASSITANO, R. M; REIS, R. S; CARVALHO, Y. M; CRUZ, D. K. A; DAMASCENA, W; MALTA, D. C. **Avaliação do programa promoção da atividade física Academia da Cidade de Recife, Pernambuco, Brasil: percepções de usuários e não usuários.** *Caderno Saúde Pública*. Rio de Janeiro: v. 26, n. 1, p. 70-78, jan, 2010.
- HALLAL, Pedro C et al. **Time trends of physical activity in Brazil (2006-2009).** *Rev. bras. epidemiol.* [online]. 2011, vol.14, suppl.1, pp. 53-60. ISSN 1415-790X.



HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2012 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HEIDEMANN, F. G; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed, 2010.

HOCHMAN, G; ARECTHE, M; MARQUES, E. [org]. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Disponível no site < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/>>, acessado no dia 01 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. Estudos & Pesquisas informação democrática e socioeconômica, 2009. Disponível no site< <http://www.ibge.gov.br>> acessado no dia 23 de dezembro de 2014.

IMAGENS NEWS. **Obras no Skate Park continua sem conclusão, reforma deveria ser entregue em fevereiro** [reportagem divulgada em 14/11/2013]. Disponível no site [WWW.imagensnews.com.br](http://WWW.imagensnews.com.br), acessada em novembro de 2013.

In: *Lazer de Desenvolvimento Regional*. [org] Muller, A; Costa, L. P. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, v. 3, 2010.

LENIN, V. I. [1870 – 1924] **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução** [tradução revista por Aristides Lobo]. São Paulo: Expressão Popular, 2ª Ed. rev. Atual, 182 p, 2010.

LIMA, R. C. **A expansão do ensino profissionalizante no Brasil sob a ótica das teorias crítico produtivista**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Educação e Emancipação Humana, abril de 2011.

MALTA, D. C. **A promoção da saúde e da atividade física no Sistema Único de Saúde**.

MARCELINO, N. **Lazer e Esporte**. São Paulo: autores associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. **O lazer como fator e indicador de desenvolvimento Regional**. In: *Lazer de Desenvolvimento Regional*. [org] Muller, A; Costa, L. P. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

- MARQUES, R. F. R; GUTIERREZ, G. L; ALMEIDA, M. A. B. **Participação Social em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: O Exemplo das Conferências Nacionais do Esporte**. In: *Políticas Públicas Qualidade de Vida e Atividade Física* [org] GUTIERREZ, G. L; VILARTA, R; MENDES, R. T. Campinas: Ipes, 1ª Edição, 2011.
- MATTOS, M. G. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física**. São Paulo: phorte, 2004.
- MELO, M. P. de. **Esporte e Juventude Pobre: políticas de lazer na vila olímpica da Maré**. Campinas: autores associados, 201 p, 2005.
- MEZZADRI, F. M; STAREPRAVO, F. A; BASSO, D; GUIMARÃES, L; REIS, R. P. **Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná**. In *Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas* [org] Mezzadri, F. M; Cavichioli, F. R; Souza, D. L. Jundiaí, SP: Fontoura, dez, 2006.
- MOREIRA, F. S. **A participação popular nas políticas públicas de Esporte e Lazer**. In: *Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário*, 2010.
- MORETTI, A. C; ALMEIDA, V; WESTPHAL, M. F; BÓGUS, C. M. **Práticas Corporais/Atividade Física e políticas públicas de promoção da saúde**. Revista Digital Saúde Soc, São Paulo, v.18, n.2, p.346-354, 2009. Disponível no site <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29605/31473>> acessado no dia 25 de dezembro de 2014.
- MOYSÉS, S. J; MOYSÉS TETU, S; KREMPEL, M. C. **Avaliando o processo de construção de políticas públicas de promoção de saúde: a experiência de Curitiba**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 9. Rio de Janeiro, July-sept, 2004. Disponível no site <[www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo)> acessado no dia 01 de novembro de 2012.
- NAHAS, M. V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de vida: Conceitos, Sugestões para um Estilo de Vida Ativo**. Londrina, midiograf, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Atividade Física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina: 5ª ed, midiograf, 2010.
- NOGUEIRA D; FAERSTEIN E; RUGANI I; CHOR D; LOPES C.S, WERNECK G.L. **Does leisure-time physical activity in early adulthood predict later physical activity? Pro-Saude Study**. Revista Brasileira de Epidemiologia 2009; 12(1): 3-9.
- OLIVEIRA, S. A. M. **Noberto Bobbio: teoria política e direitos humanos**. Revista de Filosofia, v. 19, n. 25, p. 361-372, jul/dez, 2007.
- PASTORINI, A; ALVES, A. M; GALIZIA, S. V. **Estado e Cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

---

**O campo das políticas públicas: diversidade de temas e perspectivas.** In *Estado e Cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

PERES, F. F; MELO, V. A. **Lazer, promoção da saúde e espaços públicos: encontros e desencontros.** In: *Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos / organização Alex Branco Fraga, Janice Zarpellon Mazo, Marco Paulo Stigger, Silvana Vilodre Goellner*. Porto Alegre: Gênese, 2009.

PIANA, M. C. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento.** In: *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional* [on-line]. São Paulo: UNESP, cultura acadêmica, p.233, 2009. Disponível no site <<http://books.scielo.org>>.

PINTO, L. M. S. M; EVERTON, A. N; SILVA, D. A. M; ALMEIDA, M; FERREIRA, P; ARAÚJO, L. R. M; DALMAS, L. C; CARVALHO, M. P; LOPES, A. M. **O lazer e a intersectorialidade no funcionamento dos núcleos do PELC: fala dos gestores e agentes participantes da 2ª reunião nacional do programa.** In: *Brincar, jogar, viver: lazer e intersectorialidade com o PELC* [org] Pinto, L. M. S. M; SILVA, D. A. M; Rodrigues, R. P; Bonalume, C. R; Araújo, L. R. M. Brasília, DF: 2ª ed, ideal, 2011.

PITANGA, F. J. G. **Epidemiologia da atividade física, do exercício e da saúde.** São Paulo: 3ª ed, phorte, 2010.

POCHMANN, M. **Proteção social na periferia do capitalismo “considerações sobre o Brasil”.** Revista São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p 3-16, 2004.

RECHIA, S. **Planejamento dos espaços e dos equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”.** In: *Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos / organização Alex Branco Fraga, Janice Zarpellon Mazo, Marco Paulo Stigger, Silvana Vilodre Goellner*. Porto Alegre: Gênese, 2009.

RECHIA, S; FRANÇA, R. **O estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação.** In *Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas* [org] Mezzadri, F. M; Cavichioli, F. R; Souza, D. L. Jundiaí, SP: Fontoura, dez, 2006.

SACHS, I. **Primeiras Intervenções.** In: *Dilemas do desenvolvimento sustentável no Brasil* [org] Nascimento, E. P & VIANA, J. N. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SICOLI, J. L; NASCIMENTO, P. R. **Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização.** Revista Interface – Comunic. Saúde, Educ. v7, n12, p.101-22, fev 2003. Disponível no site < <http://www.scielo.br> > acessado no dia 01 de novembro de 2012.

SILVA, A. C; ZOREK, B; ELICKER, E; SOUZA, F. T. R; CABRAL, J. F; SILVA, J. C; EVANGELISTA, L. A; FIRME, L. C; SILVA, M. P. **Diagnóstico do acesso ao Esporte e Lazer da população do Estado por meio das Políticas Públicas.** In *Diagnóstico do esporte e lazer na região norte brasileira – o existente e o necessário*. SOARES, A. [org]. Manaus: Edua, 2011.

SILVA, M. M. V. A. **Capitalismo e políticas sociais: o dilema da autonomia dos cidadãos e a da defesa da universalidade dos direitos sociais.** In: *Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo* [org] Pastorini, A; Alves, A. M; Galizia, S. V. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SOUZA D, L. **Atividade Física e Saúde: apontamentos para o desenvolvimento de políticas públicas.** In: *Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas* [Org] Mezzadri, Cavichioli & Souza. Jundiaí, SP: Fontoura 142 p, 2006.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** Porto Alegre: sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, E. C. **Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas.** AATR-BA, 2002.

THOMAS, J. R; NELSON, J. ; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em Atividade Física.** Porto Alegre: artmed, 5ª ed, 2007.

TUBINO, M. J. G. **O Esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias.** São Paulo: IBRASA, 139p, 1996.

TUBINO, C. **Futebol de Joga na Alma – Um novo Caminho para o Esporte Social.** In: ROSA, A. M. [org]. *Esporte e Sociedade: ações socioculturais para a cidadania.* São Paulo: IMK relações Públicas, p 63-89, 2004.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO. **Carta Internacional de Educação Física e Esporte,** 1978. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf>> acessado no dia 26 de dezembro de 2014.

ULLRICH, O. **Tecnologia.** In: *Dicionário de Desenvolvimento Regional: guia para o conhecimento como poder*, Org. WOLFGAMG FACHF. Rio de Janeiro: Petrópolis, editora vozes, 2000.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamound, 2010.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente & desenvolvimento.** São Paulo: editora SENAC, 2006.

VILARTA, R. **Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física.** Campinas, SP. Campinas, SP: IPES Editorial, 2004.

ZAMAI, C. A; MORAES, M. A. A; BANKOFF, A. D. P; MENDES, R. T. **Atividade Física na promoção da saúde e qualidade de vida: contribuições do programa mexa-se Unicamp.** In: *Políticas Públicas, Qualidade de Vida e Atividade Física* [org] Gutierrez, G. L; Vilarta, R; Mendes, R. T. Campinas: 1ª Ed, IPES, 2011.

ZINGONI, P. **Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira.** In: *Lazer de Desenvolvimento Regional.* [org] Muller, A; Costa, L. P. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

## **APÊNDICE**

# APÊNDICE 1 – Carta de Autorização de Pesquisa SECEL



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE  
PGDRA



Porto Velho, 22 de julho de 2013.

A Ilma.

**Sra. Eluane Martins**

Secretária Estadual de Esportes, da Cultura e Lazer – SECEL/RO.

**ASSUNTO:** Autorização para realização de pesquisa de mestrado

*Realizado em 23/07/13*  
*Angela Maria Aguiar da Silva*  
Chefe de Gabinete / SECEL

Senhora Secretária,

Ao cumprimenta-la, pelo presente apresento a aluna de mestrado **Elizângela de Souza Bernaldino** e solicito de Vossa Senhoria **autorização** para que a mesma possa realizar no âmbito desta secretária a coleta de dados relativa ao seu projeto de dissertação relacionado às **“Políticas Públicas de Esporte e Atividade Física em Porto Velho: desafios para o poder local”**.

Na oportunidade informo que a referida aluna está regularmente matriculada sob o nº de matrícula 201220855, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional de Meio Ambiente – PGDRA, da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sob a orientação do Profº Dr. Célio José Borges, pertencente ao quadro de professores da UNIR/PGDRA.

Informo ainda, que todos os procedimentos de coleta de dados obedecerão às normas éticas destinadas a pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), e os resultados da pesquisa somente serão utilizados de forma acadêmica e científica.

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, poderão ser fornecidos subsídios para auxiliar na verificação e implementação das políticas públicas de Esporte e Lazer na cidade de Porto Velho, bem como orientar e propor caminhos para a estruturação de ações de intervenção preventiva, terapêutica e de lazer que permeiam a melhoria da saúde e qualidade de vida da população do município. E assim, na expectativa de contarmos com sua colaboração para concretização desta investigação, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa.

Atenciosamente,

*Célio José Borges*  
**Prof. Dr. Célio José Borges**  
Orientador (9976 6771)

*Elizângela de Souza Bernaldino*  
**Mestranda Elizângela de Souza Bernaldino**  
Pesquisadora (9235 2086)

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR  
Campus Universitário "José Ribeiro Filho" - BR-364 - Km 9,5 - Sentido Rio Branco - CEP 76800-000  
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PGDRA  
Bloco 2F - Telefone (69)2182-2120 - pgdra@unir.br

*Eluane Martins Silva*  
Secretária de Estado/SECEL



## APÊNDICE 2 – Carta de Autorização SEMES



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE  
PGDRA



Porto Velho, 22 de julho de 2013.

A Ilma.

**Senhora Roselane Rivero Abdelnour**

Secretária Municipal de Esporte e Lazer – SEMES/PVH

**ASSUNTO:** Autorização para realização de pesquisa de mestrado

Senhora Secretária,

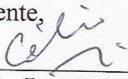
Ao cumprimenta-la, pelo presente apresento a aluna de mestrado **Elizângela de Souza Bernaldino** e solicito de Vossa Senhoria **autorização** para que a mesma possa realizar no âmbito desta secretária a coleta de dados relativa ao seu projeto de dissertação relacionado às **“Políticas Públicas de Esporte e Atividade Física em Porto Velho: desafios para o poder local”**.

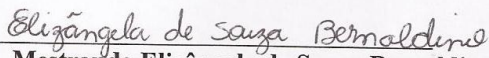
Na oportunidade informo que a referida aluna está regularmente matriculada sob o nº de matrícula 201220855, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional de Meio Ambiente – PGDRA, da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sob a orientação do Profº Dr. Célio José Borges, pertencente ao quadro de professores da UNIR/PGDRA.

Informo ainda, que todos os procedimentos de coleta de dados obedecerão às normas éticas destinadas a pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), e os resultados da pesquisa somente serão utilizados de forma acadêmica e científica.

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, poderão ser fornecidos subsídios para auxiliar na verificação e implementação das políticas públicas de Esporte e Lazer na cidade de Porto Velho, bem como orientar e propor caminhos para a estruturação de ações de intervenção preventiva, terapêutica e de lazer que permeiam a melhoria da saúde e qualidade de vida da população do município. E assim, na expectativa de contarmos com sua colaboração para concretização desta investigação, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa.

Atenciosamente,

  
**Prof. Dr. Célio José Borges**  
Orientador (9976 6771)

  
**Mestranda Elizângela de Souza Bernaldino**  
Pesquisadora (9235 2086)

*Autógrafa*  
23.07.13  
2013

Roselane Rivero Abdelnour  
Secretária Municipal de Esporte e Lazer  
Dec. nº 120 de 01/07/2013

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR  
Campus Universitário "José Ribeiro Filho" - BR-364 - Km 9,5 - Sentido Rio Branco - CEP 76800-000  
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PGDRA  
Bloco 2F - Telefone (69)2182-2120 - pgdra@unir.br



### APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE PGDRA



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu \_\_\_\_\_, declaro por meio deste termo, que **AUTORIZO** a realização da coleta de dados para subsidiar a pesquisa de mestrado da discente **Elizângela de Souza Bernaldino**, que tem como título: **Políticas Públicas para o Esporte e Atividade Física em Porto Velho: desafios para o poder local**, que está sob a orientação do Prof. Dr. Célio José Borges, docente da Universidade Federal de Rondônia – UNIR e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA. Afirmando que minha participação não teve qualquer incentivo financeiro, mas a finalidade de colaborar para o sucesso da pesquisa. Além disso, recebi as seguintes informações:

Estou ciente que os resultados da pesquisa serão apresentados e disponibilizados para as Secretarias de Esporte, Cultura e Lazer (SEMES E SECEL), assim como também serão utilizados estritamente de forma acadêmica e científica.

Fui informado que as informações coletadas na pesquisa estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (Res. 196/1996), do Ministério da Saúde, portanto não oferecerão riscos à minha integridade física, moral e mental. Em caso de dúvidas e/ou se me achar prejudicado poderei contactar a pesquisadora responsável pelo telefone 69 9235 2086, ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa ao qual este projeto está vinculado, localizado no Núcleo de Saúde da Universidade Federal de Rondônia – NUSAU/UNIR.

Informo ainda, que recebi da pesquisadora, cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). E assim, autorizo que após a coleta dos dados, os resultados da pesquisa sejam publicados, respeitadas as normas éticas de pesquisa.

Porto Velho, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
Profª Elizângela de Souza Bernaldino

**Pesquisadora**

**APÊNDICE 4 – Roteiro de Entrevista Estruturado**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE**  
**– PGDRA**

**I. MAPEAMENTO DAS POLITICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE**

1. Quais as diretrizes norteadoras dessa Secretaria para o planejamento, a implantação e oferecimento da atividade física e do esporte?
2. Quais as políticas e programas que norteiam os projetos e atividades desenvolvidas por esta secretaria?
3. Quais os programas e os projetos desenvolvidos atualmente por esta secretaria? E quais são os programas e projetos prioritários?
4. Qual a quantidade e o perfil do público atendido pelos programas e projetos desta Secretaria?
5. Existe um cronograma de atividades a ser desenvolvido no decorrer do ano? Como é organizado?

**II. MAPEAMENTO DOS ESPAÇOS PARA ATIVIDADE FÍSICA E ESPORTE**

6. Como é a estrutura física dos espaços? Existe alguma padronização por parte desta Secretaria quanto à estrutura dos espaços para oferta da atividade física e do Esporte na cidade de Porto Velho?
7. Quais são os espaços para prática da Atividade física e do Esporte disponibilizado por esta secretaria para o atendimento das necessidades da população?
8. Quantos e quais espaços existem nesta secretaria para o desenvolvimento dos programas? Os espaços são suficientes e/ou tem atendido a demanda populacional?
9. Em virtude do crescimento populacional no município com o advento das grandes obras. Existe por parte desta secretaria um planejamento e/ou projeto de construção de novos espaços a curto e médio prazo que atenda a demanda populacional por espaços para pratica de Atividades física, esporte e lazer?
10. Quais são os espaços mais frequentados pela população?
11. Considerando que Porto Velho é a capital mais sedentária do Brasil, qual a visão desta secretaria quanto ao aproveitamento dos espaços ociosos, tais como: centros comunitários, praças, escolas, entre outros. Existe algum projeto de aproveitamento desses espaços?

### **III. MAPEAMENTO DO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO**

12. Como são oferecidas e/ou disponibilizadas as atividades físicas e o esporte para a população? Existe alguma forma de avaliação dos resultados e benefícios? Como é feita?
13. A secretaria dispõe de profissionais qualificados para orientação e acompanhamento da população nos espaços de atividade física, esporte e lazer? Se existe como é feito o atendimento?
14. Com quantos profissionais a secretaria conta para o desenvolvimento de seus programas na prática?
15. Qual a finalidade e/ou objetivo dos programas e/ou projetos desenvolvidos junto à população de Porto Velho?
16. Existem projetos e/ou programas nesta secretaria que tem por objetivo a promoção da saúde e qualidade de vida da população? Quais são?



## Apêndice 5 – Questionário de pesquisa



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL E MEIO AMBIENTE – PGDRA**



Este questionário trata-se de uma pesquisa de mestrado da pesquisadora Elizângela de Souza Bernaldino, que tem como objetivo coletar dados referentes ao seu projeto de dissertação intitulado **“Políticas Públicas para Atividade Física e o Esporte em Porto Velho: entre a realidade a necessidade, desafios para o poder local”**, bem como está fundamentado em bases metodológicas e éticas, de modo que os resultados serão utilizados estritamente em caráter acadêmico. Em caso de dúvida pergunte à pesquisadora. *Muito obrigada pela colaboração!*

### I. PERFIL DO FREQUENTADOR

- 1.1 Local: \_\_\_\_\_ 1.2 Idade: \_\_\_\_\_ 1.3 Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )
- 1.4 Nível de instrução: ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior  
 ( ) Outros \_\_\_\_\_
- 1.5 Ocupação: ( ) Estudante ( ) Funcionário(a) Público(a) ( ) Funcionário(a) Privado(a)  
 ( ) Autônomo ( ) Outros \_\_\_\_\_
- 1.6 Local de residência:  
 ( ) Zona Sul ( ) Zona norte ( ) Zona centro ( ) Zona Leste ( ) Outros \_\_\_\_\_
- 1.7 Atividade Física e/ou Esporte que pratica neste local? \_\_\_\_\_
- 1.8 Horário que costuma praticar Atividade e/ou Esporte? \_\_\_\_\_
- 1.9 Motivos que o levarão a praticar Atividade Física e/ou Esporte?  
 ( ) Lazer ( ) Recomendação médica ( ) Prevenção e promoção da saúde ( ) Estética  
 ( ) Outros motivos. Quais \_\_\_\_\_
- 1.10 Utiliza outros locais públicos para a prática de Atividade Física e/ou Esporte? ( ) Sim ( ) Não  
 Qual? \_\_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_

### II. ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE DOS ESPAÇOS DE ATIVIDADE E ESPORTE EM PORTO VELHO.

- 2.1 Quanto à estrutura, organização e disponibilidade dos espaços:
- a) O espaço que você utiliza para pratica de Atividade Física e Esporte está adequado? ( ) Sim ( ) Não  
 Por quê? \_\_\_\_\_
- b) Como é a iluminação do local? ( ) ruim ( ) regular ( ) boa ( ) excelente
- c) O espaço dispõe de equipamentos para a prática de Atividade Física? ( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_
- d) Você tem conhecimento de algum projeto de construção e/ou ampliação dos espaços? ( ) Sim ( ) Não  
 Quais outros espaços \_\_\_\_\_
- e) Os espaços disponíveis para prática da atividade física e/ou esporte atendem a demanda da população no município de Porto Velho? ( ) Sim ( ) Não Por quê? \_\_\_\_\_
- g) O que você acha que poderia melhorar neste espaço? \_\_\_\_\_

### III. OFERECIMENTO, ATENDIMENTO E PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA E/OU ESPORTE NA CIDADE DE PORTO VELHO.

#### 3.1 Quanto ao oferecimento e atendimento:

a) Como você percebe os programas e projetos voltados para a prática de atividade física e/ou esporte desenvolvido pelas secretarias de Esporte e Lazer SECEL E SEMES na cidade de Porto Velho? \_\_\_\_\_

b) Você participa ou já participou de algum programa e/ou projeto desenvolvido pelas secretarias de Esporte e Lazer na cidade de Porto Velho? ( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

c) Existe na cidade de Porto Velho algum programa e/ou projeto desenvolvido pelas secretarias de Esporte e Lazer que tem por objetivo a promoção da saúde e qualidade de vida da população? ( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

Caso a resposta seja afirmativa, como você avalia o atendimento destes programas e/ou projeto no município?

( ) não atende a demanda populacional, pois são insuficientes.

( ) Atende parcialmente a demanda populacional

( ) Tem atendido a necessidades do município

( ) outros. Qual? \_\_\_\_\_

d) Como está o atendimento oferecido e/ou disponibilizado pelas secretarias SEMES/SECEL neste local?

( ) ruim ( ) regular ( ) bom ( ) ótimo ( ) Excelente ( ) Outros \_\_\_\_\_

#### 3.2 Com relação à Prática da Atividade e/ou Esporte:

a) Existe atendimento e/ou orientação por um profissional qualificado: ( ) Sim ( ) Não

Em caso de resposta afirmativa, como é feito o atendimento e quem atende? \_\_\_\_\_

b) Quantas vezes por semana você pratica atividade física e/ou esporte neste local?

( ) 1x ( ) 2x ( ) 3x ( ) 4x ou mais ( ) Outros \_\_\_\_\_

c) Quanto tempo você dedica a prática de atividade física neste local?

( ) menos de 30 minutos ( ) de 30 a 60 minutos ( ) acima de 60 minutos

d) Você tem percebido resultados e/ou benefícios com a prática da atividade e/ou esporte neste local?

( ) Sim ( ) Não

Quais resultados? \_\_\_\_\_

e) Qual sua satisfação com a prática de atividade física e/ou esporte neste local?

( ) Muito satisfeito ( ) Satisfeito ( ) Parcialmente satisfeito ( ) Insatisfeito

Em caso de insatisfação parcial ou total, descreva os motivos? \_\_\_\_\_

## **ANEXOS**



**ANEXO 1 – Parecer consubstanciado do Comitê de ética Da Universidade Federal de Rondônia - CEP/UNIR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA - UNIR



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Políticas Públicas para Atividade Física e o Esporte em Porto Velho: entre a realidade a necessidade, desafios para o poder local

**Pesquisador:** ELIZÂNGELA DE SOUZA BERNALDINO

**Área Temática:**

**Versão:**

**CAAE:** 33863014.0.0000.5300

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Rondônia - UNIR

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 729.790

**Data da Relatoria:** 23/07/2014

**Apresentação do Projeto:**

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATIVIDADE FÍSICA E O ESPORTE EM PORTO VELHO: ENTRE A REALIDADE E A NECESSIDADE, OS DESAFIOS PARA O PODER LOCAL.

**Objetivo da Pesquisa:**

Identificar as diretrizes que norteiam as políticas públicas para Atividades Físicas e Esportes no Estado de Rondônia, em particular no município de Porto Velho, em relação aos programas, os espaços, as ações desenvolvidas e o atendimento à população, bem como os desafios do Poder Local, a partir do olhar dos gestores, profissionais de Educação Física e dos frequentadores de espaços disponíveis.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Na presente pesquisa, não foram identificados riscos associados aos participantes da pesquisa, bem como quanto aos métodos e procedimentos de coleta de dados.

**Benefícios:**

A partir desta pesquisa espera-se contribuir para a consolidação e/ou ampliação das Políticas

**Endereço:** Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.

**Bairro:** Centro

**UF:** RO

**Município:** PORTO VELHO

**CEP:** 78.000-000

**Telefone:** (69)1182-2111

**E-mail:** cep.unir@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 729.790

Públicas para a Atividade Física e Esporte no Município de Porto Velho, bem como apontar caminhos para o poder local no que se refere aos anseios e necessidade da população, principalmente no que se refere a promoção da saúde e lazer. E desta forma, contribui para o desenvolvimento da cidade.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa caracteriza-se como sendo um estudo de caso, do tipo descritivo-exploratório, com abordagem quanti-qualitativo, no qual há predominância qualitativa e a utilização de recursos quantitativos para análise aprofundada dos objetivos da pesquisa.

A caracterização da pesquisa como estudo de caso deve-se ao fato que no estudo foi investigado a realidade das políticas públicas de Atividade Física e Esporte, num local específico o município de Porto Velho. E conforme Matos (2004), no estudo de caso, o pesquisador tem a preocupação de estudar um determinado indivíduo, família ou grupo para investigar aspectos variados ou um evento específico da amostra, para o qual se busca a partir do caso estudado, uma maior profundidade para alcançar a compreensão sobre outros casos similares. A opção pela pesquisa é descritiva – exploratória, pois se tem como intuito a descrição das características, propriedades e relações existentes no grupo ou da realidade em que foi realizada a pesquisa, ao mesmo tempo em que se objetivou a familiarização com o fenômeno, a obtenção de uma nova percepção e/ou descobrimento de novas idéias em relação ao objeto de estudo Políticas Públicas de Atividade Física e Esporte.

Com relação à abordagem quanti-qualitativa, a escolha se deu devido à presença de variáveis qualitativas e quantitativas que necessitaram ser explicadas de forma isoladas e conjuntas, para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresentou todos os termos obrigatórios exigidos pela res. 466/12 CNS.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O protocolo foi aprovado baseado na res. 466/12.

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.

Bairro: Centro

CEP: 78.000-000

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)1182-2111

E-mail: cep.unir@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 729.790

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PORTO VELHO, 28 de Julho de 2014

---

Assinado por:  
Edson dos Santos Farias  
(Coordenador)

**Endereço:** Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.

**Bairro:** Centro

**CEP:** 78.000-000

**UF:** RO

**Município:** PORTO VELHO

**Telefone:** (69)1182-2111

**E-mail:** cep.unir@yahoo.com.br